

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA PRODUÇÃO DE ERVA-MATE NO
MUNICÍPIO DE PALMITOS/SC**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Cristina de Moraes

Santa Maria, RS, Brasil

2010

**ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA PRODUÇÃO DE ERVA-MATE NO
MUNICÍPIO DE PALMITOS/SC**

por

Cristina de Moraes

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Schiavone Cardoso

**Santa Maria, RS, Brasil,
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geografia**

A Comissão examinadora abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA PRODUÇÃO DE ERVA-MATE NO MUNICÍPIO DE
PALMITOS/SC**

Elaborada por
Cristina de Moraes

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Geografia

COMISSÃO EXAMINADORA

Eduardo Schiavone Cardoso, Dr
(Presidente/Orientador)

Rosa Elane Antoria Lucas, Dr^a
(UFPEL)

Cesar De David, Dr
(UFSM)

Carmen Rejane Flores Wizniewski, Dr^a
(Supelnte/ UFSM)

M827o Moraes, Cristina de
Organização espacial da produção de erva-mate no
município de Palmitos/SC / por Cristina de Moraes. - 2010.
121 f. : il. ; 30 cm

Orientador: Eduardo Schiavone Cardoso
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas , Programa de
Pós-Graduação em Geografia, RS, 2010

1. Geografia 2. Erva-mate 3. Organização espacial
4. Palmitos/SC I. Cardoso, Eduardo Schiavone II. Título.

CDU 633.77

Ficha catalográfica elaborada por Cláudia T. B. Gallotti – CRB 10/1109
Biblioteca Central UFSM

© 2010

Todos os direitos autorais reservados a Cristina de Moraes. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

Endereço: Caibi/SC, zona rural.

Fone (55) 84054866 End. Eletr: cris2.moraes@gmail.com

*À família,
Sou grata pelo apoio (i)material.
Aos amigos e demais pessoas
Sou grata pela luzes e
Pelas sombras,
Pelos risos e lágrimas,
Opostos que nos instigam
A continuar a jornada*

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa De Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Santa Maria

ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA PRODUÇÃO DE ERVA-MATE NO MUNICÍPIO DE PALMITOS/SC

AUTORA: CRISTINA DE MORAES
ORIENTADOR: EDUARDO SCHIAVONE CARDOSO
Local E Data Da Defesa: Santa Maria, 30 de Setembro de 2010.

O presente estudo objetiva compreender a organização espacial da produção de erva-mate no município de Palmitos/SC, ao longo do tempo. A exploração desse recurso natural está vinculada com as primeiras formas de ocupação humana desenvolvidas no espaço que comporta o município em estudo. Nesse período desempenhava função principal na determinação das formas que o espaço recebia da ação humana. Concomitantemente, é nesse mesmo período que se intensificaram as disputas entre Brasil e Argentina por esse espaço, num embate diplomático nominado como Questão de Palmas. Após a resolução desse, o governo brasileiro desenvolve políticas territoriais imigratórias com interesses geopolíticos e geoeconômicos, que se expressam na implantação de pequenas propriedades rurais, que sem pujança para produzirem os produtos de exportação, voltariam sua produção à gêneros alimentícios, absorvidos pela demanda produzida pelo processo de urbanização e industrialização desenvolvido no Sudeste brasileiro. Nesse contexto, a exploração da erva-mate assume papel secundário nessa formação socioespacial, na qual a produção de cereais e desenvolvimento da pecuária, sobretudo, suínos, assumiram papel primordial na determinação da economia da região e organização espacial. Após a reestruturação produtiva, na década de 1970, na qual a indústria ervateira vivencia um aperfeiçoamento técnico que eleva a demanda de matéria-prima, tem como consequência a valorização do produto. Por outro lado, através do mesmo fenômeno (reestruturação produtiva) os produtores rurais vivenciam um processo de seletividade e marginalização, que induz a constante busca de alternativas de produção para viabilizarem a reprodução social dos mesmos. A combinação desses fatores corresponde aos pressupostos explicativos para a reinserção do cultivo da erva-mate no município, com elevada declaração de produção desse no ano de 1996 (Censo Agropecuário, 1996). Para efetuar o estudo, tornou-se necessário o entendimento histórico-geográfico das formações espaciais desenvolvidas em Palmitos/SC e peculiaridades da atividade ervateira.

Palavras-chaves: Erva-mate, Palmitos/SC; organização espacial.

ABSTRACT

Dissertation of Master's degree
Geography Post-graduation Program
Santa Maria Federal University

SPATIAL ORGANIZATION OF PRODUCTION OF GRASS-MATE IN THE CITY OF PALMITOS / SC

Author: CRISTINA DE MORAES

Advisor: EDUARDO SCHIAVONE CARDOSO

Place and Date of Defence: Santa Maria, September 30, 2010

This study aims to understand the relation between the spatial organization of Palmitos / SC and production of yerba mate, over time. The exploitation of this natural resource is linked with the earliest forms of human occupation in space developed which includes the city under study. During this period played main role in determining the ways that space received from human action. Concomitantly, it is this same period that have intensified the disputes between Brazil and Argentina for that space, in a diplomatic row nominated as Question of Palmas. After the resolution of this, the Brazilian government's policies with territorial immigration geoeconomic and geopolitical interests, as evidenced by the deployment of small farms, which no strength to produce the export products to turn their production to grocery, absorbed by the demand generated by urbanization and industrialization developed in southeastern Brazil. In this context, the exploitation of mate takes a secondary role in this socio-spatial formation, in which cereal production and livestock development, especially pigs, have assumed crucial role in determining the region's economy and spatial organization. After the restructuring of production in the 1970s, in which the industry ervateira experiencing a technical improvement that increases the demand for raw material, is contributing to upgrading the product. Moreover, through the same phenomenon (restructuring productive) farmers experience a process of selectivity and marginalization, which induces the constant search for alternative production enabled the social reproduction of the same. The combination of these factors corresponds to the assumptions that account for the reintegration of the cultivation of yerba mate in the city, with high production of this statement in 1996 (Agricultural Census, 1996). To perform the study, it became necessary to understand historical and geographical formations of space developed in Palmitos / SC ervateira and peculiarities of the activity.

Keywords: Yerba mate, Palmitos / SC; spatial organization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 01: Biogeografia da erva-mate.....	32
ILUSTRAÇÃO 02: Quantidade de erva-mate exportada pelo Brasil entre os anos de 1920 a 1941.	357
ILUSTRAÇÃO 03: Destino das vendas internas de erva-mate catarinense no período de 1929 a 1933.....	43
ILUSTRAÇÃO 04: Mesorregiões de Santa Catarina e informação sobre estabelecimentos com declaração de ervais plantados e nativos no estado e nas mesorregiões Oeste e Norte, de acordo com Censo Agropecuário de 1996.....	45
ILUSTRAÇÃO 05: Síntese das técnicas empregadas nos processos de produção e sua relação espacial	49
ILUSTRAÇÃO 06: Etapas de sapeco e secagem em carijó.	52
ILUSTRAÇÃO 07: Imagens de sapecadeira; barbaquá de esteira e cancha.....	56
ILUSTRAÇÃO 08: Vista parcial de barbaquá automático.....	57
ILUSTRAÇÃO 09: Área contestada pela Argentina em território catarinense e localização de Palmitos/SC na área contestada.....	70
ILUSTRAÇÃO 10: Mapa de localização de Palmitos no estado de Santa Catarina.....	88
ILUSTRAÇÃO 11: Imagens da paisagem rural de Palmitos/SC durante a colonização e contemporaneidade.....	91
ILUSTRAÇÃO 12: População total, urbana e rural no município de Palmitos/SC, entre os anos de 1970 a 2006.	92
ILUSTRAÇÃO 13: Imagens da paisagem urbana de Palmitos/SC	93
ILUSTRAÇÃO 14: Quantidade das áreas plantadas, informada em hectares das principais culturas temporárias no município de Palmitos/SC.	94
ILUSTRAÇÃO 15: Número de efetivos de animais e número de estabelecimentos com declaração de criação no município de Palmitos/SC, entre 1985 a 2006.	95
ILUSTRAÇÃO 16: Estabelecimentos (unidades) e produção (T) de ervais plantados em Santa Catarina e Palmitos, entre os anos de 1975 a 2006.....	97
ILUSTRAÇÃO 17: Imagens obtidas no trabalho de campo.....	100
ILUSTRAÇÃO 17: Imagens obtidas no trabalho de campo.....	104

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. MÉTODO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	16
2.1 Os procedimentos metodológicos da pesquisa	22
2.1.1 Algumas considerações sobre a pesquisa	26
3. SOBRE A ATIVIDADE ERVATEIRA NO BRASIL	31
3.1 A atividade ervateira e suas peculiaridades	31
3.1.2 Produção e articulações internas	39
3.2. Da transição dos processos tradicionais de obtenção da erva-mate aos processos modernos	45
4. APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO NO BRASIL MERIDIONAL E A FORMAÇÃO SÓCIOESPACIAL NO OESTE CATARINENSE EM FINAIS DO SÉCULO XIX À PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI	59
4.2 - Antecedentes histórico-geográficos da ocupação no Brasil Meridional	60
4.2 Caracterização da formação socioespacial no final do século XIX nos Campos de Erê.....	64
4.3. Implantação das colônias e a posterior crise dos produtores rurais na ordem social competitiva no município de Palmitos/SC	71
5. A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DE PALMITOS/SC E PRODUÇÃO DE ERVA- MATE.	88
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116

1.INTRODUÇÃO

A presente pesquisa possui como objetivo cerne o estudo da produção de erva-mate nas diferentes organizações socioespaciais de Palmitos/SC, ao longo do tempo. A significativa elevação desse cultivo no ano de 1996 (Censo Agropecuário, 1996) alcançando 284 estabelecimentos com declaração de produção correspondeu a facticidade principal e primeira a ser investigada, buscando identificar os seus elementos explicativos. O acesso a conteúdos que abordam a formação territorial do Brasil, fez pensar no sentido presente em todo processo da formação do espaço, e influenciaram na definição final do objetivo, acrescentando-lhe a identificação da relação entre a organização espacial e a produção de erva-mate ao longo do tempo.

Desse modo, tínhamos uma facticidade (significativa elevação estabelecimentos rurais com produção de erva-mate em 1996) que objetivamos compreendê-la enquanto realidade relacional com o meio no qual estava inserida. Aplicou-se uma postura regressiva, ao efetuar uma retrospectiva atentando para as informações sobre a atividade ervateira, sobre a formação da área de estudo e da formação territorial do Brasil. Para tanto, a consulta a fontes bibliográficas de cunho histórico narrativo e/ou reflexivo foram primordiais, por possibilitar a compreensão acerca de um tempo longínquo, seja a informações mais pontuais que tratam especificamente da erva-mate, bem como possuidores de maior amplitude abarcada, como a formação territorial do Brasil.

Na investigação das territorialidades de caráter econômico é importante considerar a influência dessas produções na organização do espaço. Incumbiria então compreender a função dos arranjos territoriais estabelecidos em cada formação sócioespacial identificada num determinado período de análise. Na medida em que atuam em determinadas áreas, imprimindo-lhes feições específicas, determinando a funcionalidade de um espaço, mediante apropriação desse, as atividades econômicas podem ser compreendidas como territorialidades, provindas da ação de diferentes segmentos sociais, como empresas de diferentes naturezas, Estados, grupos civis, etc.

Tal perspectiva permite-nos situá-las na inquirição enquanto agentes territoriais que conforme os interesses, ocorre uma articulação de atuações entre

agentes econômicos e o Estado, visando a constituições de situações favoráveis aos empreendimentos e setores econômicos envolvidos. Referida situação é exemplificada pela atuação conjunta de instituições governamentais (Epagri) e grupos ervateiros na busca de flexibilização da legislação e ampliação da produção de erva-mate nas propriedades rurais.

Pressupomos que assim como a região Oeste catarinense, o município de Palmitos possui suas territorialidades contemporâneas vinculadas com a atuação das agroindústrias de carnes, que denotam uma posição hegemônica na conformação dos arranjos territoriais, vinculando com suas atividades, outras atividades materializadas de acordo com as características do espaço. Referida relação exige-nos que essas categorias sejam delineadas com o intuito de compreender a interrelação dessas territorialidades num mesmo espaço. Nessa perspectiva, desenvolveu-se essa pesquisa, com o objetivo de compreender a revitalização do cultivo de erva-mate em propriedades rurais no município de Palmitos/SC, inquirindo sobretudo, com a organização espacial contemporânea, mas desenvolvendo uma perspectiva histórica, contemplada na investigação das diferentes organizações espaciais ao longo do tempo, identificando nessas a função da produção de erva-mate nas propriedades rurais.

O entendimento histórico-geográfico da produção de erva-mate confunde-se com os processos de apropriação espacial no Brasil meridional, envolvendo desde antigas formas de ocupação do espaço até processo de privatização da terra a partir da colonização. Presente em ocupações efetuadas por grupos distintos, como os guaranis, caboclos e colonos migrantes, a produção de erva-mate perpassou diferentes contextos produtivos e conforme a organização sócioespacial presente em cada momento e suas características internas, assumiu posições diferentes.

Por ser uma atividade de antiga exploração, fez-se necessária a reconstrução histórica dos processos de ocupação e apropriação espacial do Brasil meridional (sobretudo Campos de Palmas e Campos de Erê), buscando elementos explicativos do comportamento da produção de erva-mate em cada contexto. A constituição territorial do Brasil carrega nos processos de apropriação dos recursos naturais e construção do espaço social as diretrizes do sistema vigente, produzindo ordenamento sociopolítico que assegure uma continuidade nas produções econômicas e relações sociais.

Historicamente atuações governamentais foram desdobradas visando assegurar domínios territoriais e posteriormente dotá-los de “recursos” compatíveis com o ideário de Nação a ser construída e que paulatinamente, adquiria materialidade. Desse modo, através da implantação da pecuária extensiva e atividades adjacentes (exploração de erva-mate) assegurou-se o pertencimento ao Brasil das possessões territoriais no Cone Sul, que posteriormente coube um processo de redirecionamento das atividades desenvolvidas nesses espaços para atuar em conformidade com a dinâmica nacional. Na inserção do Oeste catarinense à dinâmica nacional, essa passagem é elucidada através do desenvolvimento da pecuária como estratégia de ocupação do espaço, e posteriormente desenvolvimento de colônias militares (Chapecó e Chopim) e de povoamento. Essa última transcorrida após a resolução da Questão de Palmas supriu as necessidades de gêneros alimentícios para a economia doméstica.

Assim, a primeira irracionalidade do capitalismo se fez atuante nos finais do século XIX, no Oeste catarinense ao privatizar a terra, elemento não provindo do trabalho humano, mas que possibilita a expropriação de valor mercantil. A essa medida política adiciona-se a funcionalidade atribuída às propriedades rurais implantadas nas colônias de povoamento (1926) que corresponde ao desenvolvimento da agricultura para abastecimento de gêneros alimentícios na economia doméstica.

A nível nacional os impactos de fatos que romperam o contexto colonial adquiriam vulto e disseminando-se no espaço brasileiro, construíram arranjos espaciais que impulsionaram as medidas desenvolvimentistas. Nesse contexto, o embrionário mercado nacional estabelece relações com as colônias implantadas no Brasil meridional, subjugando as produções ao circuito mercantil, o que para Martins (1996) é condição (necessária e) suficiente para o sistema vigente imprimir suas feições.

O aprofundamento das relações mercantis, condicionará não mais a venda do excedente, mas a produção para o mercado, que de forma gradual, rompe as barreiras entre agropecuária e indústria, bem como rompe com formas tradicionais de produção. Dado a absorção dos produtos advindos da policultura de grãos desenvolvidos nas colônias de povoamento, observou-se a erradicação de ervais no município de Palmitos, subjugando a atividade à funcionalidade de complementação de rendas em poucas propriedades rurais.

A reestruturação produtiva ocorrida a partir da década de 1970, implicou alterações nas produções agropecuárias e industriais. Nas primeiras, em virtude do aprofundamento das relações estabelecidas entre essas e a indústria (sobretudo a processadora), visualizou-se práticas no sentido de elevar a produtividade através da aplicação de tecnologias que elevam a produção. Todavia, dado o elevado valor de capital necessário para desenvolvimento dessa agropecuária moderna, tornou-se inviável para produtores rurais com baixa capacidade de produção, impelindo-os na busca de alternativas para complementação das rendas para a unidade de produção.

Por outro lado, a indústria ervateira (assim como as pertencentes à outras atividades) ao alterar as técnicas empregadas no processo de obtenção de ervamate, acabou influenciando nas unidades de produção dessa. A necessidade crescente de matéria-prima ocasionou valorização mercantil dessa, que adicionada ao processo de seletividade e crise vivenciada pelos produtores rurais por outras atividades (suinocultura, grãos etc), contribuiu para nova inserção do cultivo de ervamate nas unidades produtivas, desempenhando função de complementação econômica com maior significação dos que no período precedente.

Ao estudar esse processo optou-se por segmentá-los em diferentes capítulos, autônomos mas interdependentes que contribuem para a compreensão das peculiaridades da atividade e da relação dessa com a organização espacial de Palmitos/SC ao longo do tempo.

Assim, o primeiro capítulo, apresenta o método e metodologias empregadas, esboçando a compreensão da relação estabelecida entre os elementos mundanos¹ nas suas diferentes manifestações. Utilizamos o mesmo capítulo para efetuar, algumas considerações que julgamos importantes, seja em relação aos procedimentos adotados, seja em relação às principais bibliografias consultadas, que atribuem coerência ao estudo.

No segundo efetuou-se uma compreensão histórica das peculiaridades da atividade no Brasil e suas relações comerciais externas, salientando nessa a preponderância da Argentina, que historicamente consolidou-se como a maior competidora com o Brasil na produção ervateira. Apresenta também as transformações tecnológicas que a atividade passou, da rusticidade dos carijos até a

¹ Ao utilizarmos esse termo, referimos aos elementos que estão no mundo, suas manifestações, sem empregar a conotação de vulgaridade que é associada ao termo e seus derivados.

modernidade dos barbaquás automáticos². Essas informações são importantes sobretudo quando correlacionadas com os itens seguintes, que abordam sobre as formações sócioespaciais desenvolvidas no Oeste catarinense e Palmitos/SC, permitindo relacionar as formas de reprodução social que a sociedade opta com os aparatos tecnológicos empregados nas atividades.

O capítulo quatro traz, numa perspectiva histórica, o processo de apropriação dos espaços no Brasil meridional, focalizando sobretudo Campos de Palmas e Campos de Erê, que posteriormente corresponderia ao Oeste catarinense. Adotou-se a seqüência histórica para apresentação dos fatos, com abordagem que contempla até a contemporaneidade, alinhando informações sobre a ocupação, apropriação espacial pela privatização (colonização) e as transformações econômicas que as propriedades rurais passaram, sobretudo a partir da reestruturação produtiva. Atribui-se um entendimento calcado na relação entre o todo e as partes, buscando compreensão das factuais locais nos eventos que transcorreram também à nível nacional.

O capítulo cinco focaliza o município de Palmitos, desde sua colonização (1926) até o momento do controle empírico de dados. Buscou-se direcionar a apresentação das informações numa perspectiva explicativa dos fatores conducentes da valorização do cultivo de erva-mate nas propriedades rurais, com significativa elevação no ano de 1996 (Censo Agropecuário, 1996).

Interessante observar, que a atividade ervateira esteve presente nas formações socioespaciais, assumindo posição distinta de acordo com as características dessas últimas. É possível intuir que a territorialidade da erva-mate se inseriu naquele espaço após uma ruptura de um regime de produção das unidades produtivas rurais, compreendido aqui, pelas condições satisfatórias de reprodução social obtidas mediante o desenvolvimento das tradicionais atividades produzidas desde os primeiros anos de referida formação socioespacial. Essa ruptura, ulterior a reestruturação produtiva no parque industrial da erva-mate, possibilitou a inserção desse cultivo como uma alternativa de renda ante as condições adversas que se construía gradativamente nas demais atividades, sobretudo no desenvolvimento desigual das unidades produtivas do município.

² Carijós e barbaquás são os artefatos utilizados no beneficiamento da erva-mate, entretanto o primeiro é mais rústico e possui menor capacidade de beneficiamento, enquanto que o segundo é mais aperfeiçoado, inclusive a partir da década de 1970, também passou a ser automático.

Na disseminação da planta como alternativa de renda para as propriedades rurais, estão presentes a atuação do Estado e pessoas vinculadas a atividade (ervateiros), que em determinadas circunstâncias sobrevalorizaram o cultivo visando sua disseminação, sem contudo existir contexto mercadológico favorável ao produtor rural, o que favoreceu para um processo de erradicação dos ervais ou parte desses, a partir do final da década de 1990.

2. MÉTODO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quando elaborada a proposta, ainda sobre a expectativa de uma empreitada a ser desdobrada, a certeza da opção metodológica era muito mais segura do que fora sentida em determinados momentos do trabalho. Quando mais nos aproximamos dos fatos, de suas nuances, das reflexões feitas acerca de temas e suportes teóricos, a clareza cede gradativamente espaço a dúvida e uma vontade de certeza que perigosamente muito mais que ofuscar pode cegar, estagnar conduzindo-nos a inflexibilidade ao invés da pesquisa. Resquícios de uma ideologia que nega a imaterialidade e anseia por provações, certezas claras e que também segmentou seus ramos, afastando o exercício perspicaz da razão, que só percebemos sua importância quando nos indagamos sobre nossas próprias crenças de mundo, até que ponto elas interferem nas atividades de um pesquisador, na forma como o pesquisador se coloca ante aos fatos e busca extrair deles o quê? A essência do fato ou os fatos que justificam sua visão, suas crenças? Não referencio a medíocre manipulação de dados, mas a influência que nossa formação enquanto indivíduo incluído e/ou excluído da sociedade impõe (in)conscientemente à nossa visão, à nossa razão, à nossa intuição.

Os métodos adotados pelas ciências sociais e humanas são predominantemente frutos de construções filosóficas que por vezes, não são inteiramente aplicáveis a uma determinada ciência, dado a escala que se dedicam a investigar. Enquanto as primeiras abarcam realidades contingentes, singulares e/ou particulares, localizadas em um tempo e em um espaço, a Filosofia dedica seus esforços à questões universais, imanentes, perguntas atemporais e por isso, os métodos nem sempre são fielmente aplicáveis nas ciências, entretanto, algumas leis e/ou princípios contribuem para as investigações científicas (LAW , 2009). Enquanto modelos de entendimento fornecem diretrizes para guiar o pensamento na labuta da investigação, sem contudo, corresponder a uma aplicação estática e inflexível.

Como suportes metodológicos optou-se por trabalhar numa postura híbrida e articulada, que sustente o entendimento do objeto de estudo. Utilizamos da história para compreensão das factuais; do princípio metodológico do todo e partes como meio investigativo que permite mobilidade entre diferentes escalas, cujo

entendimento não pode ser reduzido à uma única aplicação. A dialética é contribuidora nessa perspectiva, pois além de salientar a apreensão da essência dos fatos (KOSIK, 1976), pauta-se na interrelação das partes. A totalidade social, que apresenta a imbricação de instâncias concretas é alicerçada nas contribuições de Moreira (1996).

Optou-se por trabalhar com a dialética por encontrar nela subsídios que enriqueceram a idéia ainda “bruta” da engenhosidade mundana. Apoiou-se em autores marxistas para compreender o capitalismo e suas repercussões no espaço, atribuindo uma perspectiva histórica e dialética das factualidades estudadas.

Afirma-se a historicidade como meio investigativo (MORAES, 2002), possibilitando-nos um entendimento dos objetos e processos sociais, bem como o princípio metodológico do todo e as partes, também denominado de *totalidade*. Por compreender que, assim como enquanto realidade objetiva, faz-se uso da História sob visão dialética, no qual os fatos são cerceados pelos processos, cuja relação contribui para o entendimento destas duas grandezas analíticas. Cabe ao raciocínio a inteligibilidade do real, cindir a realidade e identificar os fatores determinantes para o contexto em foco e aplicar uma explicação lógica das particularidades identificadas na complexidade de relações e cenários. Paralela a historicidade, nos apoiamos no princípio metodológico do todo e as partes, que entram em sinergia com a dialética (que tudo está relacionado).

A dialética além de meio investigativo, mostrou-se também no processo cognoscente, dado que ao retornar nossa visão ao ponto de partida, os horizontes de entendimentos foram ampliados e qualificados, referido processo corresponde a espiral dialética. A lei da passagem da quantidade à qualidade identificou-se na histórica concreta, que pode ser exemplificado pela consolidação das colônias caracterizando a adesão à lógica capitalista, condição pouco perceptível nos primeiros anos de instalação dessas, ou ainda na fase da ocupação.

A totalidade aqui é compreendida não como um arrolamento exaustivo da realidade, em mínimos detalhes e adornos (por vezes supérfluos), mas, sobretudo, como um princípio explicativo de alguma causa ou fenômeno, que busca relação e conexão entre os elementos estudados e esfera maior ao qual eles pertencem, numa relação entre o todo e as partes. Para Moraes (2002, p.49/50)

se entende que esta visão totalizadora opera por sucessivos trânsitos entre níveis abstratos e concretos de reflexão e análise – em outras palavras, através de um contínuo fluxo entre a universalidade e a singularidade contida nos objetos tratados – pode-se tomar o estabelecimento dessas relações e conexões como uma ação particularizadora, visão que fundamenta a possibilidade de abordagens histórico-dialéticas em ciências humanas.

Trata-se de uma postura que busca uma explicação de uma particularidade sem isolá-la, permite efetuar recortes temporo-espaciais sem esterilizar seu conteúdo e que busca harmonia com a própria natureza do processo inserido no todo. É considerar que os processos particulares possuem uma autonomia que permite tomá-los como um ente.

Salienta-se ainda, que entre as partes de um todo não está estabelecido uma justaposição, mas relações complexas que se imbricam nas diferentes dimensões da vida humana as quais coube ao Homem, para saciar sua inquietação a tarefa de segmentá-las em ramos do saber distintos (e ainda, dentro destas dimensões uma gama infindável de relações). Entre a diversidade das partes pode existir uma independência, que permite isolamento, todavia existe uma relação entre estas partes, que muitas vezes é desconsiderada, em virtude da objetivação que move uma pesquisa.

Neste trabalho, traçou-se como objetivo o entendimento da organização espacial de Palmitos e a sua relação com a produção de erva-mate ao longo do tempo (finais do século XVIII até contemporaneidade), mas seu entendimento exigiu postura transescalar, que buscou explicações em fatos que marcam tanto a história do país, como outros que são específicos do objeto. A importância dos primeiros se deve não à dimensão territorial que abrangem, mas a capacidade de influenciar fatos e fenômenos em diferentes partes do país e, portanto são comuns à muitas outras pesquisas. Esse processo de decomposição, separa o primordial do secundário, semelhante a estrutura do pensamento, isola os fatos e despreza alguns deles (temporariamente ou não), mas inevitavelmente, penetra na realidade e avalia-a (KOSIK, 1976), portanto, fundamental em pesquisas semelhantes à essa. Essa postura que buscou identificar na retrospectiva os elementos do passado que subsidiam o presente, é compartilhada com Andrade (1995, p.77) para quem “o presente é plasmado em um passado que continua presente e se projeta para o futuro”

Para Kosik (1976, p. 13/14), a essência da realidade está vinculada com o aspecto fenomênico (que norteia o homem vulgo e é também este homem), todavia alcançada através da abstração “que possibilite uma compreensão aprofundada das formas que orientam a ação humana”. Para o autor, um viés que contribuí para alcançar a dimensão da compreensão pela historicidade seja por meio da filosofia da história ou pelos eventos históricos que são intrinsecamente relacionados.

O fato de a ação cotidiana estar vinculada com a essência do fenômeno sustenta a importância da relação na compreensão dos processos e representa, metodologicamente, a “parte” a ser analisada. Corresponde as partes ao suporte para o evento do todo. Embora intrinsecamente relacionados, o aspecto fenomênico não corresponde a essência, a realidade (mais compreensível no todo). Essa última, “não é o mundo das condições reais em oposição às condições irreais, tampouco o mundo da transcendência em oposição à ilusão subjetiva” (KOSIK, 1976, p.23). “É um mundo em que as coisas, as relações e os significados são considerados produtos do homem social, e o próprio homem se revela como sujeito real do mundo social” (KOSIK, 1976, p. 23). É um produto histórico, que assim como o entendimento de si é alcançado através da historicidade dos fatos, expressando as intencionalidades e funções a que estavam subjugados.

Se a realidade em si é a essência, a mundaneidade não levada a um processo mais radical de teorização permanece como se manifesta: um mundo de aparência, fetichizado, contraditório. A história se resumiria a mera narração dos fatos, e a geografia, à uma descrição do espaço. Tais colocações enfatizam a importância de um processo racional aplicado para com os fenômenos, de modo que sua compreensão não se restrinja na identificação de realidades sensoriais, mas perpassa a esfera inteligível. Isto também afasta o equívoco de tomarmos como real (e científico) aquilo que é exato numericamente, que se exprime no fisicalismo ou positivismo, que acabam por subjugar o que não é quantificável como mera subjetivação que contrapõe a razão (KOSIK, 1976).

Santos (1985) expõe sobre uma visão do espaço como sistema de sistemas ou sistema de estruturas, que é semelhante a visão da totalidade-partes aqui empregada. Para o autor, os diversos elementos do espaço estão em constante relação uns com os outros, em diferentes direções. Tais relações não são causais, mas partir das características presentes nesses elementos, que permite afirmar que as qualidades e atributos formam um “verdadeiro sistema”. Exposta a compreensão

sobre a formação do sistema, a autor assim prossegue focalizando sobre a relação entre sistemas e subsistemas:

O sistema é comandado por regras próprias ao modo de produção dominante em sua adaptação ao meio local. Estaremos, então, diante de um sistema menor ou correspondente a um subespaço e de um sistema maior que o abrange, correspondente ao espaço. Cada sistema funciona em relação ao sistema maior como um elemento, enquanto ele próprio é, em si mesmo, um sistema. Caso o subsistema a que referimos seja desdobrado em subsistemas, a mesma relação se repete, cada um dos subsistemas aparecendo como um elemento seu ao mesmo tempo em que é também um sistema, se se considerarmos as suas próprias subdivisões possíveis. (SANTOS, 1985, p.14)

É a partir da construção de subespaço que a parte adquire sua conformação. A parte não é algo que deve ser definido sem considerar o funcionamento dos seus elementos. É por esse viés que torna-se possível compreendê-la com dinamicidade própria, autônoma e relacionada com seu entorno. A relação pode ser apreendida observando o comportamento das factuais e processos presentes nas partes do todo, atribuindo significado aos processos e circunstâncias presentes numa dada escala temporo-espacial. Para Santos “fatos isolados são abstrações e o que lhes dá concretude é a relação que mantém entre si” (SANTOS, 1985, p.14).

A relação por ser de dimensão inteligível adquire maior complexidade para sua apreensão. Tal tarefa pode ser alicerçada na correlação entre as formas de uma dada realidade e as funções pertencentes à essas. Santos (1985) possui uma discussão a respeito dessas categorias primordiais para compreensão da produção do espaço, acrescenta à essas, as categorias de estrutura e processos. Contudo, como trabalhamos com produções agrícolas, que não possuem forma de longa duração, mas que conseguem moldar a paisagem e também desempenham funções num processo, julgamos mais coerente trabalhar com o que o autor, na mesma obra definiu por elementos do espaço.

Em produções agropecuárias existem formas que subsidiam a produção, como silos, a estrutura arquitetônica de construções para criação de animais, beneficiamento das produções, contudo o que mais enfocamos para o estudo *in loco*, é um tipo de lavoura permanente, que mesmo que altera a configuração paisagística de um lugar, que é modelada pelo homem não cumpre em todo o que o

autor afirma sobre forma. Sobretudo quando pontuarmos a compreensão que ele constrói a partir dessa em relação à rugosidades.

Por esses motivos é que optamos por trabalhar com elementos do espaço. Segundo o autor, eles seriam: homens, firmas, instituições e as infra-estruturas. Ao primeiro relaciona sobretudo o trabalho, não refutando as demais manifestações naturais e sociais do homem; as firmas estariam voltadas à oferecer respostas às demandas dos indivíduos no coletivo; as instituições responsáveis, em termos gerais, pelas prescrições do funcionamento social; infra-estrutura como o “trabalho humano materializado e geografizado nas casas, plantações, caminhos etc” (Santos, 1985, p.6).

Os elementos do espaço são os mesmos em qualquer espaço, mas o que permite falar de um espaço-concreto são as características desses elementos em cada fração do espaço que assumem comportamentos variados dadas as diferentes interações no tempo (SANTOS, 1985). A denominação é a mesma, o conteúdo e sua significação assumem posturas distintas, intrincadas com o ambiente em que estão inseridos.

Em dado momento da totalidade social pode ocorrer uma redutibilidade e intercambialidade de um ao outro, pois entre os elementos existe interação, adiante assim expõe Santos: “na medida em que função é ação, a interação supõe interdependência funcional entre os elementos (1985, pg. 7)” Tais processos foram constatados nas motivações que conduziram as produtores rurais a implantar ou erradicar plantações de ervais, na presença das instituições atuando junto à disseminação da planta como alternativa de renda, etc.

Enquanto princípio metodológico, o todo-parte não se restringe à uma única forma de aplicação, e aqui usamo-lo de duas formas. Compreendendo espaço enquanto uma totalidade social e como mecanismo de compreensão para o território nacional e suas “partes”, que buscamos elucidação com a exposição acima sobre sistema de sistemas. Essa relação recebeu maior ênfase na fase de transição da ocupação para implantação das colônias de povoamento.

Compreender a totalidade social é primordial para apreensão dos arranjos espaciais, dado que seus elementos não se encontram “soltos” no espaço, mas inserem-se na lógica desse arranjo (MOREIRA, 2007). Para o autor, a totalidade social, única e ao mesmo tempo diferenciada, envolve três instâncias que se permeiam, “projetando-se umas sobre as outras, cada qual contém as demais, de

modo que um fenômeno social qualquer é, ao mesmo tempo, econômico, jurídico-político e cultural-ideológico” (Moreira, 2007, p.71).

Parafraseando Kosik, Bernardes (2005, p.243) expõe que:

todo lugar percebido é parte de um todo, mas a totalidade não se percebe explicitamente, é caótica, nebulosa. É precisamente o todo que revela o lugar, seu significado e sua singularidade, tornando-se o concreto compreensível por meio do abstrato e o todo por meio da parte, operando-se esse movimento nos conceitos.

Enquanto concretude, a totalidade social pode ser compreendida através do entendimento do arranjo espacial. Nessa pesquisa enfatizamos as instâncias política e sobretudo, econômica na construção dos espaços do Oeste catarinense, no qual se insere o município de Palmitos/SC.

2.1 Os procedimentos metodológicos da pesquisa

Os procedimentos metodológicos de forma prosaica, são as etapas de manipulação do material pesquisado, “relaciona-se, assim, mais aos problemas operacionais da pesquisa que a seus fundamentos filosóficos” (Moraes, 2002, p.27). O que não implica diretamente em posicionamentos políticos, são recursos técnicos disponíveis para serem utilizados pelo pesquisador, que faz seu posicionamento político no entendimento mediante informações obtidas. Não define as diretrizes interpretativas, menos ainda o perfil ideológico do pesquisador (Moraes, 2002).

Esses correspondem as etapas investigativas e instrumentais utilizadas para efetivação dos objetivos, condução e cristalização da pesquisa. Aqui, mais uma vez resgatamos Kosik (1976), ao afirmar - a partir de leituras marxistas, que quando iniciamos uma pesquisa, temos um objeto a ser investigado, superficialmente conhecido. Contudo é mediante o desencadeamento das etapas que vão paulatinamente fornecendo subsídios para entender o comportamento daquele enquanto realidade concreta ou ainda aperfeiçoando o conhecimento se comparado

com a fase inicial. Esse procedimento corresponde a espiral dialética, que exige que o processo investigativo mantenha uma identidade e formalidade, permitindo que o retorno ao ponto de partida esteja condensado de conhecimento, proveniente da reflexão efetuada em relação ao objeto.

Desse modo, tínhamos uma factualidade (significativa elevação dos estabelecimentos rurais com produção de erva-mate em 1996) que objetivamos compreendê-la enquanto realidade relacional com o meio no qual estava inserida. Desse ponto, efetua-se uma retrospectiva atentando para as informações sobre a atividade ervateira, sobre a formação da área de estudo e da formação territorial do Brasil. Para tanto, a consulta a fontes bibliográficas de cunho histórico narrativo e/ou reflexivo foram primordiais, por possibilitar a compreensão acerca de um tempo longínquo, seja à informações mais pontuais que tratam especificamente da erva-mate, bem como possuidores de maior amplitude abarcada, como a formação territorial do Brasil. O acesso à esses conteúdos nos fez pensar no sentido presente em todo aquele processo observado, e influenciaram na definição do objeto.

O domínio da matéria social efetuou-se através da compilação e análise de dados por fontes secundárias (IBGE, e demais bibliografias citadas), bem como aproximação empírica, na qual, mesmo que em dois momentos de curta duração, considerou-se satisfatório, dado que o espaço em foco está relacionado com aquele que diz respeito a vivência da autora. E como atesta Kosik (1976), toda a formação presente no pesquisador, seus saberes teóricos, suas visões de mundo e posicionamento político fazem-se atuantes no momento que ele infere a realidade a ser observada, penetrando-a com a carga que consolida sua formação pessoal e profissional, buscando uma compreensão daquilo que se manifesta aos seus sentidos, como naquilo que pertence ao passado. Contudo tal barreira temporal é rompida através de conexões que são estabelecidas através do arrolamento de dados, informações e interpretações obtidas por outros autores, permitindo também um aprofundamento da compreensão acerca daquele. A compilação de dados consistiu num procedimento interessante por fornecer uma noção a respeito do comportamento do objeto em diferentes tempos, sendo possível efetuar comparações com as bibliografias que traziam informações sobre a mesma temporalidade, mas sem utilizar de informações mensuradas.

Salienta-se que uma das maiores dificuldade esteve vinculada com os dados sobre a atividade no passado. O que ocasionou desconforto não foi a inexistência

destes, mas a diversidade e divergências existentes, o que acarretou num trabalho de avaliação e posterior seleção das fontes mais confiáveis. O “parâmetro” de confiabilidade pautou-se na avaliação das fontes consultadas para elaborar o trabalho; quantidade de fontes que sustentam as mesmas informações e correlação destas com informações histórico-descritivas. Até 1950, optamos por dados obtidos por bibliografias como Figueiredo (1967), Costa (1935) e posteriormente utilizamos as informações do IBGE, dando preferência aos censos por seu caráter metodológico de investigação, uma vez que pesquisas como *Pesquisa da Extração Vegetal e Silvicultura* e *Pesquisa Agrícola Municipal* que também abordam a variável estudada são baseadas em estimativas, enquanto que os censos efetuam maior aproximação, o que determinou a escolha.

Para os dados contemporâneos, a situação se inverte. A ausência de um monitoramento de dados e baixa disseminação do que existe foram obstáculos sentidos durante a pesquisa, também constatados por Mazuchowski (1997). Tal condição pode ser resultado da extinção do Instituto Nacional do Mate, cujos interesses estavam dissolvidos no antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, que possuía uma área de atuação mais ampla. A formação do ABIMATE (Associação Brasileira de Exportadores de Erva-Mate) em 2008, com site disponível, ameniza essa situação, entretanto, é vinculado apenas com as ervateiras voltadas para exportação, o que reduz os atores abordados.

O controle de campo foi efetuado em duas etapas. A primeira em julho de 2009, com a finalidade de aplicação do questionário teste e levantamento de informações junto à informantes chaves, que se constituíram na: a) Secretaria Municipal da Agricultura e Epagri de Palmitos; nas quais buscou-se o levantamento com diferentes funcionários a respeito da temática; b) o segundo corresponde ao agente técnico que possui considerável tempo de atuação no setor, seja através de estudos (inclusive utilizado nessa pesquisa), da disseminação da erva-mate, trabalhando no desenvolvimento de comissões que visavam fomentar a atividade em diversos municípios, realização de diagnósticos do setor bem como assistência junto às ervateiras e propriedades rurais, sendo pessoa lembrada por alguns dos demais entrevistados. Tal trabalho foi desenvolvido pela vinculação desse sujeito com a Epagri de Chapecó. O acesso à biblioteca particular desse foi primordial, onde encontramos muitas obras basilares para a pesquisa. Atualmente, dedica seus esforços à disseminação de cultivo de oliveira, dada a inviabilidade da erva-mate

junto às propriedades rurais pertencentes à jurisdição da Epagri de Chapecó/SC. Salienta-se ainda que até o ano de 2007, a Epagri de Palmitos pertencia à jurisdição da Epagri de Chapecó, contemporaneamente a sede de Palmitos também corresponde à unidade regional.

Essa etapa foi contemplada também pela aplicação de dois questionários testes junto às propriedades rurais, o que possibilitou uma avaliação da eficiência do instrumento de pesquisa, possibilitando adaptação dessa ferramenta para o trabalho de campo posterior.

Na segunda etapa, primeiramente realizou-se contato com o antigo proprietário da ervateira que atuou em Palmitos que deixou de funcionar na década de 90. Todavia, o proprietário continuou na atividade, realizando a compra da erva-mate junto às propriedades rurais, e coordenação da equipe de extração. Esse se constituiu em um informante primordial para obter uma noção da atividade na contemporaneidade, além de indicar quais as propriedades rurais que deveriam ser visitadas além da localização das mesmas.

Posteriormente passou a visitação dessas propriedades rurais que deveriam atingir um total de 26 unidades, sendo que duas já haviam sido pesquisadas em julho daquele ano. A porcentagem foi definida a partir dos dados do Censo Agropecuário de 1996, que apontavam 284 estabelecimentos com declaração de cultivo de erva-mate, em virtude da não divulgação dessa mesma informação no Censo Agropecuário de 2006. Objetivou-se efetuar controle entre 9 a 10% da cifra de 1996, encerrando o trabalho com 9,85% de propriedades rurais pesquisadas (28 unidades). No início de 2010, pode ser observado os dados sobre essa variável no Censo de 2006, no qual o total de propriedades rurais com produção de erva-mate totaliza 43 unidades. Contrapondo essa cifra com aquela pesquisada em campo, acreditamos que o controle de campo, em questões numéricas foi satisfatório.

Um questionário foi tomado como norteador das entrevistas, contudo, apenas para não esquecer das variáveis importantes a serem coletadas em campo. Buscou-se atribuir informalidade as visitas e conversas, de modo, que algumas informações (sobretudo as reclamações) fluíssem naturalmente, possibilitando a emergência de questões que não seriam abarcadas pelo questionário. As perguntas foram elaboradas com foco nas motivações e áreas destinadas ao cultivo tanto no tempo da inserção quanto da erradicação (quando ocorreu), interrogou-se também

sobre as demais atividades que compõe a propriedade, período da inserção na atividade, compradores, mão de obra e área da propriedade.

Para procedimentos de análise, efetuou-se uma divisão das propriedades pesquisadas tomando como base a estrutura fundiária (informada em hectares), localizando as propriedades nos seguintes grupos: até 15 hectares (denominado grupo A), acima de 15 hectares até 25 hectares (denominado grupo B), acima de 25 hectares até 35 hectares (denominado grupo C), acima de 35 hectares até 45 hectares (denominado grupo D), e acima de 45 hectares (denominado grupo E). Das 28 entrevistas realizadas com os produtores rurais, apenas um proprietário mostrou-se desconfortável com a pesquisa, na qual buscou-se contornar a situação em virtude de ser a única propriedade que detinha as etapas de obtenção e beneficiamento do produto na propriedade; a amenização do desconforto e desconfiança foi obtida ao informar que desejava apenas “*ver*” o carijó, afirmando não ter conhecimento do artefato, satisfeito com o pouco solicitado, mostrou o local, forneceu as (poucas) informações que serão expostas, igualmente permitiu o registro fotográfico.

2.1.1 Algumas considerações sobre a pesquisa

O presente estudo possui na elevação das propriedades rurais de Palmitos/SC com declaração de produção de erva-mate no Censo Agropecuário de 1996 como facticidade que desperta a inquirição, cuja compreensão exigiu-nos um entendimento histórico-geográfico sobre a formação espacial do município e a busca de elementos que poderiam subsidiar a compreensão daquela realidade. Assim definiu-se o primeiro objetivo: investigar as oscilações da produção de erva-mate no município ao longo do tempo.

Nesse procedimento investigativo, são necessárias duas considerações. Sendo: a primeira refere-se a área abordada; com uma emancipação recente (1954), muitas informações as quais tivemos acesso, dizem respeito a dimensões espaciais precedentes aos atuais limites de Palmitos/SC, e que de forma gradual foram sendo fragmentadas em municípios catarinenses e paranaenses. Assim, haviam dados

referentes aos campos de Palmas, campos de Erê; a região Oeste de Santa Catarina, sem especificar essas em relação aos distritos, o que poderia facilitar a investigação. Essa diversidade de escalas, que refletem o próprio processo de fragmentação espacial da região de acordo com a consolidação das formações sócioespaciais, influenciaram no sentido de muitas vezes nos referenciarmos a denominações que não são o município em si, mas de alguma forma estão presentes na configuração desse. Acrescenta-se aqui, que o município de Chapecó, instalado em 1917 correspondia a toda atual região Oeste catarinense e desse foram fragmentados ao longo do tempo, 117 municípios que compõe as 293 unidades administrativas catarinenses.

A segunda consideração diz respeito a influência que o acesso a muitas informações reflexivas (que abordam desde processos concretos e ideologias presentes na formação territorial do Brasil, a formação e consolidação das colônias que contemporaneamente investigações apontam para um quadro ascendente de empobrecimento) exerceram sobre o objetivo, pois inquietavam no sentido de alinhar um trabalho que intui relacioná-las com a formação sócioespacial do município. Essa “vida própria” assumida pelas informações fez-nos acrescentar à primeira meta investigativa, uma tarefa complementar, de tentar relacionar informações de cunho mais social e interpretativo do que prender-se ao arrolamento de dados e sua explicação mais centrada na escala local. Entretanto a exposição dos capítulos prende-se à escalas (do todo às partes), ao tempo histórico e a informações específicas da atividade ervateira.

Nessa postura relacional são importantes as contribuições de autores como Renk (2009), Machado (2005), Moraes (2000; 2002) e Fernandes (1981), além de outros com informações que abordam dados concretos. Na definição das temáticas que subsidiaram o desenvolvimento da dissertação, algumas incursões foram efetuadas, com o objetivo de fornecer um esboço sistemático da compreensão do referido tema e como ele contribuiu para a compreensão do estudo.

Moraes (2000; 2002) corresponde ao autor primordial, tanto no fornecimento de informações sobre a formação territorial do Brasil como na postura metodológica que o autor trata esse temário. Por abordá-la como um processo que não cessa na delimitação dos limites e construção das fronteiras nacionais, nem nos grandes feitos que marcam a história de uma nação (sem desconsiderar a importância desses), mas que desdobra numa temporalidade longa (sem previsão de finitude)

sempre a ajustar o território seja nos âmbitos sociais, econômicos, políticos, culturais envolvendo atores em diferentes escalas, solidificam uma escala maior³ é que a perspectiva adotada pelo autor, atenta para elementos metodológicos como possibilita o entendimento dos fatos localizados em tempos e espaços distintos envoltos num mesmo sentido, num mesmo processo constituído mediante outros pequenos processos. A história, produto do homem, é uma fonte importante a ser considerada para entender as suas demais construções, e assim como para o referido autor, nesse estudo ela foi primordial. É dentro dessa visão que se encaixam os demais autores que dentre eles destacamos: Fernandes (1981), Martins (1996), Renk (2009), Machado (2005) fornecendo informações mais pormenorizadas de algumas temáticas que tornaram-se de importante abordagem.

Fernandes é importante por esmiuçar o papel do povo na construção do Brasil, não reduzindo sua ação somente as lutas, mas na cotidianidade das suas ações (aqui também é importante a Kosik sobre os fatos no cotidiano que está presente na abordagem a escala local, que no método referencia-se como homem vulgo), que são alicerce para disseminação do capitalismo nos países subdesenvolvidos, o chamado capitalismo tardio. Sem acreditar numa repetição fiel àquele que ocorreu nos países centrais, Fernandes contribuiu para o entendimento desse processo a partir das peculiaridades existentes nos países periféricos, enfatizamos a noção de *ordem social competitiva* que resumidamente, abarca questões: sócio-culturais que dinamiza a migração europeia, cuja interpretação se articula com Machado (2005) e; questões econômicas-produtivas como pressupostos para enraizamento do sistema econômico vigente, cuja abordagem adquire maior substância quando vinculadas com as contribuições de Martins (1996) e Renk (2009). Para o autor a consolidação de uma situação de mercado em escala nacional, envolve ainda eventos de cunho político (Independência) e estritamente econômicos (mudança do padrão de relação dos capitais internacionais com a organização da economia interna).

Os demais autores, dizem respeito as informações concretas, extremamente importantes por permitir um domínio do objeto em estudo e que, ao longo do trabalho serão referenciados, cabendo ressaltar quatro: Adriano Martinho de Souza (1998), por efetuar um estudo da revalorização dos processos tradicionais de

³ Manifesta o uso do todo e das partes como um princípio metodológico a ser empregado no entendimento de um ou do outro.

produção de erva-mate no Norte catarinense, e permitiu aprofundar informações sobre essa atividade em uma das regiões catarinenses mais importantes e tradicionais na produção de erva-mate, inclusive sobre a modernização do parque industrial que mantém intrínseca relação com a revitalização desse cultivo nas propriedades rurais do Oeste catarinense.

Renk, em duas obras: uma fruto da dissertação de mestrado, focalizou as transformações sofridas pelos caboclos a partir do processo de privatização das terras e ervais, de caráter antropológico mas com informações relevantes quanto à área de estudo e procedimentos adotados pelos extratores de erva-mate no tempo das ocupações semi-nômades; a segunda obra, fruto da tese de doutoramento, estudou a construção do *ethos* pelos colonos migrantes no município de Palmitos, contrapondo a esperança carregada por esses durante a colonização, quando começam a construir o *ethos* num novo local com os frutos que suas gerações obtêm desse *ethos* construído (década de 90).

Além de algumas informações sobre comercialização nas colônias (também encontradas em Bavaresco (2005); Poli (1991)) o que lhe destaca é a saliência de um estado social que denota descontentamento⁴ com um espaço construído, que deveria responder de forma adversa do contexto em que estavam inseridos durante a pesquisa. Essa adversidade é fruto da conjuntura econômica construída na relação com o sistema no qual estão inseridos, que os produtores rurais retroagem de diversas maneiras, seja pela migração (Specht, 2001), pelas manifestações políticas, pela pluriatividade ou adoção de outros produtos agrícolas que possam resultar em melhores recursos financeiros. Caminhos que nem sempre frutificam o esperado, como será mostrado para o caso da erva mate nas propriedades rurais, que tão logo chegou ao auge na década de 90, da mesma forma retrocedeu na participação dos cultivos nas propriedades rurais de Palmitos (SC).

Autores como Rosin (1996) e Mazuchowski (1997) são importantes por efetuarem pesquisa empírica na década de 90, fornecendo informações sobre o contexto do setor que possibilitou ampliar os horizontes de entendimento do que essa pesquisa averiguou em campo, na década subsequente, e na correlação com dados secundários da mesma dimensão temporal.

⁴ Apresentado no título do livro: "Sociodiceia às avessas".

Apresentada a postura e as principais fontes da pesquisa, os itens seguintes correspondem aos resultados obtidos, adotando a seqüência dos eventos reais como norteadora da exposição.

3. SOBRE A ATIVIDADE ERVATEIRA NO BRASIL

Este item aborda sobre a atividade ervateira, sob caráter histórico, focalizando as informações relevantes para a área de estudo. Com esta postura, objetiva-se lapidar melhor as informações e sua apresentação e permitir deste modo, sua correlação com as informações acerca da reconstrução histórico-geográfica efetuada no capítulo subsequente. Destina-se esse às suas informações mercantis e do processo produtivo, uma vez que os elementos de caráter social serão tratados nos demais capítulos. A importância destas informações está no fato de permitir uma compreensão das mudanças que o processo produtivo passou e de que modo irá inferir nas propriedades rurais contemporaneamente. Esta oscilação, a nosso ver, reflete as implicações do próprio sistema, portanto relevante para compreender nosso objeto.

3.1 A atividade ervateira e suas peculiaridades

De acordo com Figueiredo (1967), o histórico da atividade nesse continente pode ser segmentado em quatro fases baseadas no agente com domínio da atividade. Sendo as fases: pré-missioneira, missioneira, paraguaia e brasileira.

A primeira fase se caracteriza com a tomada de contato pelos espanhóis no Paraguai com a erva mate. Salienta o mesmo autor, que quanto a antiguidade e área do consumo, existe uma divergência nas bibliografias, situação que também constatamos mesmo utilizando outras fontes, sendo que alguns autores restringem seu consumo à sua região natural de ocorrência, enquanto outros estendem-na para outras áreas, atravessando o Andes, atingindo países como Bolívia, Peru e Chile, e quanto à temporalidade em questão remete-a à civilização Inca (Souza, 1998). Tal incerteza não se apresenta quanto a presença dessa como hábito alimentar dos guaranis, localizados na área banhada pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai (Kricun, 2002). No Brasil, a planta tem sua região natural de ocorrência circunscrita aos três estados meridionais e Mato Grosso do Sul. A extensão territorial da área da

abrangência da erva mate está estimada em aproximadamente 450.000 km² (Croce; Floss, 1998). No Rio Grande do Sul, está presente nas regiões Centro-Norte e Depressão Central. No Paraná desde as regiões Sudeste e Centro-Sul ao longo dos três planaltos até a Serra do Mar, exceto o litoral. No estado catarinense, ervais nativos são registrados em aproximadamente 140 municípios, sobretudo no Planalto, desde a Serra do Mar até o Extremo Oeste, que faz fronteira com a Província de Misiones na República Argentina, que é a região de maior produção naquele país. Nas florestas do Vale do Rio Uruguai é percebida com menor frequência, com aumento na manifestação nas matas no Alto Vale do Rio Uruguai. (Croce; Floss, 1998). A região de ocorrência natural da erva-mate pode ser visualizada na Ilustração 01.

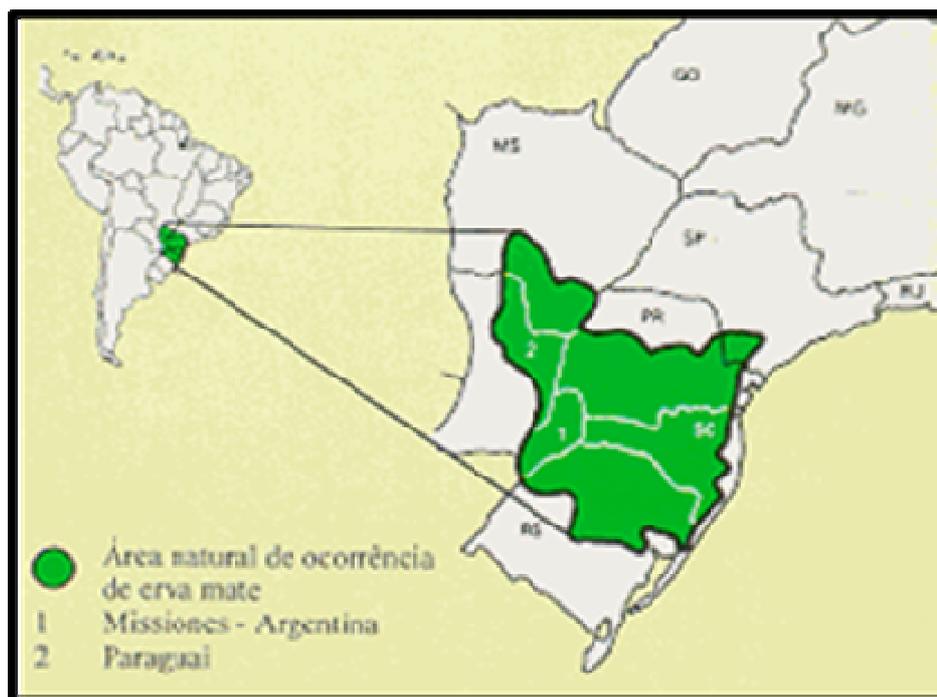


Ilustração 01: Biogeografia da erva-mate
Fonte: WWW.google.com.br

Quanto a difusão do consumo existe uma certeza no papel crucial que exerceram os exploradores espanhóis para ampliação da comercialização, o que ocasionou intensificação da exploração (Linhares, 1969). Contemporaneamente um produto com baixa participação na balança comercial brasileira, por vezes esquecida

nas reconstruções históricas dos municípios aos quais esta foi base econômica em momentos precedentes, foi no passado o fomento de muitos homens à inserção nas matas com intuito de encontrar ervais, estabelecendo organizações sócio-espaciais típicas, marcadas pela rusticidade das moradias, miserabilidade de seus trabalhadores, a permitir que posteriormente pesados fardos de erva mate eram tropeados aos pontos de comercialização.

É a partir dos colonizadores luso-hispânicos que será tecida uma rede de comercialização, ocorrendo a escravização de indígenas pelos chamados mercadores ou “*encomenderos*”, que a partir de então, disseminaram tanto o consumo como registros sobre a erva. Os registros arrolam uma concepção negativa sobre o hábito, pois leigos, autoridades espanholas e ordens religiosas (estas sempre presentes nas comissões exploratórias em terras americanas para permitir a aceitação pela providência) concebiam-na como produto com vinculações satânicas, associando seus efeitos aos mesmos da coca peruana; ou condenavam em virtude de ser também uma recomendação feita pelos pagés (portanto, pagã) e ainda pelo sistema de escravismo imposto aos indígenas na exploração do mate. Este causava a morte (precoce) dos nativos dado as condições de trabalho que eram subjugados, não apenas na colheita, mas no transporte dos pesados raídos⁵ por longas distâncias (Linhares, 1969). Primeiramente visto com negatividade o consumo da erva pelos nativos, a postura assume seu oposto ante a visualização dos lucros que a atividade permitia o que ocasionou a dinamização das explorações.

A segunda fase está associada com a implantação das missões jesuíticas, nas quais, a exploração de ervais correspondia a principal atividade. A aproximação entre os jesuítas e indígenas permitiu o uso da mão de obra nativa na exploração das ervaíras e posteriormente (para reduzir a perda da mão-de-obra) ocorreram as plantações de ervais junto às missões, datando de 1660, a primeira plantação ocorrida em São Xavier, margem direita do rio Uruguai (Figueiredo, 1967, p.18). Esse domínio da germinação da planta, por ter sido uma tarefa considerada difícil⁶ consta como grande feito dos jesuítas, o que lhe permitiu um domínio no comércio de erva mate.

⁵ Volume de erva-mate já colhido que possui pesagem diferente, pode ser encontrado de 15 até 200 quilogramas.

⁶ Aproximadamente 200 anos após foi efetuado novamente plantações em San Ignacio, Argentina, que será retomado melhor no final deste item.

As plantações possibilitavam uma melhor aceitação do produto graças ao melhoramento dos cuidados despendidos às erveiras e a erva cancheada⁷, privilegiando o produto missioneiro ante aquele colhido pelos demais exploradores. Os ataques às missões pelos bandeirantes impulsionados pela apropriação territorial e apreensão de mão de obra enfraqueceram gradativamente a exploração nas missões, com visível queda da atividade com a expulsão dos jesuítas (1767), condicionando o fim da fase missioneira.

Posteriormente a exploração paraguaia impera no circuito econômico já estabelecido na fase anterior, explorando ervais localizados em suas possessões como nas brasileiras, sobretudo no atual estado do Mato Grosso do Sul. O auge do interesse nos ervais brasileiros data de 1820, quando pode ser delimitado o início da fase brasileira, com intensificação da atividade no último quartel do século XIX (Figueiredo, 1967; Colodel, s/d).

O fechamento das exportações paraguaias pelo imperador do Paraguai, Francia possibilitou a inserção do Brasil com maior dinamismo na atividade. Neste contexto, observou-se que, enquanto no Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) vigorou o monopólio da Companhia Matte Laranjeira, algumas indústrias menores se instalaram no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estado em que, de acordo com Bavaresco (2005) o mate se equivale ao café para o estado paulista e permitiu a formação de uma classe social sobre os lucros obtidos com a exploração dos ervais, condição também visualizada no Norte catarinense (Souza, 1998). O estado catarinense, sobretudo na região Oeste, forneceu matéria-prima para as ervateiras paranaenses, o que facilitou o abandono e erradicação dos ervais após o processo de colonização pela inexistência de engenhos de beneficiamento final, processo que detém maior parte da renda e que posteriormente poderia ser aplicado em outras atividades, como ocorreu no estado paranaense (Bavaresco, 2005).

A partir de 1820 e, sobretudo no último quartel do século XIX é que a produção brasileira adquiriu florescimento, ao inserir sua produção no mercado já estabelecido anteriormente pelo Paraguai (Figueiredo, 1967). Concomitante ao crescimento que a atividade adquire no Brasil, as ocupações meridionais desenvolviam-se, adquirindo intensidade, articulando as ocupações com exploração de erva-mate e pecuária extensiva. Essa ocupação proporcionou acirramento da

⁷ Erva sapecada e triturada em granulação grossa, já apta ao consumo.

questão limítrofe estabelecida com a República Argentina, pois intensificava a presença humana sob domínio brasileiro em possessões pretendidas pelos argentinos. Através da exploração e comercialização de erva-mate, foi tecida uma rede de comercialização que ignora os pretendidos limites internacionais.

Ressalta-se que é nesse período que a indecisão das limitações internacionais entre Brasil e Argentina são intensificados, pressionando cada vez mais uma solução entre as partes envolvidas. Conhecida como Questão de Palmas entre os brasileiros e Questão de Misiones para os argentinos, esse conflito possuía tacitamente, o domínio de recursos naturais para prover a economia das partes envolvidas. Esses elementos são identificados com maior nitidez quando observamos as políticas territoriais adotadas pelos países envolvidos. A contestação argentina exigia a posse de terras entre os rios Chapecó e Chopim, pretendendo apropriar-se de uma área com abundância de ervais nativos.

Como na resolução do impasse limítrofe, o ganho de causa favoreceu ao Brasil, a Argentina passou a desdobrar políticas territoriais imigratórias, implantando colônias de povoamento nas quais o plantio de erva-mate era medida obrigatória.

A partir de 1903, o governo argentino passou a desdobrar políticas territoriais imigratórias e de proteção da economia nacional com intuito de estabelecer uma autonomia no abastecimento de erva-mate, através do regulação e monitoramento da plantação, colheita e importação permitindo reverter sua dependência em relação ao comércio exterior. É nesse mesmo ano que foi estabelecido a primeira plantação nacional na província de San Ignacio, com expansão de cultivo em 1911. A partir da década de 20, até meados da década seguinte mediante as novas colonizações que ainda possuíam como requisito a implantação de ervais, aproximadamente 65.000 hectares foram destinados para a produção de mate (Kricun, 1992).

Ressalta-se que durante o século XIX, a Argentina recorreu à produção paraguaia e brasileira para abastecimento interno. Artaza (1995) in Winge (1995) salienta que em fins do século XIX, a erva cancheada que abastecia moinhos e indústria argentina era exclusivamente importada, inexistindo produção interna significativa.

De acordo com Kricun (1992) dos atuais 194.000 hectares cultivados no país vizinho, 90,44% estão localizados na Província de Misiones, que divide-se em duas zonas de produção, o Alto Paraná na porção ocidental e o Centro na porção Oriental. Esta última possui o maior índice de produtividade (Kricun, 1992). Como a

Argentina correspondia ao grande consumidor de erva mate, portanto era fundamental adquirir autonomia da produção, seja através do domínio de um espaço estratégico que envolvia questões produtivas como geopolíticas, ou mesmo através do desenvolvimento de políticas territoriais que garantissem tal condição. A efetivação desta última alternativa possibilitou à Argentina autonomia do abastecimento do seu consumo de erva-mate, que veio desarticular a cadeia desta atividade no Brasil.

Sobre a produção argentina, a sua superprodução afeta a própria economia interna, repercutindo na criação do CRYM – Comisión Reguladora de La Producción y Comercio de La Yerba Mate – que como primeira medida legislou a colheita entre os anos de 1938 à 1952, com objetivo de equilibrar e adquirir estabilidade comercial, afastando a possibilidade de abandono dos investimentos efetuados nas novas colônias durante o final do século XIX e início do século XX na região de Misiones. Nesse período ocorre a taxaço de impostos sobre a importação de erva-mate beneficiada, para fomentar a produção interna e importar quando necessário a erva cancheada, que possui menor valor agregado que a erva beneficiada.

A esta medida ladeou a redução da importação (que afetou o setor catarinense), e em 1953 é autorizada a colheita total dos ervais, bem como a ampliação das plantações (mais 35.000 hectares) implantadas entre 1955 e 1960, o que reequilibrou a produtividade. A interferência governamental incidirá em períodos com proibições total da colheita, com encerramento das importações da erva brasileira (1966), estipulação de porcentagem máxima de importação da erva paraguaia (5 toneladas por ano), além do monitoramento de reposição de novos ervais, que visou uma produção, de certa forma estável (Kricun, 1992).

É perceptível a diferença de contextos que a atividade está inserida nos dois países. Para a Argentina, as políticas territoriais imigratórias desprendidas, sobretudo na Província de Misiones estão alicerçadas na implantação da economia ervateira que no Brasil, política da mesma natureza, produz o reverso, com redução dos ervais no espaço e na economia da região oeste catarinense, respaldada, sobretudo na policultura de grãos e pecuária. A consolidação da cadeia ervateira argentina, influenciou para ocasionar um contexto negativo para essa atividade no Brasil, sobretudo em áreas que desempenhavam a função de fornecedoras da matéria-prima, que não possuíam consistente parque industrial de beneficiamento do produto.

Com a consolidação da produção argentina e com a crise de 1929 (Souza, 1998), a exportação brasileira sofreu redução, desvalorizando o produto. De acordo com a estrutura construída historicamente nos diferentes espaços em que erva-mate desfrutava considerável importância na balança econômica, a atividade foi substituída por outras atividades que apresentavam cenário favorável. Observando os dados obtidos do IBGE sobre o total das exportações nacionais (Ilustração 02) é possível identificar uma estabilidade na quantidade de erva-mate comercializada entre 1922 a 1930, permanecendo num intervalo de 78 a 91 mil toneladas exportadas. A partir de 1930, ocorre uma ruptura nessa estabilidade, inserindo a atividade num declínio constante, constatável pela redução dos índices de exportação.

Ano	Quantidade (T)	Ano	Quantidade (T)
1920	90 686	1931.	76 760
1921	71 899	1932	81 400
1922	82 346	1933	59 222
1923	87 648	1934.	64 702
1924	78 750	1935	61 500
1925	86 755	1936	66 601
1926	92 657	1937	65 519
1927	91 092	1938	63 241
1928	88 180	1939	60 157
1929	85 972	1940	50 520
1930	84 846	1941	49 762

Ilustração 02 – Quantidade de erva-mate exportada pelo Brasil entre os anos de 1920 a 1941. Fonte: IBGE. Org: Moraes, C.

Posterior a 1935 a quantidade exportada permanece abaixo das 66.0000 toneladas anuais, o que reflete a pujança do setor argentino na conquista de mercados que anteriormente pertenciam ao mercado brasileiro, fato que é fruto da atuação conjunta do Estado e capitais privados argentinos. O Brasil permanece como o maior exportador de erva-mate, entretanto ainda sofre com a competitividade advinda da Argentina, tanto em relação ao comércio exterior, como para abastecimento interno.

Ressalta-se que a importação de erva mate da Argentina através do Mercosul, tem competido com a produção que visa o abastecimento nacional. A Argentina, que como resultado de suas políticas públicas alcança hoje o primeiro

lugar mundial em produção de erva mate, bem como mantém um aparato institucional de suporte à atividade que desempenhou função de modelo para as instituições brasileiras envolvidas no setor auxiliar a definição de um plano que possuía como intento a fomentação da atividade (Tormen, 1995 in Winge, 1992). De acordo com a ABIMATE (2010) a Argentina é o segundo país com maiores importações, atingido de US\$ 30.426.738, 00, enquanto que o Brasil alcançou a cifra de US\$ 36.166.361,00 em 2007.

Contemporaneamente, o setor, confiante na capacidade de produção da indústria ervateira, almeja triplicar a produção, concomitantemente com a conquista de novos mercados, um passo estratégico para circular a produção. Sediado em Erechim/RS, a Associação Brasileira da Indústria de Exportadores de Erva-Mate (ABIMATE), fundada em 2008, utiliza dos serviços da Apex-Brasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos) para ampliar o consumo no exterior, salientando os países do Oriente Médio, que atualmente tem importado o produto provindo da Argentina. Os principais mercados brasileiros são Uruguai, Chile, Estados Unidos, Alemanha, e em menor participação estão países como Argentina, França e Bélgica (ABIMATE, 2010).

Após queda nas exportações em 2002 e 2003 (aproximadamente 24%), as vendas apresentaram ascendência em torno de 126% de 2003 até primeiro bimestre de 2010, demonstrando retomada das exportações num período que envolve momento sensível ao comércio exterior (2009). De janeiro a fevereiro de 2009, a exportação atingiu quantidade de 4.182.877 quilograma, com valor agregado de US\$ 5.701.081,00, que apresenta um crescimento para esse mesmo período do ano de 2010, com total de 4.885.683 quilogramas exportados e US\$ 7.562.636,00⁸, com agregação de 16% no volume exportado (ABIMATE, 2010).

O consumo interno continua quase que restrito aos estados produtores. Atualmente o Rio Grande do Sul é o maior consumidor brasileiro, com 65%, seguido do Paraná com 17%, Santa Catarina com 12% e por fim, Mato Grosso do Sul, com 3%. Os dados de produção evidenciam inversão na disposição dos estados sulinos. Paraná possui a maior produção, respondendo por 36%, Santa Catarina contribui com 32%, seguida pelo Rio Grande do Sul com 29% e Mato Grosso que se mantém com 3% da produção (ABIMATE, 2010).

⁸ Segundo a ABIMATE, os dados foram obtidos no sistema ALICE.

O item seguinte traz algumas informações sobre as produções nacionais e articulação interna estabelecida, sobretudo com o intuito de elucidar o quadro econômico da erva-mate, que influenciou o contexto social vivido pelos habitantes do Oeste catarinense em finais do século XIX até o primeiro quartel do século seguinte.

3.1.2 Produção e articulações internas

No Brasil é possível diferenciar as organizações funcionais estabelecidas na exploração de erva-mate. Enquanto no estado do Mato Grosso do Sul, tem-se a Cia Matte Laranjeira que praticamente monopolizou toda a cadeia produtiva naquela região, nos estados sulinos as explorações ocorreram num primeiro momento de forma itinerante, ladeado a atividade pecuária extensiva como atividades intercaladas presentes na ocupação territorial e posteriormente junto às propriedades rurais. Tal condição serviu como facilitador para explorações ilegais e contrabando de erva, eventos registrados, sobretudo nas faixas de fronteiras e áreas próximas aos cursos d'água. No estado do Paraná, as explorações estrangeiras, muito bem organizadas, eram uma constante e as *obrages*⁹ marcavam a paisagem fronteiriça. A exploração de ervais do século XVIII até início do século XX, está relacionada, sobretudo, com o processo de ocupação, sem efetuar uma fixação da população no espaço. Deste modo, e pelas características tecnológicas da época, suas etapas e procedimentos técnicos eram rudimentares, intrinsecamente relacionados com as limitações impostas pela natureza da planta.

A constituição de espacialidades típicas de exploração ervateira e um conjunto de manifestações culturais estabelecidas na labuta desta atividade (vestimentas, vocabulários e valores¹⁰) também compõem o conjunto de elementos que permite uma distinção entre regiões brasileiras em que este recurso foi explorado. Salienta-se que em virtude da sazonalidade da atividade, esses traços típicos que marcavam a paisagem eram efêmeros e dada a rusticidade, logo poderia

⁹ Denominação atribuída às explorações ervateiras comandadas pelos argentinos no estado paranaense.

¹⁰ Renk (2006) aborda essas informações sobre o Oeste catarinense e Figueiredo (1967) para o Mato Grosso do Sul.

ser desmanchados. Contudo ainda é possível identificar nas características atuais o legado deixado por estas primeiras formas de exploração, seja na preservação das etapas produtivas (contemporaneamente são mecanizadas) ou na vinculação da atividade com a figura étnica do tarefeiro¹¹, cuja habilidade para desempenhar as funções é comumente atribuída à hereditariedade.¹²

As populações que se dedicavam à extração da erva, apresentam diversidade entre si de acordo com as regiões, mas exprimem também algumas semelhanças, geralmente imposta pela atividade. A atividade é simples, entretanto exige prática para suportar o trabalho bruto (geralmente mal remunerado), que expõe os *tarefeiros* às intempéries e acidentes da tarefa (amputações e lesões provocadas pelas quedas), além do afastamento da família. No estado do Mato Grosso do Sul, a mão-de-obra empregada era basicamente paraguaia, dado que aquele país detinha tradição na exploração da planta, o que explica o predomínio da língua guarani nas explorações. Ferreira (2007) cita a participação de índios Kaiowá e Guarani como mão-de-obra escrava na extração efetuada pela Cia Matte Laranjeira. As denominações atribuídas aos trabalhadores variam muito, sendo chamados de *mineiros* no Mato Grosso do Sul, *mensús* em algumas regiões do Paraná e *tarefeiros* no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mas que preservam entre as diferentes denominações a características de uma população empobrecida, que detinha na labuta da erva mate, se não a única fonte de renda, a principal.

No estado do Mato Grosso do Sul, abordar sobre a exploração da erva remete-nos imediatamente à presença, quase monopolista, da Companhia Matte Laranjeira, que se constituiu em um elemento da história da exploração deste recurso no país. Os trabalhos da Cia Matte Laranjeira ocorrem após o fim da Guerra do Paraguai, já disponibilizando da definição dos limites internacionais entre Brasil e Paraguai. É concedido¹³ à Thomaz Laranjeira, em 1882, permissão para exploração por 10 anos dos ervais existentes nos limites de Mato Grosso até a República do Paraguai, compreendendo uma faixa de 40 km (Ferreira, 2007). O mesmo decreto permitiu a exploração da erva pelos moradores locais, condição revertida 10 anos após, tornando ilegal toda e qualquer exploração de ervais nesta região que não houvesse estabelecido um contrato com o governo, garantindo, desta forma, o

¹¹ Entre os caboclos, a expressão tarefa da erva corresponde à colheita da erva-mate, por isso, denominaram de tarefeiro a pessoa que realiza a colheita da planta.

¹² Renk (2006) trata dessa associação, e foi percebida durante o trabalho de campo.

¹³ Decreto n 8799 de 9 de dezembro de 1882.

monopólio da Cia Matte Laranjeira. A partir de 1895 (Resolução nº 103, de 15/07/1895) ocorre a ampliação da área concedida à empresa, ultrapassando a cifra de 5.000.000 hectares (Ferreira, 2007).

Nos estados meridionais é possível identificar uma semelhança nas explorações, como as pequenas e médias explorações, a itinerância, padrões tecnológicos empregados (que geralmente eram mais arcaicos que aqueles presentes na Cia Matte Laranjeira); tipos humanos presentes. Mesmo com semelhanças é possível delinear dois contextos distintos que a exploração de ervais desenvolveu-se. Sendo:

a) vinculada com o estabelecimento de fazendas de gado nas áreas de campo e impulsionando a ocupação das áreas de matas próximas e que dispunham de erva-mate para exploração efetuada geralmente por populações de baixa renda, que mantinham relações de posse com a terra;

b) como alternativa de renda para os primeiros anos de colonização e em algumas regiões (Norte catarinense, por exemplo) serviu de baluarte para uma aplicação dos capitais adquiridos nessa atividade para fomentar a econômica industrial.

Para as regiões que comportaram a primeira tipologia (geralmente próximo às faixas de fronteira e com baixa densidade demográfica), a partir da colonização do século XX (que é um processo subsequente ao de ocupação) verificou-se que a erva-mate desempenha a função citada no item b. Todavia, nem sempre ocorreu o estabelecimento de um parque industrial para realizar todas as etapas de beneficiamento, dando seqüência a função desempenhada na fase anterior: fornecimento de erva cancheada.

No estado catarinense, a atuação da Companhia Industrial desfrutou de condição semelhante àquela usufruída pela Cia Matte Laranjeira. Localizada em Joinville¹⁴, a empresa explorou ervais nativos nesse município, como naqueles municípios existentes nas proximidades, através de privilégio concedido pelo decreto 1273, de 10 de janeiro de 1891. Esse concedia o direito de exploração de erva-mate em terrenos devolutos do Estado, nos municípios de São Bento, Blumenau, Curitiba, Campos Novos, Tubarão, Lages e São Joaquim, por vinte anos

¹⁴ A extensão territorial de Joinville naquele período difere das atuais, dado que ocorreu processo de emancipação distrital, gerando novos municípios, por isso registra-se a extração de ervais em município que contemporaneamente não está localizado na área de ocorrência da erva-mate.

(Valentin, 2009, p 63). Por ser uma empresa de exploração, estabelece uma rede de comercialização mais sólida que a exploração efetuada por pequenos extratores autônomos. O desenvolvimento consolidado da estrutura de beneficiamento, condição facilitada em virtude da formação sócioespacial ter sido desenvolvida desde sua gênese alicerçada na privatização da terra, possibilitando a inserção de formas mais duradouras no espaço, com maior capacidade de beneficiamento, transformou o Norte catarinense num espaço tradicional dessa atividade. Adiciona-se à esse fator a facilidade no escoamento da produção através das ferrovias Dona Francisca e São Paulo-Rio Grande.

Mesmo com significativa importância na economia dessa região, a atividade ervateira não desprende grandes alterações no espaço, sobretudo rural, dado seu caráter extrativo, bem como a possibilidade de efetuar o deslocamento do produto até os portos de comercialização ou estações ferroviárias, em surrões de couro em rudimentares carros de bois. Todavia, mesmo com a rusticidade da atividade, de acordo com Linhares (1969, p. 302), após a borracha era o produto extrativo mais importante para a economia nacional no início do século XX.

Sobre a produção nacional cabe ainda abordarmos a articulação entre as economias catarinense e paranaense. Trata-se de uma estrutura tecida desde as primeiras explorações, seja pela construção da estrada Dona Francisca que favoreceu o escoamento da produção do planalto catarinense (Figueiredo, 1967), seja pelo processo de ocupação concomitante entre os Campos de Palmas e Campos de Erê. Pressupõe que a relação entre estes dois estados envolve as comercializações e explorações ilegais, o que era comum sobretudo na região Oeste, em virtude da formação social existente, com fortes relações com os países fronteiriços e baixa comunicação com o restante do estado catarinense. A formação social que compôs o Oeste catarinense envolve a ocupação dos campos pelas fazendas de gado e áreas de mata, por população que praticavam agricultura de subsistência, mas detinha na erva-mate seu principal sustentáculo comercial para obter os produtos que não lhe era possível a produção. Para esses, pelas suas características socioculturais bem como pela condição diacrônica que a região mantinha em relação as demais áreas do país, os processos de reprodução social “não estavam” legisladas pelo Estado, sem importar a nacionalidade com quem

comercializavam¹⁵, o que condicionou também a ilegalidade das transações mercantis.

Com pouca presença de industriais para beneficiamento final, a produção da região Oeste catarinense destinava-se ao mercado argentino ou ao abastecimento do cadeia ervateira em Paraná, locais nos quais ocorria o beneficiamento da erva cancheada, permitindo maior valorização do produto. Essa condição possibilitou ao estado do Paraná a apropriação da maior parte da renda obtida na cadeia produtiva, o que impulsionou a ampliação do parque industrial paranaense, fato não vivenciado por Santa Catarina, pela condição de fornecedor de erva cancheada (Bavaresco, 2005).

Pressupomos que é desse contexto que edifica as afirmações da intrínseca relação estabelecida entre o fornecimento de erva cancheada por Santa Catarina aos engenhos de beneficiamento no estado do Paraná, pois se observarmos apenas os dados registrados por portos de exportação, verifica-se que o Estado que detinha maior parte da produção catarinense (beneficiada e cancheada) é o Rio Grande do Sul. No entanto, o relato de viajantes, historiadores e pesquisadores enfocam a rede tecida entre estes dois estados, sem deixar de ressaltar o contrabando recorrente (Linhares, 1969, Bavaresco, 2005, Renk, 2006, Poli, 1991). Deve ser considerado também que as informações transcritas no quadro foram obtidas a partir dos portos autorizados¹⁶, o que reforça a tese da ilegalidade.

Ano	Paraná		Rio Grande do Sul		São Paulo		MT	Outros estados
	Ben.	Canch.	Ben.	Canch.	Ben.	Canch.	Ben.	Bem./Canch.
1929	*	3.999	1.536.528	445.631	20.230	*	66.473	73.772
1930	*	1.001	444.442	513.196	2.755	1.593	54.382	76.000
1931	*	3.264	334.969	829.579	3.991	922	52.716	85.720
1932	*	8.542	573.365	474.753	9.839	*	24.168	38.800
1933	*	747	825.336	801.345	19.768	296	9.792	20.051

Ilustração 03 – Destino das vendas internas de erva-mate catarinense no período de 1929 a 1933. Fonte: COSTA, 1935. Org: Moraes, C.

¹⁵ Esse fato ocorre em relação à comercialização, pois mesmo com poucos contatos com as demais áreas do país, que não estivesse vinculada ao mate, consideravam-se brasileiros e não se autonominam de caboclos, sendo essa designação atribuída pelos colonos migrantes que ocuparam a região a partir de 1926.

¹⁶ São Francisco, Mafra, Três Barras, Canoinhas, Porto União, Rio Caçador, Rio do Peixe, Rio Uruguay, Herval, Bela Vista, Passo dos Índios, Itá, Dionísio Cerqueira, Passo Bormann, Ruy Barbosa, Lages.

O estado gaúcho, de acordo com os dados, foi o maior comprador tanto de erva mate beneficiada como de erva cancheada, seguido do Paraná, que não há registros de compra de erva-mate beneficiada, apenas cancheada. O estado de São Paulo, em alguns anos realizou a compra de erva cancheada, entretanto absorvendo sempre a beneficiada. De acordo com Costa (1935) os estados que realizam o abastecimento interno correspondiam à Santa Catarina e Paraná, enquanto que o Mato Grosso destinava sua produção para exterior e o Rio Grande do Sul para o abastecimento interno do estado. Dentre os países importadores no período destacam-se Argentina, Paraguai e Uruguai, os demais foram Alemanha, Bélgica, Cuba, Grã Bretanha, Inglaterra, África do Sul, Síria, Egito, Marrocos, Estados Unidos, Panamá, Áustria, Espanha e Portugal.

Como apontado anteriormente, existiam algumas diferenças entre as regiões exploradoras nos estados do Sul, quando consideramos a organização socioespacial das áreas de ocorrência desta atividade. Das atuais seis mesorregiões catarinenses, duas delas possuem seu histórico intrinsecamente relacionado com a atividade em estudo e que refletem a diferença acima citada. Refere-se às regiões do Oeste e do Norte catarinense. A primeira teve a maior parte de sua produção destinada aos engenhos localizados no estado do Paraná e em alguns casos, no Norte catarinense. Com poucos engenhos na região, logo a atividade desarticulou-se diante da crise, ocorrendo a erradicação dos ervais nativos para implantação da policultura de grãos a partir de 1926 (Bavaresco, 2005). Contemporaneamente, em virtude dessa erradicação no passado, o Oeste catarinense é responsável pela maior produção de erva mate provinda de ervais plantados no estado.

No estado de Santa Catarina as tradicionais regiões de produção continuam a desempenhar essa função, entretanto cabe salientar que a região Oeste ocupa posição privilegiada tanto na produção de erva-mate por ervais plantados como nativos, enquanto que a região Norte possui maior participação pelo extrativismo, como pode ser observado na Ilustração 04 referente ao ano de 1996, que apresenta também as mesorregiões catarinenses de acordo com o IBGE.

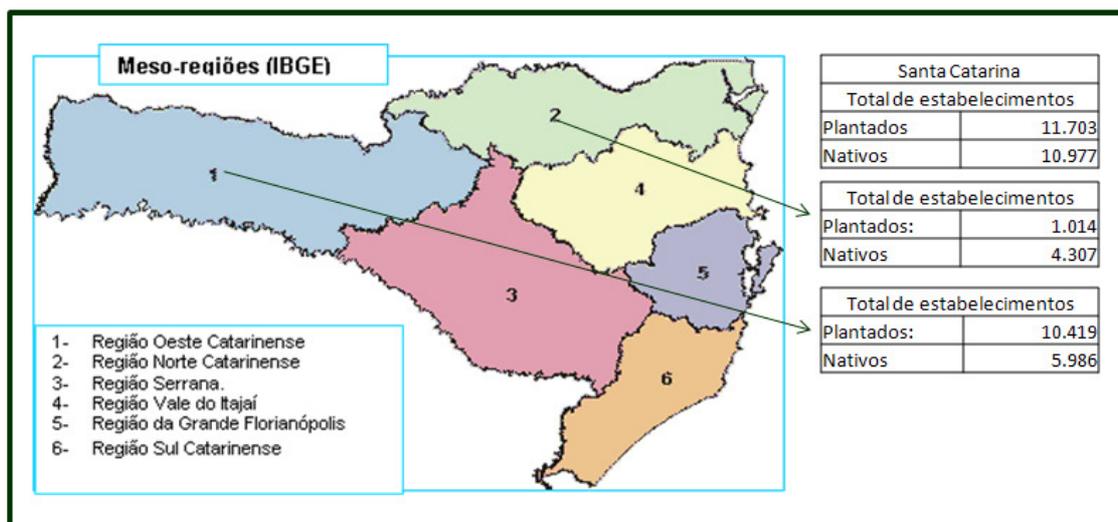


Ilustração 04. Mesorregiões de Santa Catarina e informação sobre estabelecimentos com declaração de ervais plantados e nativos no estado e nas mesorregiões Oeste e Norte, de acordo com Censo Agropecuário de 1996. Fonte: IBGE (1996; 2010)

Do total de estabelecimentos com declaração de ervais plantados, a região Oeste é responsável por 89% dos estabelecimentos, enquanto que a região Norte detém 8,6% e o restante é distribuído entre as demais mesorregiões catarinenses. Em relação aos ervais nativos, a situação não se reproduz. Com menos disparidade da relação existente nas declarações, estas regiões detém respectivamente 54% e 39% da produção de mate extrativo. A relação entre o total de declarações das propriedades que possui ervais plantados entre os anos de 1996 e 2006 demonstra uma conservação na porcentagem das participações, embora é perceptível que a redução ocorreu de forma generalizada no estado, com redução de 65%. Essa análise não foi possível ser realizada em relação aos ervais nativos, pois não estão divulgados por completo os dados censitários referente a 2006.

3.2. Da transição dos processos tradicionais de obtenção da erva-mate aos processos modernos

No processo de reprodução da produção (o que envolve a reprodução social) a construção contínua dos arranjos espaciais assume função primordial. O espaço

corresponde a materialização das formas pelas quais uma sociedade se reproduz na sua totalidade, efetuando um constante processo de adequação dos arranjos ou mesmo construção de novos modos de suprimir obstáculos que impedem o desenvolvimento do sistema vigente.

Ao otimizar as necessidades que são criadas em cada formação social, os elementos dos arranjos espaciais são alterados adequando-os as novas exigências. Nesse contexto formas tradicionais de produção foram, de forma gradual, condicionadas ao passado¹⁷, sendo substituídas por outras cujos caracteres são condizentes com as características do sistema de produção vigente. A reestruturação produtiva pode ser apreendida mediante a compreensão das técnicas empregadas para alicerçar a reprodução social, bem como qualifica cada formação sócioespacial em apta ou não para inserção de formas diferentes de produção. Santos (1985, p. 61) expõe que a produtividade do processo produtivo depende em parte da adequação que o território recebe em condições de tecnologia, capital e tempo. Essa adequação insere ou marginaliza os espaços no circuito dos processos produtivos, impelindo o homem no ajuste e aperfeiçoamento das condições tecnológicas necessárias para fazer-se atuante no circuito produtivo.

O conjunto que a sociedade contemporânea dispõe de técnicas, instrumentos e habilidades para consubstanciar sua existência são heterogêneos, oscilando desde o trabalho manual, bem como emprego de alta tecnologia. Santos (1985) afirma que cada técnica tem seu tempo de surgimento na sociedade, é caracterizada por essa e acaba caracterizando a própria sociedade que lhe atribuiu existência e que a emprega-a. Assim, não seria possível encontrar instrumentos tipicamente contemporâneos num tempo que não seja esse, ou posterior a esse se ainda for atribuído continuidade o seu emprego na sociedade.

Santos (1997) ao argumentar que o homem ao modificar o meio modifica a si, discorre sobre as diferentes integrações entre sociedade/espço, afirma que contemporaneamente o entendimento dessa relação dá-se centrada na separação em virtude da *artificialização* da natureza. Essa identificada como uma segunda natureza, conforme se distancia das formas primitivas de relação com o espaço aumenta a presença do homem no constructo desse. Processo que pode ser

¹⁷ Entretanto, não corresponde à um processo homogêneo, dado que formas de produção diferentes coexistem em um mesmo sistema produtivo.

compreendido como “a história da conversão das formas naturais em formas sociais, no processo da qual se dá a hominização do homem” (Santos, 1997, p. 26).

Na gênese dessa evolução, a coleta, caça e pesca contemplam as atividades desenvolvidas, que denotavam baixa intervenção à natureza, estando os homens fortemente subordinados a essa. O surgimento da agricultura e pecuária, por ocasião da revolução neolítica rompeu com o nomadismo, que conferiu gradativa intensificação da alteração do meio pelo homem, igualmente diferenciação dos espaços pela atuação do homem. A evolução do funcionamento do trabalho num conjunto social, permite-lhe a sua divisão por tarefas, que na sua gênese está a divisão por gêneros (masculino e feminino) para atender a consecução de trabalhos da produção social.

A relação entre os processos de produção e espaço adquirem maior nitidez com as palavras de Bernardes (2005, p.251) ao afirmar que “as periodizações internas na reconstrução do processo de produção do espaço constituem a manifestação concreta de uma forma de produzir, já que o espaço é a condição geral de cada forma de produção (...)”. Nessa perspectiva, o espaço construído pelo homem ocorre mediante uma relação dialógica entre espaço, enquanto condição de existência e as possibilidades que este espaço e a cultura humana, que neste caso, manifestasse pelo conjunto de técnicas empregadas e relações estabelecidas para consubstanciar uma produção.

O avanço das formas de produção é possível, porque além da fixação que possibilita o avanço nas organizações sociais, o aperfeiçoamento dos instrumentos assume papel ímpar nesse processo, e tornou-se uma constante, com extrema presença no processo de socialização da natureza, indicada acima referenciando à Santos (1996). Nessa perspectiva é importante resgatar o que Carlos afirma sobre trabalho que é,

antes de mais nada, uma atividade criadora que permite ao homem existir, criar produtos necessários à produção e reprodução de sua existência e, conseqüentemente, criar sua própria organização espacial. A organização espacial, ao mesmo tempo que viabiliza o processo de produção, é criada por ele e se modifica com a evolução desse processo. Assim, o trabalho é o ato através do qual o homem se relaciona com os outros homens e produz o espaço. (Carlos, apud Rossini, 1986, p.99)

O trabalho, como aspecto teleológico assume papel impar nesse advento. Um processo de seleção em relação ao ambiente circundante postula as primeiras formas de alteração do meio. Processo de seletividade que se desdobra à contemporaneidade, alcança não apenas os meios que o ambiente oferta, mas as possibilidades que o avanço da própria sociedade disponibiliza à quem possui condições de realizar o domínio delas (seja enquanto capital inteligível ou monetário). O trabalho do homem materializado em formas e estruturas cada vez mais avançadas que também devem desempenhar um fim específico que sublinha sua materialização num referido espaço.

Para Rossini, o trabalho

é muito mais que a ação do homem sobre a natureza; é um processo realizado e dirigido segundo sua vontade. Neste sentido o homem, graças ao seu trabalho, ao mesmo tempo que transforma o meio natural torna-o adequado às suas necessidades, e estão sempre definidas pelos sistema de valores que existe na sociedade onde vive. Suas necessidades decorrem não só das exigências biológicas mas também da vida em sociedade num determinado momento histórico. (Rossini, 1986, p. 99)

Tais fatos são conducentes para a complexidade das formas de apropriação espacial e funcionamento das sociedades, sendo cabível destacar a preponderância da economia no direcionamento das ações, inclusive como fomento para a apropriação de espaços noutros continentes, impondo um modo peculiar de produção e outro padrão de civilização¹⁸.

No processo de reprodução social, as técnicas empregadas sofrem alterações ao longo do tempo, podendo deixar de existir ou serem aperfeiçoadas para melhor ajuste às necessidades impostas pelas produções de cada sociedade (num determinado tempo). Ao observarmos o emprego tecnológico na obtenção da erva-mate, são perceptíveis as transformações nas técnicas, cuja necessidade ou

¹⁸ A expansão européia pelo mundo exemplifica a difusão de uma tipologia de relação sociedade/espaço, cujo advento detinha a apropriação de espaços como as matriciais para ulteriormente atuar, implantado estruturas produtivas e/ou através de pilhagens e explorações, destruindo e subjugando as demais populações e suas relações para com o espaço.

oportunidade estão relacionadas com a circulação de mercadorias (reestruturação produtiva na década de 1970) e fixação da ocupação humana (processo de privatização da terra). É oportuno observar que essa produção é significativa na relação entre função e ação estabelecidas na construção do espaço. Exemplo desse proposição é observarmos a funcionalidade atribuída à inserção do cultivo da erva-mate nas propriedades rurais, reconstruindo o espaço rural, com um objetivo claro: elevação da renda da terra. Portanto, o trabalho despendido nos cultivos de ervais articula na ação, uma função implícita, que também molda a paisagem do espaço rural.

Essa perspectiva torna possível classificar as transformações nos processos de obtenção da erva-mate, considerando o aparato técnico empregado e a relação social estabelecida com o espaço, ao analisar especificamente o Oeste catarinense. É perceptível uma relação dialógica entre espaço e técnica (enquanto suporte de produção) tecida de acordo com as características sociais de cada época. Assim, é possível distinguir três temporalidades, que estão resumidas no quadro síntese a seguir (Ilustração 05) e melhor trabalhadas nos parágrafos seguintes.

Relação espacial	Técnicas
Ocupação (final do século XIX até 1926) – ocupações efêmeras, vinculadas ao seminomadismo imposto pela erva-mate	Técnicas rudimentares e uso da energia animal e hidráulica. Procedimentos de obtenção da erva-mate correspondiam a: sapeco manual, carijos, pilões e/ou monjolos hidráulicos e estacionamento.
Apropriação (a partir de 1926 até 1970) – Corresponde a privatização da terra, através das colônias de povoamento.	As técnicas rudimentares da fase anterior ainda eram empregadas, mas passando a coexistir com novos aparatos tecnológicos, advindos da fixação humana: Os procedimentos e técnicas correspondiam a: sapeco manual, barbaquás, cancha movida por tração animal, monjolos hidráulicos e estacionamento.
Re-apropriação (a partir de 1970) – Consequência da reestruturação produtiva, ocorre a busca de matéria-prima para abastecer a indústria ervateira, buscando evitar a ociosidade do parque industrial. Nas propriedades rurais, esse fato é concomitante à intensificação da exploração, via modernização agrícola.	Nessa fase ocorre a automação da produção, e concentração do beneficiamento total nas indústrias. Esse advento é possível através do barbaquá automático, que realiza as etapas de sapeco, secagem, e cancheamento num único artefato. Foi precedido da sapecadeira automática e do barbaquá de esteiras. Período no qual ocorre o fechamento de pequenos barbaquás que secagem a erva-mate para vendê-la às indústrias de beneficiamento final. O estacionamento é uma etapa que foi abandonada a partir desse período.

Ilustração 05: Síntese das técnicas empregadas nos processos de produção e sua relação espacial. **Fonte:** Elaboração da autora.

A primeira classificação envolve uma relação espacial caracterizada pelo tipo de ocupação desenvolvida nos Campos de Erê. até meados da década de 1920, período no qual os processos podem ser classificados como tradicionais, dada a rusticidade que o substanciavam, desenvolvidos através da ocupação do espaço, sem efetuar uma apropriação mais efetiva. A periodicidade de colheita imposta pela atividade resultava em constantes movimentações dos agrupamentos humanos em busca de novos ervais para exploração.

Na fase da ocupação (final do século XIX até meados da década de 20), a extração e transformação estavam vinculadas a organização socioespacial, marcada pelo seminomadismo, rusticidade das habitações e aparatos tecnológicos, bem como conjunto de valores próprios das formações caboclas, parcialmente incompatíveis com o sistema de produção capitalista, mas que inseriam-se nesse através da comercialização da erva-mate¹⁹. Ao longo do tempo, alguns procedimentos produtivos permanecem, alterando os aparatos tecnológicos mas respeitando as etapas necessárias a obtenção do produto, que somente em finais do século XX, sofreu transformações mais intensas, concentrando-as na indústria.

A obtenção da erva-mate pode ser dividida em dois grandes grupos de procedimentos técnicos: o ciclo do cancheamento e de transformação. O primeiro era realizado junto aos ervais, incluindo a colheita, sapeco, secagem e cancheamento. Já o beneficiamento era realizado nos moinhos, engenhos, soques e indústrias, consistia na trituração e separação da erva cancheada em várias granulações. É na primeira fase que o produto adquiria suas características (cor, aroma e sabor), sendo que o beneficiamento ou transformação, apesar da denominação, nada acrescenta no produto, apenas altera sua característica física.

No processo de extração da erva-mate, os cuidados despendidos são extremamente influenciadores na qualidade do produto obtido e na conservação das ervaíras, e mesmo que rústicos exige uma série de cuidados que devem ser tomados pelos trabalhadores, preservando uma tradição das tarefas pertinentes à colheita.

¹⁹ A incompatibilidade se refere aos valores de uso da terra e dos recursos naturais, igualmente por práticas de produção que visavam o abastecimento quase que momentâneo, sem projeção para o futuro. Informações desse aspecto podem ser obtidas em Renk, 2006.

Também conhecida por recolta, a colheita consiste na corta dos galhos que posteriormente serão recolhidos para o sapeco. A recolta deve ser feita transversalmente, de baixo para cima, de modo que a parte exposta fique naturalmente protegida do calor do sol e geada. O descuido a referida técnica, por prejudicar a erva pode futuramente dificultar a compra da erva-mate da equipe²⁰ que causou o dano, sendo por isso uma técnica observada até contemporaneamente.²¹ A colheita dos galhos não deve deixar a erva totalmente destituída destes, mas preservar-lhe em torno de 20% para garantir a função clorofiliana da planta, possibilitando nova colheita após três anos (Souza, 1947). A recolta deve ser feita nos meses de maio a setembro, sempre depois de ter desaparecido o orvalho da noite depositado nas folhas e antes de entardecer.

Após a colheita era escolhido um local adequado para realizar o sapeco, geralmente próximo às ervas colhidas. O processo consiste em expor os galhos de erva-mate à ação do fogo, virando os ramos num movimento rápido e abrindo os galhos para uniformizar o processo. Quando as folhas não mais estalavam o procedimento era dado por encerrado. Tal procedimento tem por objetivo retirar parte da umidade evitando que as folhas fiquem enegrecidas, o que aconteceria se ocorresse a secagem natural.

A secagem, processo subsequente era efetuado nos carijós que consiste num varal ou jirau

assente sobre as forquilhas, à altura de 1,60 a 1,80 metros do chão. Era feito de varas nas quais se amarravam frouxamente os feixes da erva sapecada e quebrada, de tal modo que o calor do fogo, feito em baixo, pudesse penetrar entre as folhas suspensas, para favorecer a secagem (SOUZA, 1947, p.213).

O fogo constante realizava a etapa da secagem, que tinha por principal objetivo a retirada da umidade natural das folhas, para evitar o enegrecimento e estrago das mesmas. O carijó por sua rusticidade poderia ser armado em qualquer lugar, preferencialmente próximo ao erval, evitando o deslocamento com peso desnecessário. Possui uma capacidade baixa de secagem por quantidade, o que

²⁰ Refere-se a equipe contratada pela ervateira para efetuar a colheita de ervas, que são comandadas por um agente, que assemelhasse ao capataz.

²¹ Informação obtida durante trabalho de campo.

posteriormente foi interpretado como atrasado e primitivo. Martins (1926) *apud* RENK (2006) classificou este sistema como “bugresco”, em evidente desarmonia com o progresso. O trabalho durava em torno de 12 a 14 horas consecutivas e preferencialmente era realizado durante a noite. A Ilustração 06 registra os processos de sapeco e secagem em carijó.

Após a secagem o produto era transportado até um local específico para o cancheamento. Com um tecido estendido sob a terra, ou na “*terra batida*”, o produto era disposto sob aquela e a trituração através de um facão ou bastões completava o processo. Este “local específico” situava-se próximo às outras construções típicas de um acampamento para exploração de erva-mate. O uso de pilões manuais também era efetuado, sobretudo voltado para o consumo doméstico, que não restringia apenas a trituração da erva-mate, mas também na trituração do milho para obter a canjica, alimento muito consumido pelos caboclos.

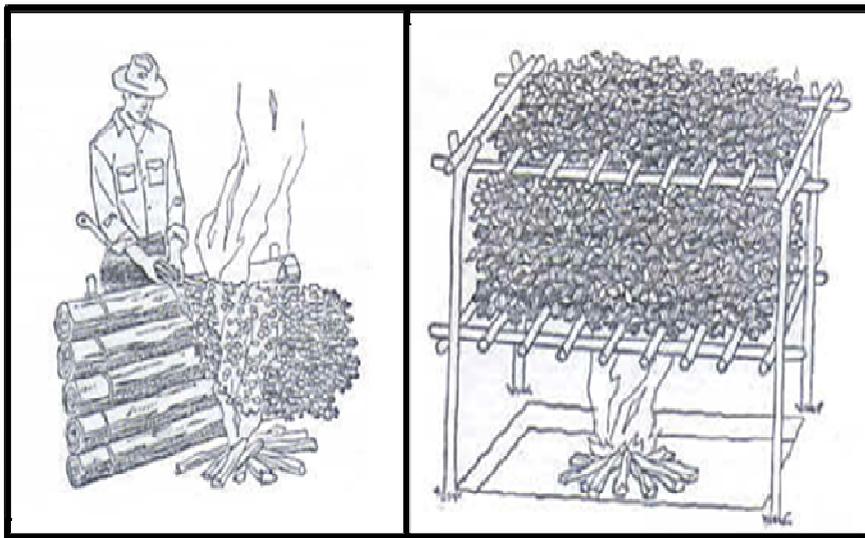


Ilustração 06: Etapas de sapeco e secagem em carijó. Fonte: Valentin, 2009. Org: Moraes, C.

Souza (1998) ao estudar o mesmo segmento econômico no Norte catarinense registrou outro tipo de sapeco, que também preserva a mesma simplicidade tecnológica. Consiste numa elevação de pedras (taipa) que separa e protege o tarefeiro do fogo, enquanto segura e abre os galhos para realizar o sapeco. Desenvolvido junto às propriedades rurais (já após a colonização) por famílias que

elaboravam o produto para autoconsumo, principalmente nos primeiros anos de colônia na região do Norte catarinense.

Esses procedimentos denotam significado, além do seu aparato tecnológico. Estão relacionados com o tipo de ocupação humana que era desenvolvido no Oeste catarinense, cuja itinerância relaciona-se com instrumentos de uso rápido e que posteriormente poderiam ser abandonados. Após o período da colheita, os carijos eram abandonados, deixando na paisagem alterações pelo trabalho humano, seja pela pequena clareira aberta na mata para implantar o carijó, seja pelos galhos de erva abandonados junto àquele.

Sobre o deslocamento do produto, Marsango (s/d) *in* Ceom (2010) afirma que após o cancheamento da erva-mate essa seria deslocada utilizando muares ou eqüinos até pontos de comercialização mais próximos²², que posteriormente seriam escoados para os locais de beneficiamento. A comercialização era efetuada nos centros maiores, junto aos engenhos (também conhecidos como soques²³ ou moinhos) que posteriormente escoaria a erva já beneficiada e pronta para consumo. Nos engenhos acontecia o beneficiamento final, que manipulava a mistura da erva (folhas picadas, talos e outras misturas) e envasilhamento para a comercialização final. Poli (1991) destaca que a partir da década de 20, com a queda nas exportações do produto, ocorreu conseqüente fechamento de soques regionais, caracterizando fatores que adicionados à espoliação que os produtores já estavam sofrendo com a privatização das terras, contribuiu para decadência e empobrecimento desses.

Com o processo de colonização do Oeste catarinense, inicia-se uma segunda fase, que denominamo-la de apropriação devido à alteração de alguns procedimentos de transformação decorridos da mudança de relação com o espaço, caracterizada pela fixação das ocupações, que permitiu aprimoramento das técnicas empregadas. A privatização da terra condicionou a fixação e apropriação com maior efetividade do espaço, possibilitando aos grupos humanos o desenvolvimento de técnicas mais aperfeiçoadas para efetivar as produções, bem como visava atender mais de uma safra, mas num mesmo local. No desenvolvimento das lavouras coloniais, nas propriedades que conservaram ervais, essa assumiu um papel secundário junto à obtenção de rendas para a propriedade.

²² Casas de secos e molhados, ou também conhecidos por “bodegas”.

²³ Predominantemente soques é atribuído a engenhos de baixa capacidade de processamento.

O desenvolvimento da policultura de grãos caracterizou essa nova formação sócioespacial, inserindo novas culturas e técnicas que contribuíram para redução dos ervais nativos. Todavia, isso não foi um fato homogêneo, dado que a atividade permaneceu em diferentes partes do estado catarinense e com diversidades no interior dessas regiões. Junto às propriedades rurais, a atividade se rearticula com as demais atividades desenvolvidas nas colônias, enquanto que no beneficiamento ocorreu gradativa modernização dos procedimentos e aparatos tecnológicos.

Adiciona-se também a limitação imposta mediante a ascensão do produto argentino, que gradativamente adquiria mercado, desestimulando a atividade no Brasil. O que atribui-se saliência, é que mesmo inserida num processo de desvalorização, sobretudo pela concorrência com o produto argentino, nos locais em que a atividade resistiu, a desvalorização ladeou as primeiras transformações nos processos de obtenção do produto (adoção dos barbaquás). Pertencente a uma conjuntura que esboçava pequenas alterações nas produções do setor primário e seus beneficiamentos na indústria, de forma análoga a atividade ervateira, adentrava na colonização²⁴ numa fase em que se inscreviam as bases da modernização do seu parque industrial.

As etapas de colheita e sapeco permaneceram inalteradas, com mudança durante a secagem, na qual o carijó foi substituído pelo barbaquá. Este corresponde à uma construção fixa de madeira com paredes e coberta por telhado, na qual a erva-mate não recebe o calor de forma direta, mas a transmissão indireta deste (que corresponde a principal diferença entre este e o carijó) ocorre porque o calor provem de uma fornalha que tem ligação com a câmara de secagem mediante um túnel feito de tijolos, num terreno de ligeiro aclive. (Souza,1998 p.33). Dentro do barbaquá, existem chapas de ferro que são aquecidas e distribuem uniformemente o calor. Por ser fechado, com uma ou duas portas que servem para auxiliar o controle da temperatura, o barbaquá funcionava como uma estufa de secagem.

A diferença tecnológica constata no aspecto construtivo entre os carijós e barbaquás exprime as características de uma fase de transição da relação com a terra mediante a privatização desta e intensificação da ocupação humana nesta região. O barbaquá por exigir maior investimento na construção, está fortemente relacionado com a fixação da ocupação e conseqüentemente da própria atividade,

²⁴ Essa colonização refere-se à implantação de colônias de povoamento que difere da colonização efetuada por Portugal no Brasil Colonia.

uma vez que exige maior aperfeiçoamento, possibilitando sua instalação de forma estável próximo às moradias nas propriedades que dedicam-se também à atividade ervateira.

Souza (1998, p. 35) destaca que a mudança dos carijós para os barbaquás como aparato técnico não altera a descontinuidade espacial do processo em si. A mudança ocorre na fase de sapeco/secagem que passam a ser fixadas e se integram espacialmente as demais atividades desenvolvidas nas propriedades rurais, ou seja, o aparato tecnológico utilizado para a secagem é uma construção estável nas proximidades das propriedades, sendo utilizado para várias safras.

O processo de cancheamento em alguns locais continuou a ser realizado como na fase da ocupação; sob um tecido na qual a erva seca seria cancheada. Posteriormente o cancheamento era efetuado numa instalação com duas paredes paralelas, separadas por uma distância de um metro entre as quais eram dispostos transversalmente os feixes de erva-mate para serem malhados (Souza, 1998, p. 35). Um martelo hidráulico (monjolo) ou pilões manuais também eram utilizados para o cancheamento, embora mais vinculados às produções de autoconsumo, em virtude da fragmentação excessiva que produzia.

Souza (1947, p. 215) faz menção à outro sistema utilizado para o cancheamento da erva-mate, que provavelmente substituiu as triturações feitas manualmente. Consiste num tabuleiro circular de quatro a cinco metros de diâmetro com piso de tijolos, ladrilhos, ou tábuas e paredes laterais ou tabiques reforçados de 70 a 80 centímetros de altura. Um rolete cônico, dentado de madeira pesada (geralmente imbuia e cabriúva), movido por força animal efetuava a trituração da erva-mate (Ilustração 07, imagem D). Posteriormente, um tabuleiro feito de madeira com furos para permitir a passagem da erva já triturada possibilitou a diminuição do trabalho subsequente (a coagem). A cancha pode triturar até 2.000 quilos de erva-mate a cada duas horas de serviço.

Depois de triturada a erva é peneirada para a separação dos paus e folhas, obtendo-se a erva cancheada que era posta para o processo de maturação final, no qual permanece num depósito (*noque*) que é um telheiro ou palhoça de ramagem (Souza, 1947), na qual a erva em estacionamento, adquire aroma.

A partir da década de 70, os processos de beneficiamento da erva mate serão desenvolvidos de forma concentrada, migrando do espaço rural para a indústria, fechando o espaço econômico de pequenos barbaquás e apropriando-se de mais

etapas do beneficiamento total da erva-mate. O que torna possível essa alteração é o desenvolvimento do *barbaqué automático*, que foi antecedido pela melhoria dos procedimentos da *sapecadeira* e *barbaqué de esteira* (Ilustração 07, imagens A, B e C). Esses dois artefatos são registrados no estado catarinense pela primeira vez na década de 40, no município de Canoinhas (Souza, 1998).

A sapecadeira consistia num cilindro de tela metálica (semelhante a um tambor), no qual eram colocados os ramos de erva-mate para sapecar, e posteriormente era exposto ao fogo de uma fornalha e girado a baixa velocidade. Depois de sapecada, a erva-mate era transportada e depositada não mais nas armações do jirau, mas num conjunto de esteiras, dispostas uma abaixo da outra, com movimento oposto, de modo que quando a erva-mate estivesse no final de uma, seria depositada na subsequente, mantendo o movimento até cair (a erva-mate) numa esteira que a depositaria na cancha. Esse conjunto de esteiras, que poderiam ser três ou cinco, corresponde ao *barbaqué de esteira*.

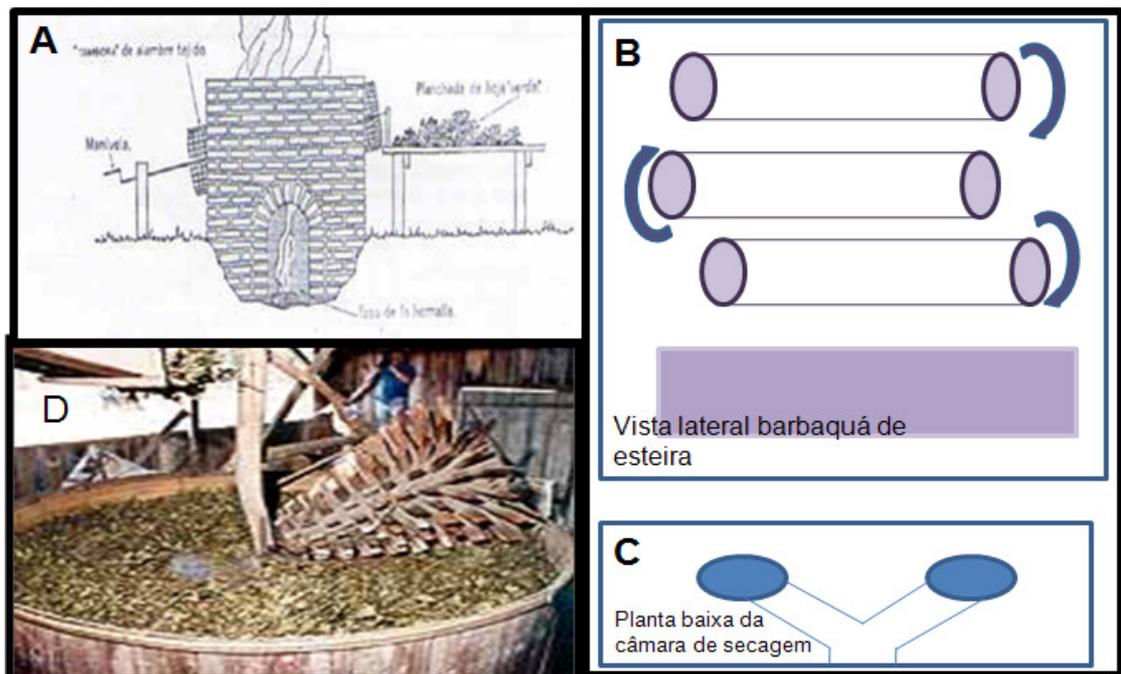


Ilustração 07: A – Sapecadeira; B – Vista lateral do barbaqué de esteira; C – Vista superior dos dutos transmissores de calor; D – Cancha. Fontes: A (Valentin, 2009); B e C (Souza, 1998) e D (www.google.com.br)

Com o *barbaqué automático* (Ilustração 08), instaura a possibilidade de transformação em grande escala, pois reunia as operações de sapeco, secagem e cancheamento, atribuído rapidez e continuidade ao processo, sendo composto, este

artefato, no princípio por quatro cilindros: o primeiro desempenhava as tarefas de sapeco, segundo e terceiro de secagem e o quarto efetuava o cancheamento. Posteriormente o artefato foi aperfeiçoado, intensificando e simplificando todo o processo de beneficiamento (Souza, 1998, p. 67/68). É a partir do uso desse que ocorre a centralização das etapas de beneficiamento, que mantém nas propriedades rurais apenas a produção e colheita, desativando os barbaquas existentes nas propriedades rurais, pois a comercialização da erva-mate passou a ser por folha verde.

Mediante essas transformações produtivas, observamos que a divisão das etapas confere um novo arranjo territorial. Nas relações de produção também se inserem mudanças, sobretudo se confrontadas com a fase anterior. Naquela observamos que, basicamente, as relações se davam entre os produtores e engenhos de beneficiamento. Nessa fase, ocorreu a inserção do *ervateiro*, que não necessariamente seja o proprietário de engenho de beneficiamento²⁵, mas é responsável pela administração da equipe de colheita (contratada pela empresa) e compra da erva-mate nas propriedades rurais.



Ilustração 08: Vista parcial de barbaquá automático.
Fonte: www.google.com.br

Contemporaneamente a extração da erva-mate ainda preserva algumas técnicas e instrumentos, mas circunscritos na colheita. O rápido enegrecimento das

²⁵ Para maiores informações sobre as relações sociais de produção especificamente da atividade ervateira contemporaneamente ver Arlene Renk. A luta da erva. Chapecó, Grifos, 2006.

folhas não submetidas ao sapeco, foi convertida ao aplicar uma técnica simples, mas eficiente em retardar esse processo, que consiste na substituição das antigas lonas ou tecidos utilizados para amarrar os ráidos por tiras de taquaras. Adiciona-se ainda o acondicionamento dos ráidos em posição vertical, permitindo que o produto permaneça em bom estado até oito dias após a colheita, possibilitando o escoamento de grandes quantidades para os engenhos de beneficiamento²⁶.

É nessa fase de automação da produção que a legislação também sofre significativas alterações rompendo com a identificação que o produto mantinha com o local de produção. Até a década de 1970, o produto final era classificado e identificado para comercialização considerando o emprego tecnológico e o local de produção, discriminando a forma de secagem (carijó ou barbaquá) e o estado de produção (Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, esses dois últimos na mesma identificação em virtude das semelhanças e relações existentes entre os estados). Após esse período, ocorre a padronização em um único produto (PN – Padrão Nacional), rompendo com a identificação que o produto possuía com o espaço no qual era produzido. Acrescenta-se também que é nesse contexto de pressão dos industriais, que a legislação flexibilizou a colheita, alterando do triênio para biênio para ervais nativos e anualmente para ervais plantados (SOUZA, 1998).

Mediante a transformação das técnicas empregadas para obtenção do produto, a atividade concentrou-se predominantemente na indústria, condicionando o espaço rural como fornecedor da matéria-prima. Acrescenta-se ainda que a alteração da legislação que normatizava tanto sobre a colheita como transformação final expressa a pressão que a indústria exercia sobre as instituições, visando a maximização das produções e demonstrando sua capacidade de influência nos arranjos espaciais. É perceptível que esta última fase, há um trabalho de reapropriação dos espaços, intensificando o manejo dos ervais visando elevar a produção de matéria-prima, igualmente no parque industrial, possibilitando elevar as produções, dinamizando o circuito de produção de capital (na produção, circulação e no consumo do produto em questão). Esse processo consubstancia a investida que o capital realiza nos sistemas de produção e, conseqüentemente, nos arranjos espaciais, visando a reprodução do sistema.

²⁶ Informações obtidas no trabalho de campo.

4. APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO NO BRASIL MERIDIONAL E A FORMAÇÃO SÓCIOESPACIAL NO OESTE CATARINENSE EM FINAIS DO SÉCULO XIX À PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

O objetivo dos parágrafos que se seguem é descrever as características das formações sócioespaciais construídas no Oeste catarinense, a partir do final do século XIX até a contemporaneidade. Localizada numa região que esteve em litígio por considerável tempo entre as metrópoles ibéricas e posteriormente os Estados do Brasil e Argentina, sua ocupação está envolta num processo de apropriação espacial e construção de espaços sociais que caracterizam a formação territorial do Brasil. Para uma compreensão pormenorizada da formação local, efetua-se uma reconstrução dos eventos e características que influenciaram na apropriação desse espaço.

A apropriação de espaços naturais e a construção do espaço social podem ser compreendidas mediante um corte ontológico, no qual é possível encontrar elementos com determinações específicas que particularizam um processo histórico singular. A particularização corresponde a confluência das características do meio natural, da sociedade e do contexto histórico predominante. Nessa relação a ênfase repousa no fator social dado que são os seus caracteres que definem as relações com o meio natural, bem como as relações sociais internas e externas.

Tal premissa nos permite afirmar que mesmo com elementos comuns à outras formações sociais é possível esboçar um viés investigativo que ao tomar as formas de apropriação espacial como diretriz de investigação possibilite a compreensão pormenorizada de como uma sociedade constrói a si própria ao longo do tempo no espaço. Essa unidade da formação sócioespacial no decorrer do tempo, mesmo com suas modificações é que permite tomar a apropriação social dos espaços como um ente, com identidade própria que o particulariza do meio no qual está inserido.

Nessa perspectiva, a relação sociedade/espaço é mediada pelo trabalho que possui distintas manifestações em um mesmo tempo e em um mesmo espaço ao longo do tempo. Em termos gerais, é plausível afirmar que as modificações do

trabalho (enquanto habilidade e instrumento) exprimem as permutas da sociedade. Para Moraes (2002), o trabalho é teleológico, dado que tal ação humana é carregada de uma finalidade a ser cumprida. No sistema capitalista, como o trabalho passa a corresponder a valor, a construção de espaços pode ser compreendida como um processo de valorização do espaço (Moraes, 2002). Santos (1985) argumenta que o espaço, enquanto *locus* de produção, confunde-se com o próprio processo produtivo, dado existem condições que inserem ou marginalizam os espaços dos circuitos de produção, o que impõe um processo de produção, ajuste do espaço para inseri-lo na lógica de produção.

4.2 - Antecedentes histórico-geográficos da ocupação no Brasil Meridional

Uma compreensão do processo de formação territorial do Brasil e posterior consolidação da soberania, impõe que seja referenciado o contexto vivenciado pelas metrópoles ibéricas. Portugal e Espanha são pioneiros na apropriação de espaços na América, todavia desenvolveram tal processo sob distintas formas, influenciadas pelo contexto sócio-espacial encontrado nas colônias americanas, uma vez que as ações implantadas nestas últimas corresponderam a notável articulação entre fatores exógenos e endógenos das colônias. Inverso ao cenário encontrado pela exploração espanhola, os lusitanos encontraram uma ocupação dispersa, com notável dependência das condições naturais, que dificultou uma rápida e intensiva apropriação espacial. Nos fatores de retardamento de efetivação exploração lusitana, soma-se a condição desfrutada no cenário mundial. Referido contexto, resultou na *formação* de um território (Moraes, 2000), um processo que, de acordo com Moraes (2002), continua até contemporaneidade, assumindo feições peculiares conforme os contextos vislumbrados

O processo de apropriação do espaço correspondeu a primeira etapa da formação de um território e muito aquém de causalidade manifesta as fomentações de seus protagonistas. Desse modo, a plasticidade das fronteiras herdada pelos novos Estados emergentes na América possui como elemento de causação a conquista territorial. As dimensões continentais do Brasil não podem ser

compreendidas numa visão que opte pelo ângulo da causalidade, pois norteado por dois importantes recursos de comunicação e dominação (o delta Amazônico e o estuário platino) que grosso modo, são esboçadas as limitações brasileiras e conferem unidade territorial a um espaço que antes da ação lusitana inexistia integridade que sirva de matriz para as atuais delimitações nacionais. Tal orientação estratégica afasta a possibilidade de compreender a formação territorial do Brasil na perspectiva da causalidade.

Para Moraes (2000, p. 21) “todo território tem uma história” que é a base de entendimento de sua conformação e estrutura em diferentes momentos, tomando-o como um processo que está aquém das delimitações internacionais, envolve um contínuo ordenamento territorial. A origem desse processo está nas formas de apropriação dos espaços, na formação de territórios. Para Moraes (1984), o conceito de território tem sua gênese (conceitual) nas ciências naturais, como a Botânica e Zoologia, em finais do século XVIII. Tais formulações foram primordiais para o desenvolvimento da proposta elaborada por Ratzel (Antropogeografia) definindo-o como propriedade de um Estado, um espaço vital para o desenvolvimento saudável de um povo.

O conceito de território esteve muito atrelado à Geografia Política Clássica, reduzindo à noção das extensões territoriais de atuação de um Estado. Em relação ao Estado, o território é apenas um dos três elementos que o conformam, sendo os demais, o povo e poder. Acrescenta-se aqui, que a formação de um território nacional não é um processo passivo e pontual, desdobra-se em diferentes ações conforme o contexto histórico do momento, considerando questões políticas, econômicas e sociais. Abordando sobre a formação do território nacional brasileiro, Moraes expõe

País de dimensões continentais, o Brasil é um dos poucos no mundo atual a não ter seu território plenamente construído, sua área de soberania excedendo seu efetivo espaço econômico, o que faz com que o país conheça – até na atualidade – dinâmicas fronteiras de povoamento e situações de apropriação de meios naturais “originais”. Assim, a história brasileira é um contínuo processo de expansão territorial (ainda em curso), cuja gênese remonta o expansionismo lusitano. (Moraes, 2000, p. 23/24)

Tais assertivas sustentam a perspectiva que enquanto território nacional em formação, os espaços circunscritos devam funcionar sincronicamente com o sistema sociopolítico vigente, dado que a soberania internacional obtém-se mediante coesão interna (Bobbio, 1987) extrapolam a unidimensionalidade da instituição política do Estado, mas envolvem dimensões econômicas, socioculturais e ideológicas.

Contemporaneamente, a categoria território abarca outros agentes, desadornando-o apenas da vinculação estatal. Souza (2005) enfatiza que esse é definido por e a partir de relações de poder, que podem ser estabelecidas desde pequenas áreas até em situações supranacionais (associação de países, por exemplo). Haesbaert (2004) contribui para essa discussão ao formular a compreensão de múltiplos territórios, que podem ser constituídos em sobreposição.

À essas contribuições, adiciona-se o advento da globalização, que dentre outras temáticas advindas dos impactos desse, questionam a pujança do Estado como único agente vinculado ao território. Em conjunto, esses pressupostos fazem-nos pensar na construção de territórios com naturezas distintas, sem contudo construí-lo por outros mecanismo que não seja relações de poder. Assim, atenta-se para a atuação de empresas, grupos civis, que atuam no espaço construindo no território estatal, seu território. A multiplicidade de territórios e de agentes territoriais não é condição suficiente para o estabelecimento de conflitos, dado que seus interesses podem relacionar-se de forma sinérgica, exemplificada pela atuação conjunta do Estado e setor privado na dotação de infraestrutura para desenvolvimento de atividades econômicas, que possibilita soberania ao primeiro e apropriação de renda pelo segundo, sem que a atuação de um corresponda a obstáculo para outro.

Para Moraes (2002), a ocupação do espaço brasileiro esteve vinculada a uma idéia de extensão da economia lusitana, que inseriu as bases condicionantes, as quais serão as guias mestras que nortearam as ocupações e formações espaciais ulteriores. A conquista dos territórios ultramarinos se relacionou com a inexistência de domínios territoriais externos ao continente europeu, que impulsionou Portugal e Espanha para exploração além mar, suprimindo esta condição mediante exploração e dominação no continente americano. Entretanto, os lusitanos primeiramente usufruíram das vantagens auferidas pelo domínio das avançadas rotas comerciais marítimas existentes na costa do continente africano e asiático e deixaram num segundo momento a apropriação das terras americanas.

Para o autor, o processo de colonização “tem por origem a expansão de um dado grupo humano, que avança sobre um espaço novo com o intuito de incorporá-lo à sua área de habitação” (Moraes, 2002, p.77), ou mesmo para fortalecimento de seu poderio, como observado no Brasil, que foi utilizado como ambiente para exploração dos recursos naturais e gerar riquezas mediante atividades agrícolas, que originou a apropriação da terra em grandes extensões articuladas a capacidade produtivas (leia-se mão-de-obra, no caso, escravos) para fomentar o trabalho das grandes explorações (ABREU, 1997), correspondendo as bases da concentração fundiária brasileira.

O desenvolvimento de sistemas exploratórios é etapa primordial para efetivar as ações luso-espanholas no Novo Mundo, que gradativamente vão alterar o espaço, rompendo com antigas formas de relação sociedade/natureza. Instalados em áreas de fácil comunicação ocorreu um processo de difusão no qual os enclaves

evoluem para *regiões*, quando passam a abarcar espaços mais dilatados, que abrigam assentamentos e fluxos permanentes e consolidados. Tais conjuntos regionais, em suas articulações e complexizações, acabam por conformar efetivos *territórios* na América colonial, que apresentam uma divisão interna do trabalho com zonas de produção especializadas. (Moraes, 2000, p.23)

Salienta ainda que as atuais fronteiras brasileiras emergiram da ação lusitana mesmo que se referem a períodos distintos, considerando que o elemento externo passa a ser o principal articulador interno, que passou a estabelecer íntima relação entre ações exógenas e endógenas. Para o autor, “foi a colonização lusitana que inventou e gerou o ‘Brasil’, na apropriação dessa porção do Novo Mundo” (Moraes, 2002, p.410). Se o Brasil possui as extensões atuais é sob forte e inegável prática das bandeiras vicentinas que no ímpeto da colonização, ocupação e exploração percorreram espaços inexplorados, principalmente no sentido Oeste, alicerçado a ação primeva dos portugueses no Nordeste do Brasil.

4. 2 Caracterização da formação socioespacial no final do século XIX nos Campos de Erê

Entre as populações autóctones que habitavam o Brasil inexistia uma ligação que condicionasse a atual entidade geográfica, sendo a dimensão espacial um elemento que impulsionou a ação populacional na construção do país. Montagem de um território (Moraes, 2000) que fomenta a identidade dos brasileiros, considerando a existência de diferenças entre seus habitantes e suas realidades, que devem ser superadas na ânsia da construção do país.

A implantação da pecuária extensiva no Brasil meridional possibilitou a articulação com a mineração aurífera em Minas Gerais - caracterizando-o com vastos espaços de baixa demografia, que permitiu o surgimento de povoados tanto ao longo dos caminhos percorridos para comercialização do gado, como entre as fazendas de criação, como é o caso da ocupação cabocla, localizada no Oeste catarinense e Sudoeste paranaense.

Nestes locais a presença de pequenos agrupamentos humanos dedicados à exploração da erva-mate foi uma constante; esses articulavam a extração vegetal como subsídio para obtenção de renda com atividade agropecuária de subsistência, materializando no espaço as condições necessárias para sua reprodução social, e que posteriormente foi fundamental para assegurar o domínio territorial ao Brasil. A comercialização da erva mate cancheada era realizada tanto com moinhos localizados no estado paranaense como nos países platinos. Essa comercialização fronteiriça entre os territórios luso e hispânicos nutriram inseguranças quanto a soberania exercida naquele espaço, adicionando à esse contexto os ínfimos contatos mantidos com as povoações litorâneas.

Inserido num contexto histórico que possuía baixa intervenção técnica no espaço, o deslocamento dos produtos efetuava-se através da condução do gado até o destino da troca mercantil, ocasionando ao longo do percurso a implantação de infra-estruturas para satisfazer necessidades do tropeirismo, o que posteriormente, de vilarejos estas paragens constituíram-se em cidades e municípios, exemplificados por Lages, São Joaquim, Curitibanos e Campos Novos no estado de Santa Catarina.

Valentim (2009) relata que na região do Contestado e Norte catarinense a atividade adquire caráter comercial saliente a medida que avança a colonização,

invernando-se os caboclos nas matas para extração da erva-mate e posterior vendas as casas de comercialização. No litoral, o desenvolvimento da atividade foi responsável pelo avanço de vilas que posteriormente se constituíram em município, como Joinville e São Bento, usufruindo da construção da estrada Dona Francisca e do Ramal ferroviário da São Paulo-Rio Grande, ligando Porto União à Porto de São Francisco, efetuando a exportação e comercialização do mate.

A estrada que interligou o estado do Rio Grande do Sul à São Paulo passando pelos Campos de Lages foi aberta em 1728, de acordo com Poli (1991, p.152). O autor ainda destaca que tanto o planalto catarinense como o oeste pertenciam à Província de São Paulo, sendo que em 1820 o município de Lages é incorporado à Província de Santa Catarina, o que acarretou a cobrança de impostos para os tropeiros, levando estes a desviar o caminho, mais à oeste. O deslocamento do percurso tinha um objetivo econômico específico evitar o pagamento de tributos cobrados por Santa Catarina ao passar em Lages, entretanto contribuiu para intensificar a ocupação dos campos localizados a Oeste da vila lageana, que são os chamados Campos de Guarapuava, Palmas e Erê.

Em 1810, uma expedição iniciou a formação de fazendas destinadas à pecuária extensiva nos Campos de Guarapuava e Palmas. Todavia, a ocupação desta última desenvolveu-se somente a partir de 1838, cuja significativa procura pelos fazendeiros para instalar-se nesses campos, possibilitou a ocupação dos Campos de Erê²⁷ localizado mais a Sul e mais a oeste dos Campos de Palmas (Poli, 1991).

Paralelo à implantação das fazendas de gado existia a intenção pelo governo da Província de São Paulo em interligar estes campos com a região das missões, mais precisamente até Cruz Alta (RS), cuja vila possuía contato com a estrada de Vacaria às Missões. Essa nova estrada passava por uma região rica em ervais, que impulsionou a ocupação das áreas de mata, sobretudo porque no estado do Paraná a atividade ervateira já desempenhava importante papel na economia provincial. A medida que aumentava o fluxo das tropas, intensificava a importância dos ervais pela exploração (Poli, 1991). Por corresponder a área que comportava mosaico entre campos abertos e áreas de mata densa, a ocupação desenvolveu-se nos primeiros em virtude da dificuldade de implantar as fazendas de gado nas áreas de

²⁷ Cujá sede originou o atual município de Campo Erê

matas (pois a derrubada exigiria maiores investimentos), o que caracterizou a ocupação como arquipélagos com áreas de baixa demografia num processo de seletividade espacial (Correa, 2005).

A implantação da pecuária extensiva permitiu maior comunicação com as demais regiões brasileiras, todavia não conseguiu fomentar significativamente a ocupação humana, caracterizando os campos com baixa demografia. Acrescenta-se que os ocupantes das áreas de mata não realizaram uma ocupação fixa, mas em caráter de seminomadismo. Paralelamente a indefinição das fronteiras entre Brasil e Argentina adicionava a referido contexto um aspecto negativo que se elevava diante da presença de argentinos que exploravam ervais na região. De acordo com Poli (1991) esses eram provindos da região de Corrientes e penetravam em território brasileiro através do rio Uruguai. Da mesma forma, era através desse que deslocavam produtos contrabandeados (erva-mate e madeira). Colodel (s/d) afirma que quando o governo imperial destinou comissões exploratórias para as zonas de fronteira internacional situada hoje nos estados de Santa Catarina e Paraná com o intuito de estabelecer povoados, a presença de *obrages*²⁸ era uma constante e tal fato transcorria há mais de meio século (Colodel, s/d).

Esses fatores eram tomados como questionadores da legitimidade do poder soberano do Brasil sobre esse espaço, o que conduziu o governo imperial brasileiro a criar duas colônias militares (Chapecó e Chopim) em 1859 com efetiva atuação a partir de 1882, com objetivo de efetivar o domínio brasileiro para a região contestada, mediante a ocupação humana com a concessão de títulos de propriedade de terras para os habitantes, igualmente promover a “civilização” (Poli, 1991).

O tropeirismo, mesmo com seu caráter despovoador, possibilitou o contato com várias áreas de campos e florestas, resultado de incursões das tropas que cruzaram a região Sul que deslocavam produtos para serem comercializadas em São Paulo. Deste modo, a pecuária extensiva, num contexto de formação territorial do Brasil caracteriza-se como um procedimento vantajoso. Em primeiro lugar pela própria natureza da atividade (a economia) que se articula com o ciclo do ouro e café, fornecendo alimentos pela economia doméstica; o segundo por possibilitar a ocupação de extensas áreas mediante baixos recursos, intensificando a

²⁸ Obrages é a denominação utilizada pelos argentinos para os acampamentos exploratórios de erva-mate.

comunicação entre regiões. O desenvolvimento dessa atividade nos campos sulinos passou a ser utilizada como meio geopolítico de ocupação do território, não sendo diferente para aquele que corresponde ao Oeste catarinense, e fortemente relacionado com a Questão de Palmas.

Poli (1991) destaca que ao lado da pecuária, a extração da erva-mate e madeira corresponderam a fonte de renda que sustentou os povoados nos primeiros anos de ocupação em finais do século XIX. Em alguns casos, instalavam-se junto às fazendas de gado, em pequenas porções de terras concedidas também famílias de baixa renda que viriam a prestar serviços para o fazendeiro, recebendo em troca a concessão de terra para construir a moradia e produzir gêneros alimentícios. Esses últimos serviam tanto para autoconsumo como para comercialização com o fazendeiro e comércio local. No período de safra da erva-mate dedicavam-se à exploração dessa, que consistiam na fonte de renda das famílias predominantemente. Entretanto, era nas margens das estradas abertas pelos tropeiros, que cortavam as áreas de matas com ervais, que esses encontravam local propício à sua moradia por facilitar o acesso às manchas de ervais.

A obtenção da erva-mate cancheada acontecia próximo aos ervais e posterior deslocamento até os engenhos era feito utilizando caminhos conhecidos como picadas, através das tropas que utilizavam eqüinos ou muares como meio de transporte. Renk (2006) identifica pontos fixos de comercialização no Oeste catarinense no início do século XX, no atual município de Dionísio Cerqueira que comercializa com os soques argentinos e com o estado do Rio Grande do Sul.

Contudo diferentes autores²⁹ ressaltam que a exploração e comercialização era efetuada sob a ilegalidade estabelecendo caminhos alternativos para o transporte. Ressalta-se que a indefinição das fronteiras interestaduais (SC-PR)³⁰ o produto obtido a partir de ervais localizados no estado catarinense comercializado com os soques estabelecidos no atual estado do Paraná, e que tal condição fronteiriça oculta o estabelecimento de uma rede de comercialização interestadual. No retorno destas tropas ocorria o abastecimento dos gêneros que não eram produzidos pela família, como o vestuário, sal, fósforo e querosene (Renk, 2006).

²⁹ Souza, (1998), Renk,(2006), Colodel (s/d), Bavaresco (2005), Figueiredo, (1967), Linhares, (1969).

³⁰ A definição das fronteiras interestaduais ocorreu após 1916, envolvendo movimento social messiânico que contestava a espoliação que os posseiros catarinenses estavam sofrendo com a privatização da terra.

Sobre a relação da posse da terra durante o processo de ocupação dos Campos (Renk, 2006) é possível constar três formas: aqueles que emitiram o título da terra durante o período de atuação da Colônia Militar de Chapecó; aqueles que não efetuaram a demarcação dado entraves burocráticos (valores, capital cultural etc); uma terceira forma abrange a grande maioria, que por serem mais empobrecidos, viviam no seminomadismo, geralmente habitando ou porções concedidas dentro das fazendas ou nas margens das estradas.

Os primeiros geralmente eram pecuaristas, ou destinados ao extrativismo. Nesse último caso, venderam suas terras dada a crise da erva mate, bem como pela pressão sofrida pelas empresas colonizadoras, servindo de mão-de-obra na atividade após a colonização (ou nas madeiras). Nesse contexto, o seminomadismo não foi apenas mediante a impossibilidade de podar o mesmo erval, mas ante a privatização da terra e dos ervais que passa a ser mais constante conforme o avanço da colonização afastando os caboclos para áreas marginais.

A tipologia do uso da terra desenvolvida nas áreas de mata estava relacionada com as próprias características ecológicas da floresta de Araucária, na qual a erva-mate se desenvolve nas sombras da araucária. Os caboclos estabeleciam os cultivos em faixas (por isso a denominação de faxinais), separando-as conforme a finalidade à que estavam destinadas. Assim nas terras de plantar, mais afastadas da moradia, cultivavam gêneros alimentícios, como milho, feijão e mandioca. A criação de suínos, aves, gado e cavalos davam-se nas terras de criar, localizadas mais próximas à moradia e detinham menor alteração ao meio natural, pois esse sistema era desenvolvido no interior de pequenos bosques da floresta, o que garantia preservação da biodiversidade e da extração de erva-mate nos ervais próximos.

Referida formação sócioespacial expressava a abundância de terras disponíveis, ao possibilitar o desenvolvimento de uma forma de exploração dessas que articulava as atividades pecuárias com agrícolas cultivadas em faixas, subjugadas ao seminomadismo imposto pela atividade ervateira. Dado a necessidade de descanso dos ervais mais próximos por um período de três anos, os caboclos impossibilitados de efetuar a extração por esse tempo viam-se obrigados ao deslocamento em busca de novos ervais, que em alguns casos, exigia a instalação de uma nova moradia, daí o caráter seminômade da atividade.

O sistema de faxinais é ainda presente em algumas comunidades rurais como atesta Sahr (2008). Para a autora o sistema de faxinais no Brasil remonta o século XVI, em alguns casos associados aos jesuítas, todavia atribui sua origem a uma população autóctone, que se estabeleceram no interior da Floresta de Araucária, no período do tropeirismo nos campos meridionais e posteriormente apropriado por imigrantes de origens ucranianas, poloneses e alemães. Presentes no oeste do Paraná, contemporaneamente apresentam a integração de alguns elementos modernos que alteram as características primeiras das comunidades tradicionais, sobretudo no desenvolvimento da agricultura, seja pela incorporação de insumos e implementos provenientes da modernização desse segmento, bem como pelo desenvolvimento de novo cultivo como fumo. Tais alterações, enfatiza a autora, não corresponde à total ruptura, mas num processo de adaptação dessas comunidades ao meio no qual estão inseridos. Nessas comunidades os processos tradicionais de transformação da erva-mate estão em desuso, detendo apenas a produção da folha verde.

Ressalta-se que é no período de finais do século XIX que a disputa pelo domínio da região próxima ao estuário de Prata adquire expressividade, gerando instabilidade entre os Estados envolvidos. As diferentes interpretação pelas partes envolvidas sobre as delimitações territoriais atribuía plasticidade às fronteiras. Enquanto que o Brasil tinha como marcos divisores, o rio Peperi e o rio Santo Antonio, Argentina interpretava-os como os atuais rios Chapecó e rio Chopim, e posteriormente (1888) a contestação norteou-se pelos rios Chapecó e Jangada, ampliando a área litigiosa e conseqüentemente abrangendo áreas de ervais (Heinsfeld, 1996). A área contestada pode ser observada na Ilustração 09.

Dada o prolongamento do impasse, esse foi submetido ao arbitramento para resolução do mesmo através do Tratado de Montevideo (1890). Nessa etapa, as partes envolvidas elaboraram dossiê que comprovassem a veracidade das argumentações arroladas para o pretendido domínio territorial. Ressalta-se que além das formações socioespaciais vinculadas com exploração de ervais, o governo imperial incentivou a partir de 1810 a implantação de fazendas nos campos meridionais, bem como a criação de duas colônias militares que foram implantadas em 1882 com objetivos geopolíticos, dentre esses a concessão de títulos de propriedade da terra aos fazendeiros. Essa formação socioespacial possibilitou ao Brasil a aplicação do princípio de *uti posse di tis*, que previa que a terra pertence à

quem de fato a ocupa e não à quem descobre, que foi a argumentação mais sustentada e eficaz no desfecho da causa com resposta favorável ao Brasil.

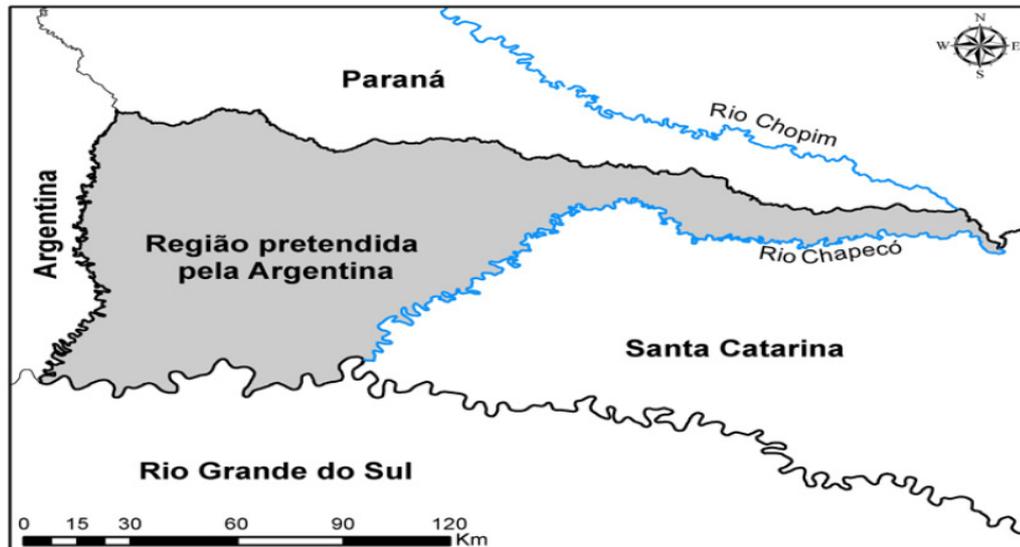


Ilustração 09: Área contestada pela Argentina em território catarinense
 . Org: Moraes, C. Fonte: Epagri, 2009.

Posteriormente foram desdobradas políticas territoriais imigratórias, tanto pela Argentina como pelo Brasil. Nesse, o reordenamento do território possuía juntamente com objetivos geopolíticos o intento de imprimir dinamismo à economia doméstica, mediante a privatização da terra através da implantação de colônias privilegiando migrantes europeus, ocasionando a espoliação dos caboclos. Esses por não terem incorporados os princípios capitalistas (propriedade privada e produção de excedentes) foram marginalizados através das políticas territoriais, que visavam a especulação da terra e posterior inserção dessa área a produção econômica nacional.

O desdobramento de políticas públicas concomitantes a impasses limítrofes elucidada a necessidade de efetivar a soberania e integração nacional além dos acordos diplomáticos. Ladeando a indefinição da Questão de Palmas, os campos meridionais próximos a fronteira Oeste são ocupados através da articulação da iniciativa privada e pública. Essa última se exemplifica pelo incentivo atribuído aos fazendeiros, com concessão de títulos de propriedade de terra, estabelecimento de

colônias militares e estabelecimento de colônia de migrantes gaúchos que serão mais detalhados no próximo item.

A ênfase atribuída a transição da ocupação cabocla à formação de colônias, visa fornecer subsídios para apreender a presença estatal na adequação de uma fração do seu território às características convenientes com o contexto nacional. Pode ser compreendida como a formação de uma área para complementação da produção de gêneros alimentícios, que conseqüentemente, desestimula outras atividades econômicas, bem como marginaliza formações sociais tomadas como inadequadas.

4.3. Implantação das colônias e a posterior crise dos produtores rurais na ordem social competitiva no município de Palmitos/SC

A formação sócio-espacial construída a partir da implantação das colônias de povoamento nas primeiras décadas do século XX, através da implantação de políticas territoriais imigratórias no Oeste catarinense desdobrando a abordagem até a contemporaneidade, tem o objetivo de apontar os fatores que conduziram à oscilação da erva mate junto às propriedades rurais no município de Palmitos/SC. A intensificação das relações comerciais estabelecidas desde os primeiros anos de colônias, subjugou a mercadoria agrícola ao circuito capitalista que gradativamente denota maior apropriação da renda da terra pelos setores comerciais e/ou industriais. Referido aprofundamento pode ser compreendido como o amadurecimento do processo de formação da ordem social competitiva. Essa foi condição básica para a modernização da produção nacional, que estendida ao espaço rural conduziu a seletividade e marginalização de produtores rurais dos sistemas produtivos anteriormente desenvolvidos, impelindo-os na busca de alternativas que viabilizassem a reprodução social da unidade produtiva. É nessa procura de alternativas que ocorre a implantação significativa de ervais plantados, cujo incentivo provinha também da modernização do parque industrial do setor ervateiro como apresentado.

O vazio demográfico atribuído à regiões que foram ocupadas através da implantação de colônias imigratórias negligencia fatos históricos, ao perpassar uma interpretação equivocada das relações sócio-espaciais estabelecidas no processo de formação territorial do Brasil, e omite o caráter conflituoso presente na essência desse processo. A privatização da terra estabeleceu um claro embate com os posseiros que ocupavam a região, que foram desapropriados da terra e dos recursos que possibilitavam sua reprodução social, subjugados como mão-de-obra assalariada ou vivendo em condições marginais nas novas formações sócioespaciais que se constituíam³¹. Essa ótica reforça o sentido de pioneirismo e dedicação ao trabalho, virtudes étnicas atribuídas aos colonos (descendentes de europeus), ofuscando a compreensão do enraizamento da lógica capitalista que de forma gradual se intensificaram e, que após fins da década de 1970 mostrou-se adversa aos seus próprios protagonistas.

A medida que a colonização avançava, as lavouras dos caboclos (terras de criar e terras de plantar), consideradas primitivas, foram substituídas pela lavoura do colono, com maior intensidade de exploração, bem como cerceamento dos animais criados. As políticas territoriais imigratórias para a região Oeste detinham em seu bojo não apenas o adensamento humano, mas inserir referida região à dinâmica nacional, de modo, que a economia local desenvolve-se em sincronia com os eventos que transcorriam nas demais porções do território nacional. Paulatinamente a estrutura em arquipélago (Moraes, 2000), herdada do passado colonial seria rompida para conformação de um mercado nacional, que tanto espacialmente como estruturalmente colocaria suas distintas regiões em funcionamento sincrônico. O elemento humano (conforme atestam Fernandes e Moraes) consistiu numa peça fundamental a ser considerado, dado a função que deveria desempenhar.

Para Fernandes (1981) a consolidação de uma situação de mercado em escala nacional, envolve importantes eventos de instâncias distintas, todavia no arranjo espacial de reprodução social, enquanto totalidade, vão interferir de modo a implantar condições para um posterior desenvolvimento e amadurecimento do capitalismo. O autor ressalta os seguintes eventos: a proclamação da independência enquanto um projeto político; dois tipos humanos (fazendeiro do café e imigrante) que são tomados como modelos de comportamento do tipo humano ideal à

³¹ Renk (2006) destaca que somente na década de 1970, é que os caboclos adquiriram direito à cidadania.

formação da nação; processo econômico, compreendido como mudança do padrão de relação dos capitais internacionais com a organização da economia interna e por fim, de caráter sócio-econômico que corresponde à expansão e universalização da ordem social competitiva.

Fernandes (1981) salienta que a independência (1822) e abolição da escravidão (1888) que são tomados como o estopim para um processo de reorganização territorial da estrutura social, política e econômica. Observa-se que são processos que ocorrem concomitantes com as ocupações dos campos meridionais, que posteriormente foi influenciador para a organização sócioespacial desenvolvida nessas áreas. Muito além de um evento político, segundo Fernandes representou a ruptura de um pacto que mantinha os atores econômicos em estado de conformismo, sem buscar iniciativas para dinamizar a economia, pois a organização produtiva correspondia a “(...) uma produção de tipo colonial, ou seja, uma produção estruturalmente heteronômica, destinada a gerar riqueza para a apropriação colonial” (Fernandes, 1981, p.16). Rompido o enlace, determinadas tarefas comerciais, antes previamente determinadas pela condição política nacional, passaram a ser realizadas por agentes nativos ou nativizados, compostos não por uma classe única (escravocatas), mas por agentes diferenciados amalgamados pelos interesses mercantis (Fernandes, 1981, p.18), que dinamizaram o incipiente desenvolvimento embrionário do capitalismo.

Esses adventos vinculam-se a expansão do capitalismo competitivo, que instaurou desde a abolição do trabalho compulsório até aproximadamente 1950, com a irradiação e consolidação das condições estruturais necessárias para o seu ulterior desenvolvimento. O autor assim expõe sobre referido assunto:

Tanto no plano demográfico e econômico quanto no plano social e cultural (e aqui em termos simultâneos de tecnologia e de instituições fundamentais), uma sociedade escravista, recém-egressa do regime colonial, sem contar previamente com um setor capitalista bastante desenvolvido, dificilmente poderia dispor dos recursos materiais, humanos e culturais necessários para fazer face ao referido processo. (Fernandes, 1981, p.230/231)

O autor ainda faz menção ao montante de recursos materiais e humanos que os países hegemônicos (Inglaterra, França, Alemanha e EUA) implantaram no Brasil

em mecanismo de controle econômico que desempenhassem funções comerciais, o que contribuiu para reorganizar a infra-estrutura da economia brasileira. Para isso

impunha-se a reorganização do espaço ecológico, econômico e social, para ajustá-lo não só a potencialidades reais ou virtuais do desenvolvimento capitalista, mas aos dinamismo das sociedades hegemônicas, que irrompiam na periferia, precisando de condições concretas para se consolidarem e se expandirem (Fernandes, 1981, p.233)

Como não era mais possível utilizar mecanismo de controle como “o pacto colonial”, a criação de elos de dinamismo entre as economias satisfazia tal necessidade e esses nós implantavam-se nas cidades chaves, das quais ulteriormente se irradiavam para as cidades satelitais e hinterlândia. Corresponde a consolidação da economia urbano-industrial, estabelecendo também um enlace dessa natureza para com a população (mercado consumidor).

Nesse contexto de formação da identidade nacional, no seu aspecto econômico, político e demográfico, a transição do sistema escravista para assalariamento durante o século XIX contribuiu para efetivar as raízes disseminadoras do novo sistema produtivo ainda em caráter embrionário no Brasil. A abolição da escravatura, um processo efetuado levando em consideração não o escravo mas a estrutura econômica e classista a ser mantida, trazia em seu bojo a manutenção da estrutura fundiária e produtiva de exportação e produção doméstica de gêneros alimentícios, o que resultou no financiamento da imigração da mão-de-obra excedente na Europa (Fernandes, 1981) para desenvolverem os serviços juntos às fazendas (Martins 1996), como para ocupar as terras devolutas, (o que contesta o caráter conflitivo da transição do escravismo ao trabalho assalariado) sobretudo no Sul do país.

O processo de implantação de colônias de povoamento no Sul do país teve seus argumentos econômicos (fortalecimento da economia doméstica), alicerçado na normativa de acesso à terra mediante a compra (Lei de Terras, em 1850), o que impossibilitou o acesso à terra pelos posseiros (em virtude de seus valores de uso da terra), que corresponde ao aspecto *político* presente nesta *política* territorial. Referida estrutura encontrou correspondência com os valores mercantis presentes nos migrantes europeus, atribuindo preferência à esses enquanto compradores de

terras nas colônias que se espalhavam no Sul do Brasil. Para Furtado (1977), havia uma crença de superioridade inata do trabalhador europeu distinto daquele que já havia colonizado o Brasil (os portugueses) e suas descendências miscigenadas (caboclo, por exemplo) corresponde ao parâmetro que definiu a etnicidade dos futuros proprietários das terras brasileiras. Cita o referido autor, acreditava-se que as causas do atraso da produtividade estavam no caboclo e suas rudimentares técnicas de produção de subsistência, entretanto, este último estava numa condição social imposta pela economia de subsistência construída na relação entre este e o proprietário das terras, desenvolvendo o que Cardoso (1988) identificou como “brecha camponesa”. Referida crenças sustentaram práticas políticas que favoreceram imigrantes europeus para diferentes regiões brasileiras desempenhando diferentes funções, predominantemente detinham a função de dotar os espaços com valores compatíveis aos do sistema vigente, possibilitando o fortalecimento do circuito mercantil.

Essa fase da formação territorial do Brasil, inseria-se num contexto que buscava mecanismo que exerciam controle submetendo o comércio das nações à condicionamentos regulados por interesses políticos, econômicos do capitalismo. Fernandes (1981, p.234) afirma que esse tipo de controle foi aplicado até as primeiras décadas do século XX, quando o sistema tornou-se obsoleto, pois os dinamismos poderiam engendrar um padrão de crescimento autônomo rompendo com os elos implantados, que não eram tão agressivos quanto os existentes durante o período colonial, mas exerciam função semelhante. Passou-se a focalizar a reorganização do mercado capitalista nas periferias atribuindo maiores dimensões estruturais e dinâmicas para desempenharem mais funções essenciais no sistema produtivo articulando as produções nacionais àquelas das economias centrais. Trata-se de criar técnicas mais complexas de dominação sem corromper com os vínculos, para evitar o desencadeamento de um processo às avessas. Internamente iria requere que simultâneo a estrutura de importação/exportação fossem desenvolvidas ações estratégicas e complexas no objetivo de aprofundar as relações entre as nações. Dessas medidas, destacamos a “transposição de imigrantes, na preparação de planos de colonização e de expansão da agricultura comercial ligada ao comércio interno (...), na substituição da produção artesanal pela produção manufatureira (...)” (Fernandes, 1981, p.234).

São medidas que garantiram um desenvolvimento capitalista satisfatório e prévio para adaptar-se à dinâmica do próprio sistema (em escala mundial), encontrando canais para harmonização entre as economias. Para o autor “as adaptações daí decorrentes é que passariam a regular o fluxo de processo econômicos, da modernização tecnológica e institucional etc, de um pólo a outro. Elas teriam de “nascer” e “crescer” dentro das próprias economias periféricas (...)” (Fernandes, 1981, p.235)

Esses imigrantes possuem dentro das tendências do sistema que se consolidava no Brasil, uma função análoga ao burguês na Europa, que não se resume na materialização de um “burgo”, mas de assimilar as formas de reprodução social do sistema capitalista (Fernandes, 1981, p.17). Corresponde a uma absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, sociedade e cultura que desempenharam esses colonos (Fernandes, 1981, 20). Isso não é apenas um fato histórico, mas um fenômeno estrutural dado sobretudo a partir da absorção do padrão de civilização que possibilite enraizamento da *ordem social competitiva*, desenvolvida através das opções cotidianas desses agentes e seus espaços de relações, possibilitando a expansão desse mesmo sistema (economia, sociedade e Estado).

Conforme se desenvolviam observava-se nas colônias uma reorganização do espaço, pautada na circulação de mercadorias, sistemas de comunicação e informacionais rompendo com barreiras espaciais. Um arranjo de pequenas mudanças, quase imperceptíveis na cotidianidade e na pequena produção mercantil que denotavam integração do referido espaço à dinâmica nacional, através da relação de fixos e fluxos, tratada por Santos. Para Fernandes corresponde ao período de deflagração do capitalismo monopolista, com reordenamento do mercado, produzindo novos arranjos territoriais.

Com um processo de industrialização e urbanização em ascendência no Sudeste brasileiro,urgia uma produção nacional de gêneros alimentícios para abastecer a população urbana. Para a grande lavoura, desde as bases da ocupação no espaço brasileiro voltada ao mercado externo, não poderia ser destinada referida função, todavia deveriam ser encontradas alternativas que contemplassem a recente necessidade sem afetar a estrutura sócioprodutiva brasileira (Piran, 1995). A produção de gêneros alimentícios a partir das pequenas explorações rurais, como

ressaltado no item anterior (Cardoso, 1988), é tão antigo como as lavouras escravistas, não reservando ao Sul brasileiro as suas primeiras ocorrências no país.

Piran (1995) estudando as perspectivas dos produtores rurais nos estados do Sul, especificamente no Alto Uruguai gaúcho acrescenta que a pequena propriedade foi proposta “com o fim de produzir policultura alimentar destinada ao mercado urbano interno. Isso não afetaria o latifúndio. Pelo contrário, o eximiria de tal tarefa (PIRAN, 1995, p. 30)”. O autor assim prossegue, “além disso, a pequena propriedade, planejada para as terras devolutas, realizaria o trabalho pioneiro de abrir caminhos à posterior penetração de latifúndios e permitiria o povoamento de vazios demográficos” (Piran, 1995, p. 30).

Esse fato foi efetivado mediante a concessão das terras devolutas à empresas colonizadoras que detinham a função de comercializar os lotes territoriais, bem como viabilizar o deslocamento e posterior assentamento dos compradores. Esses eram migrantes que correspondiam ao excedente demográfico, provenientes das colônias velhas do Rio Grande do Sul, que visualizavam nas terras catarinenses a reprodução social de suas famílias, condição impossibilitada no estado de origem em virtude do esgotamento da fronteira agrícola, bem como impossibilidade de sucessão hereditária ante o fracionamento das propriedades.

É no desprendimento dessas políticas territoriais que essa segunda organização sócioespacial adquire um caráter planejado ao determinar as características socioculturais necessárias aos compradores para efetivar a venda. Essa determinação não corresponde à iniciativa das empresas colonizadoras, mas na imposição à essas pelo Estado que atua geopoliticamente configurando seu território, vindo a conformar o que foi resgatado de Fernandes (1981) como a formação da ordem social competitiva, que seria o estabelecimento da ordem aquisitiva, fomentadora da produção e do consumo.

Esses migrantes passam a reportar as práticas de reprodução social que desenvolviam no estado gaúcho, constituindo-se num processo de reterritorialização material e imaterial, pois envolviam tanto dimensões econômicas como sociais, cultural-ideológico (religiosidade, educação, associações comunitárias), que viabilizassem o desenvolvimento social da comunidade. Destaca-se que nesse processo de reterritorialização não estabeleceu relações harmoniosas com a formação sócioespacial precedente. A privatização da terra expressa de forma clara este conflito, pois ao se apropriar de uma parcela de recurso natural - terra - limitam

a forma de reprodução social desenvolvida pelos caboclos, apropriando e devastando manchas de ervais, sujeitando-os ao assalariamento³².

Renk (2006) relata que ainda quando as duas formações sócio-espaciais viveram concomitantes, os conflitos materializavam-se pela forma de criação de animais, que deixados soltos destruíam as lavouras dos migrantes, bem como por práticas desprendidas pelas empresas colonizadoras para limpeza da área (retirada dos posseiros).

A implantação deste tipo de colônias, baseadas na propriedade privada e de pequenas extensões de terras, alicerçadas na mão-de-obra familiar tinha por principal objetivo a produção de gêneros alimentícios para o país, condição necessária para que o país atingisse uma determinada autonomia ou que não ficasse a mercê de importações para os gêneros de primeira necessidade. Além da importância econômica vivida pelo país neste período é possível destacar a construção de uma nova forma de governo (primeira república), originando uma preocupação em reordenar o país, com forte dinamismo das frentes pioneiras, como na Amazônia (látex), Sudeste (café), ou ciclos mais localizados como o cacau na Bahia e ocupação dos planaltos meridionais (Moraes, 2002).

Do processo civilizatório da população nativa e dispersa nos longínquos sertões à modernização, ambos ocorrem quase que concomitantemente no Oeste catarinense, pois coube a implantação das colônias realizá-los, substituindo o “primitivismo” pelo “moderno”, mesmo que uma “modernidade” em potência. Para Machado, da última década do século XIX até 1930 podem ser compreendidas “como uma época de redefinição da identidade nacional” (Machado, 2005, p.309). A autora ainda salienta que

Uma redefinição pautada, é verdade, pelo pensamento de um grupo ínfimo da população. O “olhar para dentro” desse grupo implicou, no entanto, a crítica a uma sociedade estruturada em torno de relações sociais escravocratas, ou seja, a rejeição do passado-presente, o que desafiava a elaboração de uma racionalidade que fundamentasse as propostas de valorização do nacional. Implicou, igualmente, no “olhar para fora”, a adoção de uma “razão classificatória” que estabelecesse, ao mesmo tempo, a pertença do Brasil ao conjunto de nações “progressistas” (...).(Machado, 2005, p.310)

³² Informações mais detalhadas sobre a alteração sofrida pelos caboclos, no processo de privatização da terra e ervais é possível em Arlene Renk. A luta da erva, Grifos, Chapecó, 2006.

Referidas idéias que corroboraram o pensamento geográfico não restringem-se ao abstrato, “(...)alimentados pelo surto da expansão das vias de comunicação e de crescimento urbano, provocando questões concretas e práticas de gestão que exigiam novas idéias e saberes” (Machado, 2005, p. 311). Nesse cenário, espaço e tempo se contrapunham, pois o primeiro deveria se organizar de acordo com “o tempo”, para não permanecer preso à esse. O conteúdo incorporado na dimensão temporal entre aspas, corresponde à modernização dos espaços, reorganizando-os em similitude ao progresso. A definição que Martins (1926) apud Renk (2006) fez sobre os antigos carijos da formação socioespacial cabocla, atesta a visão pejorativa atribuída as tradicionais organizações dispersas no espaço brasileiro.

A partir desse conjunto de idéias, promoveu práticas políticas que reorganizaram os espaços, procurando dotá-los de elementos modernos, interligando diferentes espaços. A compreensão da colonização nos Campos de Erê se insere nessa perspectiva, pois acreditava-se que as causas do atraso desses campos vinculava-se com a organização social do caboclos. Para reverter esse cenário foram desdobradas políticas territoriais imigratórias, privatizando a terra através da implantação de colônias de povoamento, inserindo nesse espaço migrantes descendentes de europeus, aos quais se creditava potencialidade para o desenvolvimento.

A produção de grãos correspondeu às bases das produções agrícolas desenvolvidas nas colônias, e articulavam também com a criação de animais. A exploração das madeiras e em alguns casos, a extração da erva-mate possibilitavam renda extra para os agricultores. O processo imigratório da colonização alicerçou sua economia mediante lavoura agrícola com a derrubada da mata, que funcionou como renda para os primeiros anos de colônia. Por suas características ecológicas, essa devastação florestal erradicou os ervais nativos, e em alguns casos foram preservados mínimos pés voltados para consumo familiar, ou renda extra.

Reproduzindo práticas utilizadas nos locais de origem, nas produções desenvolvidas pelos migrantes destacam-se as produções de milho, criação de suínos, arroz, feijão e extração de madeira, além da produção para consumo, utilizando mão-de-obra familiar. Do conjunto rudimentar de técnicas (foice, machado, facão, paus) empregadas para elaborar a lavoura na fase anterior, a utilização nessa

fase consistirá na rotação de terras, instrumentos e maquinários (arado, plantadeira, carroça de bois, moto-serra etc) que expressavam certo avanço técnico.

É possível observar mudança na posição que a erva mate desempenhará junto às famílias. Na organização sócioespacial dos posseiros, a erva-mate era a principal fonte de renda, enquanto que para os colonos esta servirá como fonte de renda até a obtenção dos produtos agrícolas para serem comercializados. A implantação de lavouras mais racionalizadas aprofundou a interferência no meio ecológico, bem como estabelece relações socioeconômicas basilares para aprofundamento do capitalismo. Abordando sobre a produção do espaço e sua organização visando a reprodução social, Godoy explica que “(...) a produção do espaço é produção de objetos que articulam e organizam, em suas funções específicas, intercâmbios sociais que envolvem o trabalho e a produção”(Godoy, 2004, p.33).

Essa melhoria técnica permitiu maior produtividade da terra, intensificando a comercialização e conseqüentemente o consumo de outros gêneros, o que corresponde à dinamização das relações mercantis e diferenciação na organização do espaço, atribuindo à esse maior racionalidade aos fixos presentes, que são suporte para desenvolvimento da vida social, econômica e política das colônias, consolidando-as.

A comercialização realizava-se a partir do deslocamento da produção até a sede do município ou até outras vilas e municípios mais desenvolvidos, sobretudo Barril (Frederico Westphalén), RS, como é possível encontrar em Bavaresco (2005, p. 73). A partir desse processo, articulando e desenvolvendo o sistema de colônia-venda é que foram traçadas as matriciais da estrutura produtiva que marca a região até a contemporaneidade. Para Bavaresco (2005, p.128) “é neste contexto que se iniciaram as relações de dependência entre agricultor e comerciante”, e posteriormente foram aprofundadas mediante o sistema de integração, desenvolvido, sobretudo a partir das agroindustriais.

A produção comercializada pelos migrantes-agricultores intensificava a troca de fluxos com outros locais, pois a medida que vendiam mais, também passavam a consumir outros produtos que não eram produzidos nas propriedades, cujo fluxo elevava de forma gradual de acordo com o desenvolvimento das colônias. Na modernização há a dinamização dessas trocas, que extrapolam o âmbito da produção, mas circunscrevem as diversas manifestações da vida humana.

A peculiaridade do povoamento dos migrantes gaúchos deve ser buscada não no componente étnico, mesmo que muito utilizamos-o para diferenciar os dois tempos, mas “no tipo de sociedade que se organizou” (Mamigonian apud Silva, 2006, p. 13), calcada sobretudo, na pequena produção mercantil que já haviam assimilado vida social compatível com o sistema capitalista e que gradativamente foi aprofundada a divisão social do trabalho, pois no local de origem destes, a prática mercantil não era desconhecida.

O desenvolvimento consorciado de milho com a criação de suínos desempenhou função crucial ao fornecer matéria-prima para uma rede de comercialização entre a região Oeste e Sudeste brasileiro (Espíndola, 1999). É na década de 40, que ocorreu a primeira implantação de frigorífico que absorveu e impulsionou a criação de suínos da região junto às propriedades rurais (Heinsfeld, 1996; Espíndola, 1999), enquanto que no setor agroindustrial as estratégias funcionais e tecnoprodutivas para conquistar mercado junto à economia nacional, induziam na diferenciação da produção com produtos de alto grau de elaboração e qualidade (salame, salamito, presunto, carne defumada, cortes especiais de carne suína etc³³) alavancando o capitalismo agroindustrial na região Oeste catarinense (Espíndola, 1999).

Como a produção dos animais ocorria por decisão do produtor, ocasionava-se a oferta do produto em alguns meses, gerando a ociosidade do maquinário durante a entressafra. O “sistema de integração” e que é presente atualmente nas agroindustriais e para outros produtos (citricultura, aves,) solucionou o problema, representando o aprofundamento das relações estabelecidas durante os primeiros anos de colônia entre o colono e comerciante. Paulatinamente essas relações mercantis foram aperfeiçoadas, rompendo com o complexo rural³⁴, conduzindo esse sistema de integração à consolidação dos Complexos Agroindustriais. Para esse evento, foi primordial a difusão de tecnologias, bem como a padronização da matéria-prima, que exigem volume significativo de capitais a serem aplicados, ocasionando a seletividade e marginalização de produtores rurais.

³³ Essas informações do procedimento produtivo adotado nos frigoríficos são baseados nas posturas adotada pelo frigorífico Sadia, que foi grande responsável pela absorção da criação de suínos na região Oeste catarinense. A instalação de outros frigoríficos ocorreu a partir da metade da década seguinte.(Heinsfeld, 1996; Espindola, 1999)

³⁴ Desde 1850 insere-se num processo de degeneração, irrompendo com formas tradicionais de exploração rural.

É nesse contexto que observam-se o direcionamento de ações que fortaleceram uma nova estrutura da atividade agrícola que ladeava os resquícios das explorações do complexo rural. Corresponde ao aprofundamento das relações intersetoriais, num contexto de industrialização da economia nacional e urbanização brasileira, que são fenômenos que mantêm intrínsecas relações com a modernização agrícola. Trata-se de um fenômeno estrutural (e histórico) não estranho ao sistema econômico que se consolidava no Brasil, evidenciando as características desse nas explorações agrícolas e suas relações comerciais, deixando menos nítidos os tradicionais liames entre os setores da economia.

A inserção ao capitalismo não exige primeiramente a existência de relações sociais de produção de caráter capitalista, mas a produção da mercadoria que se incorpora à circulação e comercialização (Martins, 1996). A produção de produtos com valor de troca (mercadoria) existia desde a produção nas grandes lavouras do período colonial, bem como na extração de erva-mate efetuada pelos caboclos. O diferencial se estabelece (avaliando apenas na região Oeste catarinense) na incorporação gradativa das formas de reprodução social existentes à lógica do capital. O que era uma eventualidade (comercialização) passa a ser a orientação das práticas produtivas dos produtores rurais a partir da colonização e desse modo, influenciam na organização do espaço. Uma estrutura sócioprodutiva que não lhe era estranha, pois correspondia a uma prática no local de origem. Tal condição é que define-o como elemento humano apto *para construir o país*, estabelecendo e aprofundando as relações com as demais regiões brasileiras. Cabe enfatizar que as relações desenvolvidas nas propriedades agrícolas não são em si capitalistas, mas sujeitam a renda ao capital através da redefinição e subordinação de relações de produção não-capitalista à lógica de acumulação (Martins, 1996, p.19/20). Nas palavras de autor:

A minha hipótese é a de que o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução. Marx já havia demonstrado que o capital preserva, redefinindo e subordinando, relações pré-capitalistas.

A reprodução ampliada do capital é um processo contraditório e que fomenta o desenvolvimento do próprio sistema. Mesmo envolvendo formas sociais não capitalistas, a dinâmica que as rege é capitalista, nutrindo realidades peculiares, dispersas na amplitude do território brasileiro que sustentam as condições recriadas pelo sistema para se auto-desenvolver, redefinindo antigas relações ao subordiná-las à sua reprodução (Martins, 1996).

Martins (1996) expõe que a expansão do capitalismo no espaço rural tem como fator conducente a sujeição da renda da terra ao capital, instituindo através da compra (o que garante o direito de exploração e venda) e ainda a sujeição da produção às exigências do mercado capitalista, criando as condições para extrair o excedente econômico, entretanto sem ocorrer a expropriação dos meios de produção, que sendo a terra, garantirá a produção de alimentos para que o produtor rural continue trabalhando e sujeitando sua renda ao capital. Para o local em estudo, observamos que ambas as condições são registradas. A primeira pela privatização da terra nas primeiras décadas do século passado próximo, enquanto que a sujeição acentuou-se sobretudo a partir do sistema de integração e/ou através do advento da modernização agrícola. De acordo com o autor:

O capitalismo engendra relações de produção não-capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não-capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações comerciais. A primeira etapa da expansão do capitalismo é a produção de mercadorias e não necessariamente a produção de relações de produção capitalistas. (Martins, 1996, p.21)

A intensificação das relações mercantis, bem como a difusão do sistema de integração adotado para possibilitar o contínuo fornecimento de matéria-prima, inserem a economia local de forma mais saliente à lógica do capital, possibilitando o contínuo aperfeiçoamento dessas relações, de modo a permitir a apropriação da renda da terra ao capital. Quando anteriormente citamos Müller (1989) que abordou sobre a degeneração do complexo rural que predominou na agricultura brasileira, nesse processo foram traçadas as matriciais nas quais se sustentaram uma forma diferenciada de estruturação da agricultura com os demais setores da economia, que tem na década de 70, um marco histórico (e estrutural) que denota a

consolidação das mudanças alinhavadas, sobretudo nos últimos anos do período precedente.

Presentes desde o final do século XIX, os ideais de modernização são consubstanciados na postura e discurso desenvolvimentista do governo Vargas, alavancando no governo JK, que intensificou a política industrial, iniciada no Estado Novo, baseada no modelo de substituição das importações. Para Andrade (2002) é nesse período que a formação de um território no espaço brasileiro adquiriu consistência. O II Plano Nacional de Desenvolvimento, a partir da década de 70, beneficiou “em muitos setores da agroindústria e processamento agroalimentar” (Fajardo, 2008, p. 79) que contribuiu para reduzir as formas de produção tradicional, reorganizando o espaço rural.

Esse processo insere-se na reestruturação produtiva, também nominada para o setor primário como modernização agrícola, corresponde a investida do capital em reorganizar suas formas de produção de modo que viabilizem a continuidade de acumulação. Enquanto processo está relacionado com a reprodução social, deve ser considerado as novas configurações geográficas advindas deste. Para Harvey (1999)

a acumulação do capital sempre foi um assunto geográfico. Sem possibilidade inerentes a expansão geográfica, a reorganização espacial e o desenvolvimento desigual, há muito tempo o capitalismo teria deixado de funcionar como sistema político econômico.

Assim, concomitante e sustentando a reestruturação produtiva processos de desconcentração fabril, alteração na gestão organizacional das empresas (sobretudo terceirização), emprego de alta tecnologia nas produções e circulação de fluxos (o que gerou simultaneidade aos fatos) tem imprimido novas configurações aos espaços. A magnitude do processo não deve ser compreendido enquanto homogeneidade, pois diferentes formas de produção ainda coexistem, correspondendo às possibilidades de produção existentes que são incorporadas à lógica capitalista, se não pela produção em si, mas pela circulação. (Fresca, 2008)

A modernização agrícola, embora não tenha se reproduzido homogeneamente às regiões brasileiras, bem como construindo e conservando assimetrias entre aquelas que atingiu e no interior dessas, corresponde a um

processo que reorientou as relações intersetoriais e carrega no seu bojo, peculiaridades importantes para a compreensão da agricultura no Brasil.

Para Delgado (1985) apud Mazzali (2000, p. 17) esse processo tem como ênfase “a diversificação e aumento da produção, visando enfrentar os desafios da industrialização e urbanização aceleradas e a necessária elevação das exportações primárias e agroindustriais”, bem como, “transformação da base técnica da agricultura brasileira, com a consolidação do complexo agroindustrial”. A intensificação da industrialização e urbanização requer um elevado fornecimento de gêneros alimentícios, de modo a ser comercializado a baixos preços, o que possibilita a reprodução do trabalhador urbano mediante baixo salário (Martins, 1996).

Em linhas gerais apresentamos algumas das características dos impactos da reestruturação produtiva no setor primário. No comércio exterior, evidenciou-se a introdução de novos produtos, inclusive produtos agrícolas elaborados, bem como a substituição das importações, em especial de alguns meios de produção. Sobressaíram nesta diversidade de produtos agrícolas a soja, óleos vegetais, sucos e frutas, carnes (Mazzali, 2000, p. 19). No espaço rural, observou-se a mudança na base técnica assentada num “conjunto de inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas” (Mazzali, 2000, p. 20), intensificando a produtividade mediante a inserção de meios externos ao âmbito natural e enraizando as relações entre agricultura e indústria. Essa última visualizou nas produções agropecuária um potencial mercado de consumo de meios de produção, bem como a dinâmica da primeira advém da indústria.

A atuação do Estado nesse processo deve ser referenciada por influenciar no desenvolvimento de condições que viabilizassem a difusão e consolidação dessa reestruturação produtiva. Nessa perspectiva, é válido resgatar a exposição de Bernardes (1995):

Para entender a lógica da renovação devemos lembrar que o Estado brasileiro, nos anos 70, foi um acumulador de condições do processo de produção. Por um lado criou institutos de pesquisa, estimulou o desenvolvimento de inovações tecnológicas, estabeleceu condições especiais de importação, facilitou a concessão de crédito com taxas de juros subvencionadas, já que existia uma concentração de recursos financeiros, o que permitia a implantação tecnológica (...). (Bernardes, 2005, p.255).

Nas propriedades rurais ocorreu a intensificação da exploração das terras, com uso de maquinários e insumos que visavam elevar a produção. Destarte passou a ocorrer a absorção de novas técnicas de produção, que entraram em conflitos com os procedimentos precedentes, vinculados com as demandas impostas pela indústria processadora, que paulatinamente desagregam formas tradicionais de produção.

Mazzali destaca que tal processo “requeriu um profundo envolvimento do Estado na regulação das novas condições de reprodução do capital na agricultura” (Mazzali, 2000, p. 22), como o incentivo a padronização tecnológica dos procedimentos e produtos agropecuários, sobretudo através da política de financiamento agrícola sob diferentes modalidades (custeio, investimento e comercialização), tornando viáveis as alterações na base técnica (e beneficiando diferentes indústrias) e interrelações entre produtores rurais e agroindústrias.

Dado que a disseminação da modernização estava atrelada à difusão de seus padrões técnicos junto às propriedades rurais, o serviço de extensão rural alicerçou a expansão mediante orientação técnica que visava a competitividade junto ao mercado. Instituições de pesquisa (como Embrapa) adicionam fatores à adoção e difusão dos novos procedimentos produtivos, que atribuíram consistência ao evento em curso.

Para Sampaio *et al* (2006, p. 9) a “reestruturação constante das relações entre os segmentos atuantes na produção agroalimentar (...) tendendo para o fortalecimento dos oligopólios industriais e comerciais” é ladeado pela diminuição das margens de lucratividade nas propriedades rurais, que intensificam a marginalização desses, sobretudo com a abertura de mercado e retirada de subsídios. Tais fatores efetuaram pressão pela busca de alternativas que possibilitassem a reprodução social dos agricultores, emergindo na diversificação da produção bem como no desenvolvimento de atividades não-agrícolas no espaço urbano.

É dentro dessa hierarquia funcional que o produtor vê-se em situações complicadas que passam a exigir-lhe a comercialização não apenas dos produtos tradicionalmente cultivados com fins comerciais (milho, feijão, aves, tabaco etc), mas também de outros produtos mais voltados para alimentação familiar. Ou ainda, que a renda extra, obtida a partir da comercialização da cultura que não é a principal

atividade dos estabelecimentos é que subsidia os gastos mais corriqueiros, assegurando qualificação da vida do agricultor, pois a renda da atividade principal, é investida na próxima safra/produção.

Nesse contexto, produtores rurais passam a buscar alternativas de renda para viabilizarem a reprodução social do grupo familiar, seja através de outras formas de produção, que agregam valor ao produto (agroecologia, por exemplo), revitalização de formas tradicionais de produção ou mesmo outros cultivos, dentre os quais podemos destacar a erva-mate, como se objetiva demonstrar no capítulo seguinte.

5. A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA PRODUÇÃO DE ERVA-MATE NO MUNICÍPIO DE PALMITOS/SC.

Pertencente a região Oeste catarinense, portanto não sendo-lhe exóticas as características processuais e estruturais anteriormente explicitadas, coube o desenvolvimento de uma pesquisa que inquiriu os fatores conducentes àquela realidade histórica (elevação da produção de erva-mate em 1996) em Palmitos (SC) e aproximação empírica com o local após uma década do evento para averiguação do atual contexto. A ilustração 10, apresenta o município em questão e sua localização no estado catarinense.

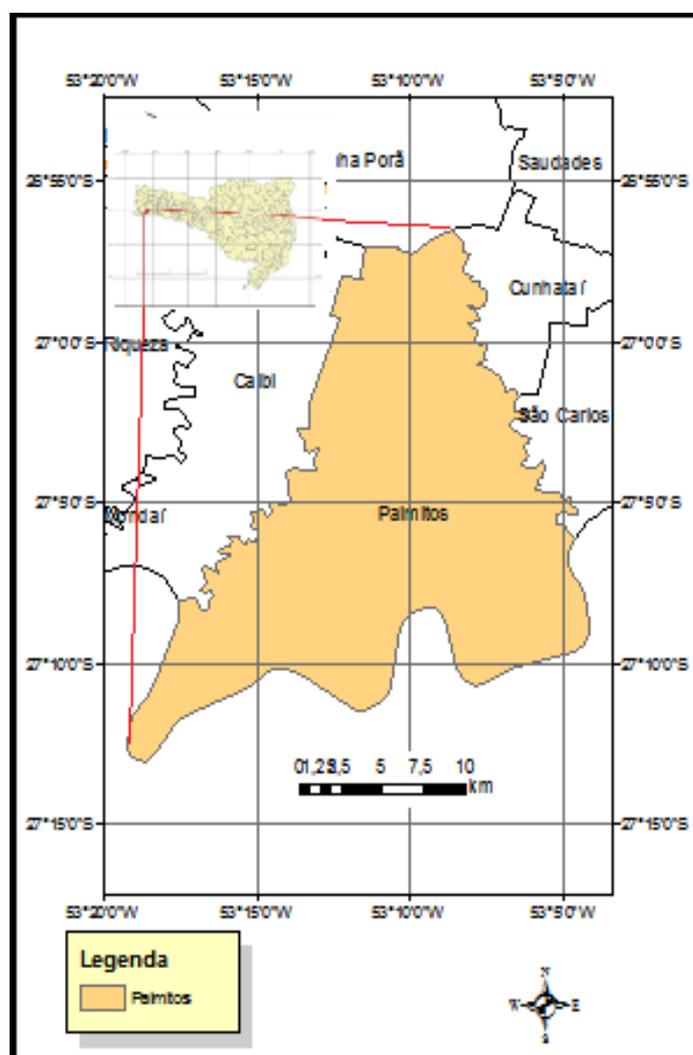


Ilustração 10 - Mapa de localização do município de Palmitos no estado de Santa Catarina. Org: Moraes, C.

A atual região Oeste catarinense desde o processo de colonização tem sua economia calcada nas atividades agropecuárias e inseriu-se também nas mudanças advindas da modernização agrícola. Contemporaneamente comporta o maior complexo agroindustrial de carnes do país, vinculando demais atividades (terciárias), completam o conjunto de sua economia a produção de soja, feijão, maçã, erva-mate e os sistemas milho/suínos e milho/aves. (Testa, 1996).

Após o desfecho da Questão de Palmas, da antiga colônia militar de Chapecó, criou-se o município de Chapecó, que abrangia toda a atual região Oeste, no interior do qual atuou diferentes empresas colonizadoras para comercialização das terras, através da implantação de colônias de povoamento.

Em Palmitos, esse processo data de 1926 e de acordo com Renk (2009), é identificada como uma das mais antigas na região. A demarcação e comercialização das terras no município, assim como dos vizinhos³⁵ efetuadas pela Companhia Territorial Sul Brasil, orientou-se espacialmente pelos cursos fluviais, direcionando para cada área segmentada populações de mesma crença religiosa e etnia. Entre os rios São Domingos e Chapecó, (que corresponde à Palmitos) as terras foram comercializadas com famílias de origem germânica, da confidência luterana e evangélicos protestantes. Localizada as margens do rio Uruguai, no município de Palmitos a empresa acolhia os migrantes temporariamente, posteriormente disseminando-os até às futuras propriedades localizadas em diferentes regiões da área de atuação da colonizadora. Posteriormente, através da venda de terras entre proprietários e migrantes, inseriram-se famílias de origem italianas com credo católico, sobretudo na porção Sul no município (Werlang, 2000).

Semelhante aos demais municípios da região, a economia alicerçava sobre a articulação milho/suínos, implantando a lavoura tradicional, que mantinha aspectos do complexo rural. Concomitantemente ocorreu a redução da participação da erva-mate nas propriedades rurais como fonte de renda, ocupando um papel secundário. Renk (2006) ao abordar sobre a existência de soques e engenhos de beneficiamento do produto na região Oeste na década de 1940, destaca a existência de dois soques em distrito pertencente à Palmitos³⁶. Nas entrevistas realizadas durante o trabalho de campo, algumas famílias evidenciaram a fabricação caseira da

³⁵ Os demais municípios correspondem à São Carlos, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí e Riqueza.

³⁶ Refere-se ao antigo Distrito de Passarinhos. Não foi possível localizar descendentes dos antigos proprietários durante o trabalho de campo.

erva-mate realizada durante os primeiros anos de colonização, mas voltadas para o consumo.

Com a gradativa consolidação das colônias, instaurando uma organização sócioespacial que atendia parcialmente as necessidades de seus habitantes, ocorreu o desmembramento dos distritos mais consolidados, gerando novos municípios. A primeira fragmentação de Chapecó, no ano de 1953, criou sete novos municípios, dentre estes Palmitos.

Enfatiza-se no processo de consolidação das colônias de povoamento, a atuação de empresas que viabilizavam a comercialização das produções, inserindo de forma gradual essas colônias na ciranda mercantil, contemplando a funcionalidade atribuída as pequenas propriedades rurais na economia doméstica nacional, ou seja, o fornecimento de gêneros alimentícios ao mercado interno. Dessa forma, a policultura de grãos tornava a atividade com maior rentabilidade, além de ser uma prática reterritorializada em relação ao local de origem das famílias migrantes. Por outro lado, observam-se a extração de madeira como fonte de renda complementar, bem como a extração de erva-mate. Entretanto, essa última ocorre com baixa expressividade, como é possível constatar na declaração de propriedades rurais com produção de erva-mate no município de Palmitos no Censo Agropecuário de 1960, que se restringe a apenas um estabelecimento. Em 1975, é registrada a fabricação artesanal de erva-mate no município, no Censo Agropecuário, mas também em um único estabelecimento.

Sugerimos que esse comportamento é facilitado pela presença das antigas casas de comercialização e suas posteriores derivações, das quais podemos destacar para Palmitos a atuação da Cooperativa A1³⁷. A atuação dessas firmas, através da comercialização de determinados produtos, contribuía para determiná-los como viáveis para desenvolvimento das propriedades rurais, que conseqüentemente passou a caracterizar a economia do município. Adquirindo os produtos dos agricultores, deslocavam-nos até as cerealistas, geralmente localizadas no município de Chapecó, de onde eram transportados até centros maiores, predominantemente no Sudeste brasileiro.

³⁷ Implantada com nomeação de Cooperativa Arco Íris, alterando-o na década de 1990, para Cooperativa A1.

Decorrido mais de oitenta anos do início da colonização de Palmitos, o desenvolvimento da organização sócio-econômica manifesta na paisagem essas implicações. As imagens abaixo buscam esboçar essas alterações na paisagem.

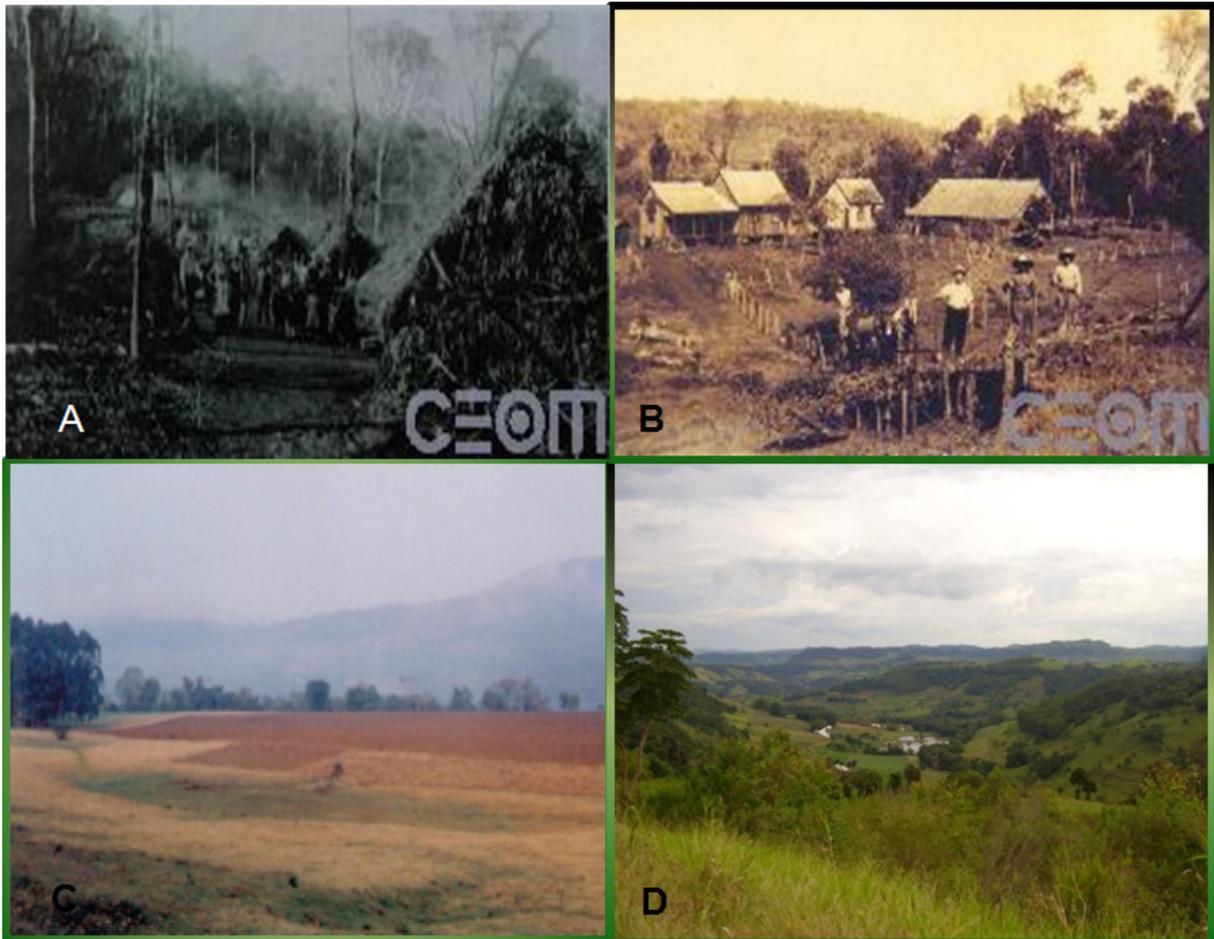


Ilustração 11: Imagem A, B correspondem a colonização de Palmitos/SC. Imagem C e D apresentam a paisagem rural na década de 90 e em 2007. Fonte: Imagens A e B, disponíveis em www.unochapecó.edu.br/ceom; imagem C obtida em SPECHT, 2001; e D arquivo da autora.

A imagem A retrata os acampamentos provisórios estabelecidos pelos migrantes e colonizadoras até o deslocamento definitivo para a propriedade rural. A imagem B, registra uma propriedade rural nos primeiros anos de colonização de Palmitos. A implantação de agricultura racionalizada implicou na intensificação do uso da terra, conferindo-lhe um mosaico tipicamente humano, como a exatidão das figuras geométricas desenhadas no desenvolvimento das lavouras, como pode ser observado na figura B que registra de acordo com Specht (2001) a dissecação de cobertura verde para apurar o processo de plantio subsequente (milho) em lavoura localizada numa propriedade em Linha Alegre, interior de Palmitos/SC. A presença

humana, que altera o espaço através do trabalho, também é perceptível ao observarmos a imagem D, que apresenta a utilização de áreas de aclives para pecuária de leite em Palmitos, preservando algumas manchas de matas, o que confere também um mosaico à paisagem.

Referente ao espaço urbano, a paisagem é um significativo das mudanças pelas quais passou o município. Atualmente sede regional de determinados serviços prestados por diferentes segmentos sociais³⁸, ampliando seu espaço de influência à outros municípios que usufruem desses serviços, o município vivencia um significativo processo de urbanização. Na consolidação das organizações sociais ao longo do tempo, já salientamos a importância de empresas ou indivíduos que desenvolvem atividades comerciais, em virtude de intensificar a circulação de fluxos, que refletem no histórico dessas empresas a potencialidade de influenciar processos sócioespaciais. As imagens C e D apresentam o contraste da sede da cooperativa local, bem como as técnicas empregadas para escoamento da produção. Contemporaneamente a empresa atuam em diferentes municípios do estado catarinense e noroeste gaúcho, ampliando sua esfera de atuação sobretudo pela aquisição de cooperativas de pequeno porte. De acordo com declarações obtidas pelos proprietários rurais entrevistados, também atuou, mas de forma muito secundário na atividade ervateira (venda de mudas) na década de 1990.

A aglomeração das residências denota intensificação das atividades citadinas, que registra um processo de urbanização da população absoluta obtida a partir da última Contagem Populacional (2006). A ilustração 12, apresenta o comportamento populacional do município desde os anos de 1970 até 2006. Destaca-se também o declínio no total verificado a partir de 2000, e rerepresentando-se novamente em 2006.

Variável/ano	1970	1980	1991	2000	2006
Total	14.165	17.748	17.749	16.034	16.061
Urbana	2.794	5.511	6.859	8.006	9.416
Rural	11.371	12.237	10.890	8.028	6.645

Ilustração 12: População total, urbana e rural no município de Palmitos/SC, entre os anos de 1970 a 2006. Fonte: IBGE.

³⁸ Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de Santa Catarina, UDESC, Hospital Regional, Unidade Regional da Epagri.

O espaço urbano de Palmitos está intrinsecamente vinculado com as atividades desenvolvidas no espaço rural, e desde seus primeiros anos de colônia, ocorre uma complementação de um ao outro, que adquirem o sentido dos diferentes contextos construído pela sociedade. Assim, em meados da década de 30, a dependência do espaço rural em relação ao urbano era distinta daquela que encontramos a partir da reestruturação produtiva na década de 1970.



Ilustração 13: Imagens A e B retratam a paisagem urbana, respectivamente em meados dos anos 50 e em 2007. Imagens C e D registram a sede da cooperativa local, em 1955 e 2000. Fontes: A e C, Geom. Imagens B e A arquivo da autora.

O espaço urbano de Palmitos está intrinsecamente vinculado com as atividades desenvolvidas no espaço rural, e desde seus primeiros anos de colônia, ocorre uma complementação de um ao outro, que adquirem o sentido dos diferentes contextos construído pela sociedade. Assim, em meados da década de 30, a dependência do espaço rural em relação ao urbano era distinta daquela que encontramos a partir da reestruturação produtiva na década de 1970.

Como produto das políticas públicas desenvolvidas nas primeiras décadas do século XX, o município possui na policultura de grão e posteriormente, desenvolvimento da pecuária intensiva o baluarte da economia, que é possível observar quando verificamos a permanência desses produtos como os mais desenvolvidos nas propriedades rurais até contemporaneidade. Obviamente que se inseriram alterações nas produções, mas que preservam os cultivos efetuados. Para fins de análise desse comportamento é interessante observarmos a oscilação dos principais produtos nos quais a economia local se alicerçou, que estão apresentadas na ilustração 15.

Variável	1960	1970	1975	1985	1996	2006
Feijão (grãos)	1.665	3.507	4.041	4.082	11.550	2.800
Milho (grãos)	5.465	9.055	11.299	15.926	10.000	10.700
Soja (grãos)	-	2.083	5.696	8.320	732	3.000

Ilustração 14: Quantidade das áreas plantadas, informada em hectares das principais culturas temporárias no município de Palmitos/SC. Fonte: IBGE

É possível perceber que a exceção do feijão, os demais produtos sofreram significativa queda entre o período de 1985 a 1996. A redução da produção de milho vincula-se a oferta causada pela produção expressiva no estado do Paraná nas safras de 1994 e 1995, através da agricultura modernizada. O quadro possibilitou seleção dos melhores produtos pelo mercado, desfavorecendo a produção catarinense que ainda foi prejudicada pelas chuvas excessivas que deixaram o “milho ardido” (Renk, 2009). A mesma situação se aplica a produção de soja, sobretudo pelo Centro-Oeste brasileiro.

A concessão de créditos rurais fartos e a baixos juros durante a década de 60/70 eram aplicados através de custeios, que possibilitavam a aquisição de implementos de trabalho, bem como a compra de sementes de variedades que detinham maior produtividade, igualmente a aplicação de insumos. Após a inversão da condição creditícia (redução, seleção e elevação dos juros) a produção ficava comprometida em proporções elevadas, reduzindo a renda da unidade de produção. Renk (2009) expõe o relato de um produtor rural de Palmitos, que exemplifica ao

informar que para adquirir uma saca de 20 quilos de semente selecionada de milho foi necessário produzir 11 sacas de 60 quilos de milho em grão.

Norteadas pela lógica mercantil, as produções são estabelecidas em padrões que visam a produtividade. Para Santos

nas áreas onde essa agricultura científica se instala, verifica-se uma importante demanda de bens científicos (...) e, também, de assistência técnica. Os produtos são escolhidos segundo uma base mercantil, o que também implica uma estrita obediência aos mandamentos científicos e técnicos(Santos, 2000, p.89).

As implicações da modernização conservadora são mais perceptíveis na pecuária, através da seletividade dos produtores rurais que se expressa pela redução dos estabelecimentos com declaração de criação e a correlação com a elevação gradativa do plantel. Tais dados podem ser verificados na Ilustração 15.

Variável	Efetivo de animais			Estabelecimentos		
	1985	1996	2006	1985	1996	2006
Bovinos	17.549	29.826	43.069	2.102	2.064	1.752
Suínos	73.555	41.705	122.189	2.101	1.884	1.274
Aves*	286.583	873.119	4.027.534	2.139	2.022	1.433

Ilustração 15: Número de efetivos de animais e número de estabelecimentos com declaração de criação no município de Palmitos/SC, entre 1985 a 2006.
Fonte: IBGE.(*Frangos, frangas, galos e galinhas). Elaborada por: Moraes, C.

O comportamento do efetivo de animais é inverso aquele verificado no número de estabelecimentos. A criação de bovinos está vinculada com a produção de leite, que permite que a região seja a principal bacia leiteira do estado de Santa Catarina (Testa, 2006). Nessa atividade a genética do animal influencia na capacidade de produção, bem como nos gastos com alimentação e saúde do plantel, que pode ser controlado através da escolha do sêmen para fertilização. É uma atividade laboriosa, que demanda tempo sobretudo na higienização dos instrumentos utilizados na ordenha, cujo cuidado tem sido trabalhado através da assistência técnica fornecida pelo laticínio ao qual o produtor está integrado, e

pagando preço mais elevado de acordo com a taxa de produção litro/mês. Nessa forma de incentivo, pode ser observado que tal medida em pouco auxilia aos produtores menos capitalizados, pois possuem menos recursos para optarem pelo sêmen com melhor qualidade, investirem nas melhores pastagens ou ainda na própria ampliação do plantel, tal condição se assemelha à um ciclo de exclusão.

A criação de suínos corresponde a uma antiga atividade que tem contribuído para a implantação dos frigoríficos na região, igualmente pelo desencadeamento da poluição fluvial através dos dejetos (Welter, 2006). Desenvolvida no município através da integração de produtores rurais com as agroindústrias Sadia e Cooperativa Central Oeste (Aurora), essa última através da cooperativa local (Cooperativa A1), apresentou a maior seletividade de produtores no período avaliado. É também através dessa vinculação entre Cooperativa Central e a cooperativa local que é desenvolvido parte expressiva das atividades da avicultura, que apresentou a maior elevação em unidades de animais criados entre 1985 a 2006. A Sadia também atua no município, mas de forma menos expressiva.

Os dados presentes nas Ilustrações 15 e 16 possibilitam visualizar a ascendência da seletividade dos estabelecimentos produtores de matéria-prima para as agroindústrias, bem como a oscilação da área plantada entre algumas das principais culturas desenvolvidas, o que permite associar com as informações que Renk (2009) observou em trabalho de campo realizado na década de 1990 no município em estudo. Reportando a visão que os produtores possuem da conjunção que estão inseridos, ressalta uma crise inviabilizadora das condições sociais de reprodução social, que emergem em desânimos e desagregação de valores que para a autora podem ser interpretados como a ruptura de um *ethos* existente nos primeiros anos de colônia (Renk, 2009, p.33).

É nesse contexto, no qual atribuímos ênfase para a marginalização dos produtores rurais com o aprofundamento das relações mercantis, ocorreu a busca de alternativas de produção com maior valor agregado para possibilitar a reprodução social. Dentre estas é possível citar desde o resgate de processos tradicionais de produção (sementes crioulas) ou no beneficiamento (produtos coloniais), práticas agroecológicas, turismo, atividades no espaço urbano, diversificação da produção, feiras, associações comerciais etc. É a partir dessa premissa que se insere a presença significativa da erva-mate junto às propriedades rurais de Palmitos, no ano de 1996, que fomentou a pesquisa presente.

Foi possível observar que o município seguiu a tendência constatada para a região Oeste, inserindo-se na produção de grãos e suinocultura com incremento extremamente significativo no plantel de aves, como trabalhados nos parágrafos acima. Paralelo a intensividade das produções dinamizadas pela inserção das unidades produtivas ao circuito mercantil do capital³⁹, com conseqüente oscilação das produções dado a desvalorização dos produtos obtidos sobre processos tradicionais, um contexto de crise se instaurou, conduzindo a desenvolver outras atividades, ou mesmo a migração como foi constatada por Specht (2001). Para os cultivos de lavoura permanente, conforme Ilustração 16 podemos observar que de 1970 à 1996 há um incremento na área destinadas à erva mate, com significativo aumento entre 1985 e 1996, que pode ser interpretada como uma das alternativas encontradas para amenizar a situação de marginalização social e produtiva sofrida pelas propriedades rurais.

Ano	SC		Palmitos	
	Estabelecimento	Produção (T)	Estabelecimento	Produção (T)
1975	53	1317	8	6
1980	1160	2652	34	2
1985	2968	1677	33	4
1996	11703	35064	284	180
2006	4073	-	43	-

Ilustração 16: Estabelecimentos (unidades) e produção (T) de ervais plantados em Santa Catarina e Palmitos, de acordo com IBGE. No ano de 2006, a produção registra total de pés plantados, optou-se por não incluí-los.

O município desenvolve ainda outras atividades menos expressivas como vitinicultura, citricultura, apicultura além da erva-mate, mas caberia identificar porque essa última adquiriu tanta expressividade em 1996. A partir das informações das bibliografias consultadas (Renk, 2006; Souza, 1998; Rosin, 1996) e declaração obtida em trabalho de campo, a relação estabelecida entre produtores de erva-mate e industriais extrapola o âmbito explicativo oferecido pelo CAIs, com relações empresariais definidas entre agricultura e indústria a montante e jusante dessa, como é encontrado na citricultura, fumicultura, suinocultura etc. As relações

³⁹ A intensificação para esse período é constatada quando comparamo-la com a lavoura efetuada pela organização social dos caboclos (sistema de faxinais)

estabelecidas na cadeia da erva-mate⁴⁰ são mais flexíveis, sem o estabelecimento do sistema de integração, o que permite ao produtor a escolha da assistência técnica e do destino da comercialização.

Entretanto é inegável o papel primordial da indústria processadora de matéria-prima na disseminação da produção de erva-mate, com conseqüente elevação das plantações do produto e busca de estabelecer um padrão de cultivo, através dos tratos culturais, que possibilitassem a aceitação do produto no mercado.

A divulgação efetuada sustentou-se na atuação de técnicos de instituições governamentais (Epagri) que buscavam apresentar aos produtores rurais alternativas de produção para viabilizar a reprodução social desses. Igualmente é possível destacar o marketing efetuado pela ervateira que atuava no município, ressaltando o preço pago ao produto. A articulação dessas práticas de disseminação seja por instituições ou empresariais equaciona os atores que atuaram na direção de dotar um espaço com características (ervais plantados) que desempenharam uma função (fornecimento de matéria-prima) para indústria processadora, articulando espaços através da circulação de fluxos.

Sobre a indústria ervateira, cabe salientar que a modernização industrial verificada para diferentes segmentos da economia nas décadas de 60/70, não marginaliza esse setor e de acordo com Souza (1998, p. 45) “nesse período uma nova agroindústria ervateira se constituiu” com equipamentos que possibilitam continuidade das operações de transformação da erva mate (elevação da produtividade do trabalho morto), a agroindústria nascente urgia de fornecimento contínuo e em maiores proporções para fazer evitar a ociosidade do parque industrial e corresponder de forma recíproca os investimentos operacionais.

Num país que historicamente o Estado tem correspondido a um agente importante na organização dos espaços dotando-os ou incentivando a adoção de elementos produtivos do sistema homogeneizante, para a produção de matéria-prima para a indústria ervateira não foi diferente. Verifica-se a partir de então, um apoio aos plantios e racionalização de ervais nativos, com o objetivo de evitar dependência da produção natural da planta, paralelamente ocorre a pressão por parte das agroindústrias junto aos órgãos legisladores para flexibilizar a colheita, alterando de dois anos para colheita anual. Ressalta-se que a alteração nas

⁴⁰ Observadas no município.

relações sociais de produção é tomada como conseqüência, pois a regularidade dos empregados passa a ser fundamental para a agroindústria, considerando que quando a atividade de beneficiamento ocorria sazonalmente, as contratações eram temporárias.

Provinda predominantemente de ervais nativos, passou a ocorrer incentivos para plantação de ervais já na década de 70 em todo estado catarinense (Souza, 1998, p. 45). Tal incremento, fato ocorrido em todo o estado, passou a ser significativo no setor, sendo que no Censo Agropecuário de 1975, o IBGE registra a investigação referente à participação de ervais plantados nas propriedades rurais, considerando-a como lavoura permanente. A partir desse momento a origem da erva mate passa a ter dois tipos de ervais: provindos de ervais nativos a partir do extrativismo vegetal e proveniente de ervais plantados (lavoura permanente).

Faz mister evidenciar que esse desencadeamento de mudanças obteve respostas heterogêneas, tomando por bases comparativas as duas principais regiões produtoras de erva mate no estado catarinense. Enquanto que no Norte grandes áreas de cobertura florestal são substituídas por reflorestamento (*pinus* e eucalipto) e soja, igualmente permanecem áreas com ervais nativos que tem seu manejo adaptado para maior produtividade (Souza, 1998). Enquanto que no Oeste, além do remanejamento despendido aos ervais nativos existentes, ocorreram plantações desenvolvendo o cultivo junto às demais atividades agropecuárias presentes na região.

Avaliando as conseqüências da necessidade de matéria-prima pela indústria processadora⁴¹, Bernardes (2005, p. 260) expõe que essa última pode influenciar a ordenação dos territórios, no processo de produção agrícola, bem como nas relações de produção. Adiciona-se o papel preponderante que alianças estabelecidas entre Estado (Epagri) e instituições interessadas (ervateiras) na atividade na consecução dessas influências territoriais. Sobretudo no que diz respeito a periodicidade da colheita, dado que os ervais plantados, por serem mais racionalizados poderiam ser colhidos anualmente. Essa postura foi confirmada pelo ervateiro que atua no município, todavia 80% das propriedades rurais entrevistadas afirmaram vender a erva-mate de dois em dois anos.

⁴¹ A pesquisa da autora abordou a cadeia produtiva sucro-alcooleira no noroeste fluminense.

Sobre essa ervateira que atuava no município, torna-se interessante alinhar sua atuação em Palmitos. Desativada na década de 90, sobretudo em virtude das dificuldades financeiras oriundas dos impostos da atividade, comercializava erva-mate em diferentes municípios da região, que posterior a colheita realizava a secagem em tradicional barbaquá (ilustração 18, imagem A e B) que ainda conserva na propriedade. Os demais aparatos tecnológicos, utilizados para moagem foram comercializados após o fechamento da indústria. No período realizava todas as etapas do beneficiamento, desde a colheita até a comercialização do produto no mercado. Contemporaneamente, atua como funcionário de ervateira de outro município, que desempenha a função de compra da erva-mate nas propriedades rurais, administração da equipe de colheita e transporte da matéria-prima até a indústria.



Ilustração 17: Imagens A e B, registram barbaquá tradicional localizado em Palmitos/SC. Imagem C e D registram miniatura de moedor de erva-mate, e parte de monjolo utilizado nos primeiros anos de colonização para preparação da erva-mate. Fonte:arquivo da autora.

As ilustrações mostram vista externa do barbaquá utilizado pela ervateira, destacando para as três aberturas para controle de temperatura (imagem A), bem como a boquilha na qual era aceso fogo para transmitir o calor para o barbaquá, utilizando para isso o aclive do terreno (imagem B). A imagem C retrata um moedor em miniatura construído pelo ervateiro semelhante aquele utilizado na ervateira para moagem da erva. A imagem D, registra parte de monjolo hidráulico desativado, que era utilizado para fabricação artesanal da erva-mate nos primeiros anos de colônia pela família do ervateiro. Ressalta o entrevistado, que a matéria prima provinha predominantemente de ervais nativos, com poucas plantações e reforça que é a partir da década de 80, que ocorre um processo crescente de plantações, destacando o incentivo de funcionários da Epagri.

Para o Oeste catarinense é nas décadas de 80 e, sobretudo 90, que se verificam as influências dessa modernização do parque industrial, com ruptura do processo produtivo calcado nos barbaquás tradicionais, entretanto sem corresponder à um processo homogêneo. Como durante a colonização grande parte dos ervais nativos foram erradicados, quando a agroindústria ervateira incentivou juntamente com instituições governamentais a elevação da produção, absorvendo a matéria prima, fazendo dessa atividade uma possibilidade de renda, ocorreram plantações. A necessidade de matéria prima, a vinculação da erva mate como manifestação cultural de um lado, enquanto que de outro, a necessidade de diversificação da produção rural junto às propriedades rurais correspondem aos pressupostos explicativos desse processo concreto que se verificou junto à história econômica da região.

É possível afirmar, mediante análises efetuadas, que na atividade da erva mate, não há o estabelecimento de um complexo agroindustrial como existe no setor de carnes. A produção é desenvolvida pela decisão dos produtores rurais, que mantém referida autonomia quanto aos tratos culturais, colheita e comercialização. Entretanto é inegável a importância da indústria processadora que demonstrou um enorme potencial para imprimir sentido e direção ao comportamento dos diversos agentes econômicos, sobretudo nos produtores rurais.

Confrontando com os dados obtidos durante o trabalho de campo, constatou-se que 46% dos produtores rurais efetuaram plantio durante o período de 1985 a 1996. Dos demais, 14% plantou antes de 1985, 25% plantou entre 1996 a 2000, e 3% após 2000. Nesses 25% que plantaram entre 1996 a 2000, dentre os motivos

que conduziram a adesão à atividade estão principalmente a influência em virtude do preço, desempenhando uma alternativa de renda. Em alguns casos, citou-se a influência da ervateira que atuava no município.

As unidades estudadas apresentam a predominância do trabalho familiar, no qual o trabalho pago, se apresentam apenas como alternativa quando a mão-de-obra encontrada na família é insuficiente para realizar o trabalho, sobretudo em período em que esse é mais intenso, como as colheitas. A agricultura está subordinada ao capital, e em determinados casos, por ser uma irracionalidade⁴² é estranha ao próprio sistema, entretanto rompe com esse predicativo através da inserção dessa atividade no sistema mediante a subordinação da mercadoria ao capital. O capitalismo se estende ao espaço rural sem corresponder à uma necessária expulsão do produtor rural, dado que pode subordinar a produção desse ao sistema, pagando-lhe preços irrisórios, pois o agricultor ao possuir terras, da qual pode extrair as condições mínimas para o seu sustento, pode receber um pagamento menor pelo seu trabalho, tendo a maior apropriação da renda nos intermediários ou industriais. O que desejamos destacar com essa passagem, é que o sistema capitalista encontra diferentes formas de se inserir nas produções e organizações sociais, constituindo peculiaridades pertinentes a cada realidade, e que o fato de inexistir trabalho assalariado, não significa o não pertencimento ao sistema, dado que é pela mercadoria que formas de produção não-capitalistas são inseridas nesse sistema de produção.

Em Palmitos, das 28 propriedades entrevistadas, apenas uma não possui a produção de erva-mate destinada a fins mercantis, direcionando-a para auto-consumo e realizando na propriedade todas as etapas do beneficiamento, dispondo de carijó de pedras próximo às erveiras para realizar os processos de sapeco e secagem, e utilizando de pilões manuais para efetuar a trituração da erva-mate até obtenção da granulação desejada (Imagens A e C da Ilustração 19). Localizado na residência paterna, a produção artesanal é realizada entre os membros familiares, que após distribuem entre as unidades familiares a produção obtida⁴³.

⁴² Refere-se a privatização da terra, que não é um produto do trabalho humano, mas da natureza. Ao privatizar algo que não provém do trabalho humano, o sistema instaura uma irracionalidade às suas diretrizes (apropriação do trabalho humano), entretanto, corresponde a uma etapa primordial para inserção do próprio sistema em determinados espaços, sendo portanto, uma irracionalidade que não se opõe ao sistema.

⁴³ Corresponde a propriedade que destina a produção para auto-consumo.

Dentre as preocupações apontadas como instigante de pesquisa estava a alta elevação em 1996 e sua logo erradicação na década seguinte⁴⁴, conduzindo a inquirir na direção dessas facturalidade para compreender seu desencadeamento. Após a coleta de dados, para procedimentos de análise, efetuou-se uma divisão das propriedades pesquisadas tomando como base a estrutura fundiária (informada em hectares), localizando as propriedades nos seguintes grupos: até 15 (denominado grupo A), acima de 15 até 25 (denominado grupo B), acima de 25 até 35(denominado grupo C), acima de 35 até 45 (denominado grupo D), e acima de 45 (denominado grupo E).

Inventariadas as motivações, observou-se sobre a relação entre o tamanho da propriedade e a porcentagem da área dessa que foi destinada à cultura da erva mate. Contatou-se que no grupo A (total de 14 propriedades), as cifras foram maiores que em qualquer outro grupo, sendo a mínima de 11,36 % e a máxima de 33% nesse grupo. Esses dados permitiram apreender sobre a pressão exercida ao solo para elevar a produtividade (sinônimo de rentabilidade), pois é nas propriedades que efetuaram erradicação (total de seis) após determinado período (que será tratado mais adiante) que observou-se maior diferença entre a área plantada inicial e área plantada no momento da pesquisa. Acrescentasse ainda que nessas propriedades, 75% mantém as áreas restantes consorciadas com outros usos (pastagem, citrus) ou em áreas de aproveitamento (margens de rio, nos limites entre as lavouras) e uma das propriedades mantém como cultivo simples, mas cabe observar que referido estabelecimento possui o arrendamento como principal fonte de renda. A destinação da lavoura permanente para áreas nas quais não podem ser desenvolvidos cultivos temporários em virtude da não adaptação à maquinários corresponde a intensificação do uso da terra, como alternativa de maximizar a exploração da propriedade rural para fins mercantis.

Das propriedades do grupo B (total de seis), a relação entre área total e área destinada à ervais no início da plantação, oscilaram entre 4 a 12%. Metade das propriedades efetuou erradicação destinando em torno de 2 a 3% da área total para a cultura, utilizando a área erradicada para outras culturas permanentes, como *citrus* e reflorestamento. Nos grupos C, D e E, todas efetuaram erradicação. Para o primeiro grupo, composto por duas unidades a destinação inicial é bem oposta,

⁴⁴ Informação obtida nas conversas com os informantes chaves, agregando-a às primeiras preocupações sobre as produções de erva-mate que fomentaram a pesquisa.

enquanto uma destinou 3,4%, a outra destinou 17%, e possuem área contemporaneamente com 1,7% e 3% respectivamente e ambas consorciadas com pecuária. Do grupo seguinte (com três propriedades), com exceção do questionário nº 23 (que será tratado a seguir) igualmente houve discrepância no tamanho das áreas de plantio. Uma iniciou destinado 24,32% e no momento da pesquisa essa área estava reduzida à 2,7% em ervais com cultivo simples/monocultura. A área que antes comportava a produção ervateira foi destinada para arrendamento. Da outra propriedade, iniciou a atividade em 5% das terras do estabelecimento, concentrando-a atualmente em 1,2%, a qual mantém sem atribuir muitos cuidados, permite a vegetação crescer naturalmente, ocorrendo a constituição de capoeiras. Nas áreas dos demais estabelecimentos, ocorreu a substituição por pastagens que consorcia com pecuária leiteira.



Ilustração 18: Imagens obtidas no trabalho de campo: A) Carijó; B) Erveiras em áreas de aproveitamento; C) Erveira e ao fundo restos de galhos descartados após a secagem no carijó (imagem A); D) Erval consorciado com eucalipto e feijão; E) Ervais em cultivo simples (monocultura).

Referente ao questionário n° 23 (integrante do grupo D) quando iniciou a atividade, destinou 88,88% das terras para a atividade, todavia mantém apenas 19%. Saliencia o entrevistado que tal decisão deu-se em virtude do preço pago pelo produto, e que foi pelo mesmo motivo que efetuou a redução no cultivo, mantendo-o em consórcio com lavoura de grãos e reflorestamento. Das propriedades que compõe o grupo E, uma possui área de 70 hectares, desses 4 foram destinados inicialmente para erva-mate, que correspondeu à 5,4%, conservando-as em aproximadamente 1 hectare (1,5%), entre áreas de aproveitamento (margens de rio) e em área de capoeira. O segundo estabelecimento, com 160 hectares, efetuou plantação inicial em 2 hectares (1,25%), preservando referido cultivo em apenas 0,3% em relação ao tamanho da propriedade.

No conjunto que detém questões econômicas e familiares como motivações para inserção na atividade, destaca-se o questionário n° 19. Influenciado pelos familiares residentes no Rio Grande do Sul, desenvolveu viveiro de mudas de erva-mate, que manteve da década de 70 até final dos anos 90, obtendo os produtos para desenvolvê-las no litoral catarinense e em Ilópolis (RS), local onde residem os demais familiares que desenvolvem a mesma atividade. A venda das mudas de erva-mate atendia produtores rurais dos municípios da região, cooperativa local e alguns compradores do estado do Paraná. Utilizava empregados assalariados, atribuindo preferência aos familiares, cujo pagamento era por dia trabalhado. Quando a atividade começou a mostrar sintomas de decadência, dispensou os trabalhadores, utilizando a mão de obra da unidade familiar. Após a redução dessa abandonou o viveiro pela intensividade do trabalho, conservando apenas a plantação de ervas, cuja atividade é consorciada sobretudo a produção de grãos.

Observou-se a partir das análises acima a necessidade em elevar a obtenção de rendas, seja pela exploração extensiva das terras, que pressiona a utilização quase total da propriedade, bem como por usos que intensifiquem a obtenção de rendas, sendo mais visível no grupo A, que por possuírem menor extensão de terra para desenvolverem outras atividades a diferença entre área plantada no início da atividade e aquela constatada na pesquisa foi maior, mesmo desenvolvendo atividades intensivas como suinocultura e avicultura.⁴⁵

⁴⁵ Rosin (1997) também atesta para a mesma tendência, destacando a soja e demais culturas anuais.

A premissa da importância econômica como viés para compreensão dos fatos acima trabalhados, é reforçada quando direcionamos a atenção para as motivações que fomentaram a inserção na atividade. Dos 28 estabelecimentos pesquisados, 24 (85,71%) optaram pela erva mate em virtude do preço pago ao produto, visualizando-a como uma alternativa de renda. Fatores como influência da ervateira que atuava no município também é adicionada às questões econômicas. Apenas três propriedades citaram que optaram pela atividade por ter sido desenvolvida (mas voltada para consumo doméstico) pelos seus antepassados, existindo um apreço em desenvolver na propriedade uma atividade em que seus tratos culturais permaneciam como antigamente. Interessante observar que as áreas das propriedades que manifestam motivações vinculadas com a família são de 25, 40 e 160 hectares, dimensões que não impõe a intensividade das explorações em toda a área da propriedade rural.⁴⁶

Tanto na adoção como na erradicação os produtores enfatizaram a importância do preço, entretanto, no arrolamento das possíveis causas que condicionam um preço baixo para ao produto, apenas três cogitaram a competição pelo produto importado da Argentina. Nos demais, a opinião predominante é da baixa valorização do produto provindo de pequenas propriedades, uma condição de marginalização dessa unidade de produção, não apontando na conversa informações que demonstrassem percepção da proveniência da condição subalterna.

Rosin (1996) também sublinha o papel preponderante que o preço pago ao produto desempenhou para enfraquecer a atividade. O estudo realizado no ano de 1996, investigou sobre a condição do pequeno produtor de erva-mate em frente ao MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), chegando a conclusão que a competitividade assume papel crucial nas produções agrícolas dos pequenos produtores, evidenciando que as condições criadas no ambiente social (político e econômico) está contida nas decisões desses, acrescentamos que dessa forma influenciará na organização do espaço rural. Adota como exemplo a atividade da erva-mate que mesmo constatado um déficit entre a demanda da indústria e produção nacional, o preço ofertado para a matéria-prima é baixo, desestimulando a

⁴⁶ Na propriedade de 25 hectares além das atividades desenvolvidas para comercialização, existe o recebimento da previdência social.

produção. Essa premissa é reforçada, quando constatado que a erva-mate argentina é importada a preço menor que aquela de produção nacional.

A abertura ao Mercosul deveria propiciar novos mercados para o mate brasileiro, já que os países membros são historicamente consumidores do produto, mas pode ser (e tem se mostrado) o oposto, dado que “as exigências num mercado regional do livre comércio, por ser uma criação das teorias do neo-liberalismo, privilegiam a eficiência e a alta produtividade existentes” (Rosin, 1996, s/p) impondo-se como uma mazela às pequenas ervateiras, bem como aos pequenos produtores rurais que recebem pouco pelo produto.

Enfatiza que “por outro lado, os pesquisadores da erva-mate estão promovendo a árvore como uma boa alternativa para o produtor apesar dos preços caírem” (Rosin, 1996, s/p) Tal tendência pode ser observada tanto no trabalho de campo, no qual alguns produtores relataram que existia uma propaganda referente a adoção do produto, também evidenciado pelo ervateiro que atua no município.

Sobre o incentivo retórico, mais uma vez resgatamos Renk (2009) que constatou a presença de mecanismos mercadológicos e apoio estatal (Epagri) à diversificação da produção como estratégia de desenvolvimento e obtenção de rendas.

Nos últimos anos, o Estado e o mercado trabalham na lógica da diversificação dos produtos, ou seja, para que a pequena propriedade se mantenha viável deve ter de três a quatro produtos destinados ao mercado, sejam aves, suínos, grãos e outros. Não se trata de vender o excedente, mas de produzir atendendo às demandas do mercado. (Renk, 2009, p.19)

A autora salienta que “as mudanças no modo de produzir, de cultivar são determinadas pelas leis governantes do funcionamento capitalista como um todo e a unidade de produção estão adquirindo certos traços específicos” (Renk, 2009, p.26/27) que refletem a modernização da produção rural, que passou a ser subordinada ao capital industrial, cujos produtores rurais visualizam tais mudanças como exploração que não apresenta os retornos esperados. A percepção das dificuldades de reprodução social foi também constatada em campo, pelas

abundantes queixas sobre o preço pago aos produtos rurais, que inviabilizam uma vida mais satisfatória⁴⁷.

Sobre a concorrência com a produção argentina, é necessário enfatizar que o país por condições históricas usufrui de posição favorável no setor, com um mercado consumidor consolidado, comporta produção de larga escala e moderna, bem como legislação e assistência técnica atuante junto as diferentes etapas da produção, subsidiadas por políticas creditícias e de pesquisa com objetivo de qualificação. Adiciona-se à essas características a condição de produto sensível junto ao Mercosul, o que estimula a exportação da erva argentina para os demais países membros e protegendo a economia doméstica, o que torna a competição dos pequenos produtores brasileiros extremamente desvantajosa.

Para Egler (2005, p. 230/232), o Tratado de Assunção (1991), firmado pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, previu a criação de uma união aduaneira que progressivamente se ajustaria na consolidação de um mercado unificado, postulando a livre circulação de bens e serviços no interior deste mercado doméstico supranacional que teria uma única tarifa externa comum. Salienta o autor, que

dadas as características próprias das duas principais economias que buscam a integração: Brasil e Argentina, os efeitos do mercado unificado serão particularmente intensos nos respectivos segmentos agroindustriais. Desde a metade dos anos oitenta o Brasil vem aumentando significativamente suas importações de produtos agrícolas dos demais membros do MERCOSUL. Em 1985, a Argentina, o Uruguai e Paraguai, eram responsáveis por cerca de um terço do fornecimento de bens agrícolas importados pela economia nacional⁴⁸. (Egler, 2005, p.232)

Direciona a atenção para o fato de que os níveis de produtividade no setor primário entre os países signatários são muito distintos, e que o não ajustamento de medidas de médio e longo prazo que amenizassem as divergências produzidas por essas disparidades, poderiam conduzir ao “sucateamento generalizado de parcelas ponderáveis do complexo agroindustrial” (Egler, 2005, p. 232). Se as conseqüências do livre comércio poderiam ser perniciosas para determinadas agroindústrias, para os pequenos produtores rurais, que já se encontravam em situação de

⁴⁷ Um entrevistado relatou que dado o baixo preço oferecido pela laranja em referido ano, abandonou o cultivo, preferindo queimar o pomar a vender os frutos.

⁴⁸ Dentre esses produtos destacam-se trigo, milho, soja e derivados da pecuária.

descapitalização, as conseqüências de determinadas políticas desse acordo mostraram-se concretamente desastrosas, como averiguou Rosin (1996), desestimulando a atividade em muitas propriedades rurais como pode ser constatado durante o trabalho de campo. Se obstáculos mercadológicos colocam em risco estruturas produtivas bem alicerçadas, eles se agigantam quando pequenos produtores rurais deparam-se com suas ações danosas aos seus empreendimentos, impossibilitando a correspondência entre os investimentos realizados e os retornos recebidos.

Um estudo realizado por funcionários da Epagri e demais interessados no ano de 1996⁴⁹, diagnosticou as deficiências e potencialidades do setor ervateiro brasileiro, vindo a constatar que entre as dificuldades enfrentadas estava a desproteção do produto junto ao Mercosul, que por não desfrutar de influência significativa na balança comercial brasileira não é dotado como produto sensível. Esse fator contribui para enfraquecer um setor desorganizado e que se deparava com inúmeras desvantagens diante de outros produtos agropecuários. Como demais fatores de estrangulamento situam-se desde a desarticulação entre os agentes públicos e privados na delimitação de campo de atuação para expansão da atividade envolvendo questões creditícias, produtivas (setores primário e secundário), legislativas e de assistência técnica junto as diferentes etapas, medidas de marketing e comercialização do produto principal e demais derivados da erva-mate.

No âmbito dos serviços e políticas públicas arrolam a ausência de política de financiamento para produção, industrialização e comercialização para competir com equidade no mercado. Salientam a “falta de incentivos para a implantação e manejo de ervais (prefeituras municipais, estados e União) visando a organização e modernização do setor ervateiro em parceria com as indústrias” (Mazuchowski, 1997, p.6). Essa deficiência sentida pela instituição reforça as constatações efetuadas sobre incentivo da atividade nas propriedades agrícolas, mesmo não disponibilizando de um setor estruturado e com perspectivas positivas.

Na agroindústria destacam a ociosidade do parque industrial das ervateiras de pequeno e médio porte, igualmente o baixo índice de modernização dessas e resistência por parte dos proprietários em conservar os equipamentos obsoletos,

⁴⁹ MAZUCHOWSKI, J.Z.;CROCE, D.M.;WINGE, H. Diagnóstico e perspectivas da erva-mate no Brasil. Chapecó, [s.n], 1996.

que convivem com a indústria moderna (nacional e internacional). A fraca atuação da fiscalização é apontada desde os trabalhos desenvolvidos na colheita até o beneficiamento final, o que tem facilitado o trabalho informal, sonegação fiscal e adulteração da erva beneficiada (com adição de outros produtos, desqualificando-a), o que é apontado como contribuidor para a disseminação de produtos de baixa qualidade que comprometem a conquista de novos mercados internos. Apontam para um comodismo do setor que não viabiliza esforços para a elaboração de novos produtos derivados da erva-mate⁵⁰, nem na divulgação do chá gelado aos estados brasileiros de clima tropical. Em linhas gerais, sublinham as colocações de Tormen (1992) ao salientar que a atividade não tem recebido importância na economia brasileira, deixando-a sob influência única do mercado, o que deixa-a em desvantagem diante da produção argentina.

Para compreendermos a influência da articulação dos fatores que impulsionam a plantação de erva-mate nas propriedades rurais, é interessante as considerações que Corrêa (2005) faz a respeito da empresa fumageira Souza Cruz nos estados do Sul brasileiro. O autor chama a atenção para um processo de “reprodução da região produtora”, na qual a empresa efetua ações de gestão do território que possam condicionar a continuidade da região de produção, sobretudo pelo incentivo à sucessão hereditária da atividade. Tais práticas “se fazem por diversos meios, entre eles a orientação e assistência agrônômica” (Corrêa, 2005, p 42) que pode ser desenvolvida diretamente pela corporação interessada como pelo Estado.

Obviamente que existem diferenças na atuação dessas duas agroindústrias, contudo a exposição é elucidativa para inquietar a respeito dos mecanismos de incentivo à produção da matéria prima. A necessidade dessa última pela indústria processadora encontrou na disseminação realizada por instituições envolvidas na cadeia (Epagri, ervateiras e menor presença, Cooperativa A1) dessa atividade nas propriedades em condições sócio-economicamente vulneráveis um campo fértil para inserção, elevando a produção de erva-mate, que pode ser comparada às atuações da empresa fumageira, mas em proporções menos concretas, utilizando para isso, o incentivo retórico da viabilidade da atividade, desconsiderando o contexto instável,

⁵⁰ Bebidas (refrigerantes, sucos, chá), insumos de alimentos (corantes, conservante e aromatizante), medicamentos, higiene (bactericida, esterilizante, antioxidante hospitalar e doméstico) e produtos de uso pessoal (cosméticos). BENDLIN, 2003, pg. 27.

seja pela abertura ao Mercosul que possibilita a importação de erva cancheada por preço mais acessível que a nacional, seja pela apropriação da renda da atividade realizada pela agroindústria.

Dada as condições que a atividade se desenvolveu no município é possível cogitarmos que esse assumiu um papel subalterno em relação a cadeia da erva mate, desempenhando função de apoio (em fornecimento de matéria-prima) para uma região que possui uma cadeia historicamente bem estruturada.

Na perspectiva local, é possível alinhar uma compreensão a partir da formação de territorialidades (econômicas) no espaço rural do município, com peculiaridades próprias, definidas a partir do poder de atuação dos agentes e das características do espaço no qual essas relações ocorreram. Sem disponibilizar de mercado interno favorável à pequena produção, a capacidade de influência restringia-se diante da disputa do mercado doméstico, acirrado pela condição desfavorável que as propriedades rurais se encontravam, sem forças para ampliar a sua esfera de atuação.

Na apresentação do método, relacionamos a compreensão de Kosik (1976), em relação ao homem no cotidiano, ou vulgo como o autor define, que corresponderia um elemento de importante observação dado que é ele, em coletivo sustentar a consecução dos eventos que compõe a totalidade. Para o autor, o homem⁵¹ interage com o mundo orientado pela cotidianidade visando sua reprodução social. Realiza o domínio de sofisticadas técnicas, aperfeiçoa-as e contemporaneamente, tal domínio projeta este homem ao mundo, localizando-o virtualmente em diferentes locais. Compreende o mundo e com ele interage, mas pela sua familiaridade com os aspectos fenomênicos mundanos. Tal cotidianidade não o prende apenas no presente, permite que se projete intencionalmente e temporalmente sua existência (assim como espacialmente) atuando no presente visando sua reprodução social. Todavia esta ação faz-se norteadas pela “esfera do necessário para a vida” (Kosik, 1976, 13/14). Este homem, para sua existência não necessita uma compreensão perspicaz do mundo, mas orientar-se nele, de modo a assegurar sua reprodução, o que cria possibilidades para a exploração pelo capital.

Observando a condição que os produtores rurais se encontram nesse processo de construção e desconstrução do espaço, pode constatar como um

⁵¹ Essas considerações são importantes pelo uso que efetuamos de Renk, 2009, cuja pesquisadora desenvolve um estudo da cotidianidade dos agricultores de Palmitos/SC, suas práticas sociais, políticas e econômicas.

estranhamento ao produto construído. Uma construção de um lugar que se mostra às avessas às suas aspirações e seu trabalho cotidiano acumulado no tempo (inclusive de gerações), que se contribuiu para que o lugar ao qual esses agricultores pertençam continue subalterno nessa atividade, essa condição em pouco agrega à seus proprietários. A finalidade intuída em cada ação na construção de espaço, não se realiza. E o sujeito vivencia um estranhamento do mundo, não pelo lugar que desperta afeição, mas pelos resultados obtidos das suas práticas. Todavia, enquanto pertencente à uma conjuntura maior, parte de um todo que pertence à um sistema político econômico de acumulação, não é plausível um estranhamento, pois a sujeição da renda da terra ao capital, processo inerente ao capitalismo, impõe a apropriação da mais valia.

Por outro lado, as firmas voltadas com as etapas de beneficiamento, pesquisa e assistência elucidam a dificuldade em atuar junto ao Estado para viabilizar o setor, o que possibilitaria condição menos instável (Mazuchowski, 1997). Circunstância que denota a capacidade que as corporações privadas possuem na influência de gestão do território nacional, pleiteando melhores condições para apropriação espacial, entretanto sem considerar as condições necessárias para reprodução social dos produtores rurais, recebendo preços irrisórios pelos produtos comercializados, o que desvaloriza a atividade.

Nessa perspectiva, pressupomos que o entendimento das territorialidades advindas de natureza econômica envolvem não apenas os sujeitos que lhe dão materialidade, mas um conjunto de fomentações e relações construídas ao longo do tempo e articulando espaços distintos, que são conectados pela trama tecida pelos processos territoriais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a relação entre uma determinada organização espacial com um dos elementos que a compõe, exige a inquirição dos processos de constituição que estruturam essas duas escalas de análise, permitindo alinhar os pressupostos que explicam a realidade encontrada nessa relação. Nessa perspectiva, para alcançar o objetivo proposto nesta pesquisa, a historicidade enquanto meio investigativo possibilitou a compreensão das diferentes formações socioespaciais que constituíram o município de Palmitos/SC, identificando nessas as características das formas de exploração/produção de erva-mate.

Presente em todas as formações socioespaciais do município em estudo, a atividade da erva-mate assumiu importâncias distintas de acordo com as características das organizações sociais de cada momento, cujo entendimento de ambas demonstra a imbricação e interrelações estabelecidas. O aperfeiçoamento técnico foi facilitado pela fixação da ocupação humana, rompendo com a mobilidade e alterações efêmeras advindas das explorações desenvolvidas em espaços diferentes, vinculados com a sazonalidade de colheita dos ervais.

Na formação sócioespacial da ocupação, intrinsecamente vinculada com a exploração de ervais nativos, essa atividade correspondia ao principal determinante das formas de organização espacial e relações sociais estabelecidas. Os processos de obtenção detinham técnicas rudimentares e suas implicações espaciais eram passageiras, determinadas tanto pela rusticidade quanto pela sazonalidade da colheita.

A colonização, alicerçada na privatização da terra rompeu com a sazonalidade da exploração, ao fixar a ocupação em um único local, possibilitando também o aprimoramento técnico. A consolidação das colônias de povoamento condicionou essa característica à praticamente toda região que correspondia ao antigo Campo de Erê, contribuindo para que o aperfeiçoamento tecnológico tornasse uma constante. Esse advento implicou na concentração dos processos de obtenção da erva-mate em um único local (em virtude do barbaquá automático), desativando barbaquás tradicionais que secavam a erva antes de revendê-la as indústrias. É válido ressaltar que a formação de colônias de povoamento no Oeste

catarinense, não correspondeu à um processo espontâneo, mas fruto de políticas territoriais migratórias vinculadas com interesses geopolíticos e geoeconômicos. Esse último corresponde à produção de gêneros alimentícios para abastecimento da economia doméstica, num contexto nacional de industrialização e urbanização. Deste modo, os produtos que conseguiam se inserir no circuito mercantil correspondiam aos cereais e carnes, possibilitando uma contínua troca de fluxos, que materializam também a consolidação da ordem social competitiva necessária para disseminação do sistema capitalista de produção aos diferentes espaços brasileiros. Essa condição contribuiu para desvalorização da erva-mate como alternativa de renda, que já vivenciava um momento de crise, em virtude da produção argentina.

Esse contexto contribuiu para a erradicação de ervais nativos e implantação da lavoura temporárias e pecuária, que se caracterizam como as principais atividades do município de Palmitos. A partir desse momento, a erva-mate assume um papel secundário nas propriedades rurais, utilizada como complementação de renda.

Como durante a colonização grande parte dos ervais nativos foram erradicados, após a reestruturação produtiva da agroindústria ervateira, que amplia a demanda de matéria-prima, elevando o preço pago ao produto, ocorreram incentivos tanto de instituições governamentais como de pessoas envolvidas diretamente com a atividade para a adoção desenvolvimento desse cultivo, a partir da década de 1980.

Essa inserção foi facilitada pelo contexto de crise vivenciada pela agricultura, marcada pela seletividade e marginalização dos estabelecimentos de produção e desvalorização dos produtos rurais. Com o objetivo de encontrar alternativas de complementação da renda, produtores rurais desenvolveram cultivos de erva-mate, que registrou um momento de auge no ano de 1996, com 284 estabelecimentos rurais declarando o desenvolvimento desse cultivo.

É possível intuir que essa territorialidade da erva-mate se inseriu naquele espaço após uma ruptura de um regime de produção das unidades produtivas rurais, compreendido aqui, pelas condições satisfatórias de reprodução social obtidas mediante o desenvolvimento das tradicionais atividades produzidas desde os primeiros anos de referida formação socioespacial. Essa ruptura, ulterior a reestruturação produtiva no parque industrial da erva-mate, possibilitou a inserção

desse cultivo como uma alternativa de renda ante as condições adversas que se construíam gradativamente nas demais atividades, sobretudo no desenvolvimento desigual das unidades produtivas do município.

Na disseminação da planta como alternativa de renda para as propriedades rurais, estão presentes a atuação do Estado e pessoas vinculadas a atividade (ervateiros), que em determinadas circunstâncias sobrevalorizaram o cultivo visando sua disseminação, sem, contudo existir contexto mercadológico favorável ao produtor rural, o que favoreceu para um processo de erradicação dos ervais ou parte desses, a partir do final da década de 1990.

Em dado momento da totalidade social pode ocorrer uma redutibilidade e intercambialidade de um elemento ao outro (Santos 1985), pois entre eles existe interação, na qual a ação deve desempenhar e concretizar uma dada função. Isso é perceptível, sobretudo nas motivações que conduziram os produtores rurais a implantar ou erradicar plantações de ervais, ou mesmo na prática de um indivíduo que representa instituições governamentais (Epagri).

Contemporaneamente, a baixa expressividade da erva-mate junto às propriedades rurais caracteriza o contexto atual. Com 284 estabelecimentos declarados em 1996, após 10 anos apenas 43 declaram a produção de erva-mate na unidade de produção. Nessa dinâmica, é notável a influência que o preço pago ao produto exerceu tanto para dinamizar as plantações, quanto para incentivar um processo de erradicação. Ressaltando a imbricação que função e ação possuem na constituição dos arranjos espaciais.

As análises realizadas nesse trabalho objetivaram identificar as relações entre elementos caracterizadores de determinado espaço, que após o desenvolvimento da investigação permite ressaltar a capacidade do sistema de produção capitalista possui na conformação dos espaços, reorganizando-os constantemente. Isso se demonstra seja através da implantação das colônias de povoamento que rompem com uma formação sócioespacial, por não ser totalmente compatível com o sistema de produção capitalista, bem como na capacidade que a obtenção de rendas possui em determinar a função de um espaço, produzindo novas articulações entre os agentes envolvidos nas diferentes territorialidades econômicas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTAZA, A.N. La economia yerbatera argentina. In: WINGE, H. et all (Org).Ervamate: biologia e cultura no Cone Sul. Porto Alegre. UFRGS, 1995.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EXPORTADORES DE ERVA-MATE. Disponível em www.abimate.org.br. Acesso em 08/08/2009.

ABREU, M.A. **A apropriação do território no Brasil colonial**. In: CASTRO, I.E; GOMES.P.C.C; CORRÊA, R.L. Explorações Geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1997

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. Editora Hucitec - IPESPE. São Paulo – Recife, 1995.

_____; Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e poder local. In:SANTOS, M; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M. (Org.). **Território: Globalização e fragmentação**. 5ª Ed. Hucitec, AnnaBlume. São Paulo, 2002.

BAVARESCO, P.R. **Ciclos econômicos regionais**. Chapecó, Argos, 2005.

BENDLIN, Rita de Cássia da Silveira. **Secagem convectiva da erva-mate**. Dissertação de Mestrado no Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Alimentos. 93 p. UFSC. 2003.

BERNARDES, J.A. Mudança técnica e espaço: uma proposta de investigação. In: CASTRO, I.E;GOMES, P.C.C; CORRÊA, R.L.**Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro. 7ª Ed. Bertrand Brasil, 2005.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**. Para uma teoria geral da política. Tradução Marcos Aurélio Nogueira – Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

CARDOSO, Ciro F. S. **O trabalho na América Latina Colonial**.2ª Ed. São Paulo. Ática. 1988.

COLODEL, José Augusto. **Cinco Séculos de História**. (s/d) Disponível em www.unioeste.br/projetos/oraculus. Acesso em 10/01/2010.

CORRÊA, R.L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I.E; GOMES, P.C.C; CORRÊA, R.L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro. 7ª Ed. Bertrand Brasil, 2005

COSTA, Francisco Leite Alves. **O mate (exploração, indústria e exportação)**. Diretoria de Estatística da Produção. Rio de Janeiro. 1935.

CROCE, D.M; FLOSS, P. A. **Cultura da erva-mate no Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 1999, 81 p. (Epagri, Boletim Técnico, 100).

EGLER, C.A.G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, I.E; GOMES, P.C.C; CORRÊA, R.L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro. 7ª Ed. Bertrand Brasil, 2005

ESPINDOLA, C.J. **As agroindústrias no Brasil**. O caso Sadia. Grifos, Chapecó, 1999.

FAJARDO, S. **Territorialidades corporativas no rural paranaense**. Guarapuava, Unicentro, 2008.

FERNANDES, F.A **revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. 3ª Ed. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1981.

FERREIRA, Eva Maria Luiz. **A participação dos índios Kaiowá e guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Laranjeira (1902-1952)**. 111 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados – MS, 2007,

FIGUEIREDO, A. **A presença geoeconômica da atividade ervateira** (com destaque da zona ervateira do Estado de Mato Grosso, tomada como referência). Tese (Doutorado em Geografia Física) UNESP, Presidente Prudente, 1967.

FRESCA, Tania Maria. Análise da Dinâmica da produção industrial no interior paranaense. Terra Plural, pg 227/240, v. 2, n. 2, 2008.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, Editora Nacional, 15ª edição. 1977.

GODOY, P. Uma Reflexão sobre a Produção do Espaço. **Revista Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 2, n. 1, p. 29-42, 2004.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização. Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 8ª Ed. São Paulo, 1999.

HEINSFELD, Adelar. **A questão de Palmas entre Brasil e Argentina**. O início da colonização do Vale do Rio do Peixe (SC). Joaçaba. UNOESC, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: < [http:// www. ibge.gov.br/sidra/pesquisas](http://www.ibge.gov.br/sidra/pesquisas) . Acesso em 04/04/2009.

KOSIK, K.. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

KRICUN, S. D.P. **Principales aspectos de La produccion e investigacion yerbatera argentina**. In: Encontro Nacional sobre a cultura da erva-mate, Erechim, 1990. Anais.., Erechim, URI – Campus de Erechim, 1992)

LAW, S. **Guia Ilustrado Zahar: Filosofia**. Tradução: Maria Luiza X. A. de Borges, 2ª Ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 2009

LINHARES, Temístocles. História econômica do mate. Rio de Janeiro. J. Olympio, 1969.

MACHADO, L.O. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, I.E;GOMES, P.C.C; CORRÊA, R.L.**Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro. 7ª Ed. Bertrand Brasil, 2005.

MARSANGO, D. Entrevista. Disponível em www.unochapecó.edu.br/ceom. Acesso em 2010.

MARTINS, J.S. **O cativo da Terra**. 6ª edição. Hucitec, São Paulo, 1996.

MAZUCHOWSKI, J.Z.;CROCE, D.M.;WINGE, H. **Diagnóstico e perspectivas da erva-mate no Brasil**. Chapecó, [s.n], 1996.

MORAES, A.C.R. **Território e História no Brasil**. São Paulo, Hucitec; AnnaBlume, 2002.

_____. **Bases da formação territorial do Brasil – O território colonial no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **O que é território?** Orientação: revista do departamento de Geografia da USP, São Paulo: n. 5, p. 91, out. 1984.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo, Contexto, 2007.

MULLER, G. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. Hucitec, São Paulo, 1989.

PIRAN, Nédio. **Perspectiva do camponês no Alto Uruguai** .Tese (Doutorado). Unesp, Rio Claro, 1995.

POLI, J. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Cadernos do CEOM**, Chapecó: Fundeste, ano 5, n. 7, p. 47-88, 1991.

RENK, A. **A luta da erva**. Um ofício étnico da nação luso-brasileira. Argos, Chapecó, 2006.

_____. **Sociodiceia às avessas**. Argos, Chapecó, 2009.

ROSIN, Christopher. **O mercado regional e a cultura da erva-mate: pequenos produtores frente ao Mercosul**. Estudo preliminar da cadeia produtiva da erva-mate no Oeste de Santa Catarina. Chapecó, [s.n] 1997.

SAHR, Cicilian Luiza Löwen. **Os “mundos faxinalenses” da floresta com araucária do Paraná: racionalidades duais em comunidades tradicionais**. In: Terra Plural, pg 213/226, v. 2, n. 2, 2008.

SAMPAIO, Fernando dos Santos; BROIETTI, Marcos Henrique; MEDEIROS, Marlon Clovis. **Dinâmica capitalista na agricultura brasileira: acumulação e relações de trabalho.** (Cadernos Geográficos), Florianópolis, n° 11, maio 2006.

SANTOS, M. **Espaço & Método.** São Paulo. Nobel. 1985.

_____. **Por uma outra Globalização:** do pensamento único a consciência universal. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Pensando o Espaço do Homem.** 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997

SILVA, Marcos Aurélio. **O processo de industrialização no Sul do Brasil.** (Cadernos Geográficos, Florianópolis), n° 15, maio de 2006.

SOUZA, A.M. **Dos ervais ao mate:** possibilidades de revalorização dos tradicionais processos de produção e de transformação de erva-mate no Norte catarinense. 124 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

SOUZA, P.F. **Tecnologia de produtos florestais.** Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1947.

SOUZA, M.J.L; O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E; GOMES, P.C.C; CORRÊA, R.L. **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro. 7ª Ed. Bertrand Brasil, 2005

TESTA, V. M *et all.* **O desenvolvimento sustentável do Oeste catarinense** (proposta para discussão). Florianópolis, EPAGRI, 1996.

TORMEN, M. J. **Economia ervateira brasileira.** In: WINGE, H. et all (Org). Erva-mate: biologia e cultura no Cone Sul. Porto Alegre, UFRGS, 1995.

VALENTIN, Delmir José. **Atividades da Brazil Railway Company no Sul do Brasil.** Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS. Porto Alegre, 2009.

WELTER, L. **O espaço geográfico do Oeste catarinense e sua cartografia ambiental.** 91f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo. 2006.